MDB gaúcho: Tendência Socialista define as suas metas.

(Pág. 3)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL – Cr$ 10,00 – NÚMERO 22 – 29/7 A 4 DE AGOSTO DE 1978

VIRADA DE MESA NA CNTI:

TRABALHADORES EXIGEM UM NOVO SINDICALISMO

O V Congresso Nacional de Trabalhadores nas Indústrias - CNTI - abriu para o sindicalismo brasileiro um momento novo, de transição, apesar dos pelegos. A luta pela autonomia sindical ganha força e se amplia. 54 entidades, representando cerca de 4 milhões de operários, exigiram o fim deste sindicalismo atrelado, através de eleições diretas até para as confederações, voto facultativo e uma data única para as eleições sindicais em todo o Brasil. (Págs. 6/7)

CCC ataca EM TEMPO no Paraná

Inconformado com a divulgação em nossas páginas, de uma lista de 233 militares e policiais acusados como torturadores de presos políticos, o grupo paramilitar de direita conhecido como CCC (Comando de Caça aos Comunistas) invadiu nossa sucursal de Curitiba no último dia 24. O grupo roubou documentos administrativos, pichou as paredes e identificou-se como "Ala Os 233". Entre os que se solidarizaram conosco estão o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a Associação Brasileira de Imprensa - ABI -, que repudiaram o atentado. Também o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, enviou-nos uma carta enaltecendo a denúncia pública dos torturadores. (Pág.5)

Hugo Blanco e a esquerda na Constituinte

Depois do início dos trabalhos da Assembléia Constituinte peruana, nesta semana, o regime militar entra em sua última etapa. (Pág. 9).

Chile: Pinochet na hora do gol contra. É o fim?

A mesma CIA que ajudou a botar o general Pinochet no poder, há cinco anos, informa agora que o ditador "está com os dias contados". (Pág. 9).

Lotes: na lei ou na marra!

(Pág. 12)

Horóscopo: tudo bem pra você?

(Pág. 8)

Greve: agora os gráficos.

(Pág.5)

Petroleiro na Bahia

Demonstrando na prática, o atual estágio de amadurecimento do movimento sindical no Brasil, os participantes do "XIV Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais de Petróleo e Petroquímica" reunidos em Salvador de 10 a 15 passado, redigiram um manifesto que não pretendeu ser consensual, mas sim, um documento para ser discutido nas bases, procurando levar a todos os integrantes da categoria estas mesmas discussões.

Neste Encontro, onde os dirigentes sindicais pelegos, formavam a maioria numérica, as lideranças esclarecidas, ao invés de abrirem luta contra os mesmos, resolveram dominar o Encontro pela atuação díreta, com apresentação e discussões de teses no plenário, conseguindo com esta tática que o resultado final da reunião fosse amplamente favorável para o crescimento do movimento sindical no país.

Assim, no manifesto apresentado quando do término do Encontro os trabalhadores nas Indústrias de Petróleo e Petroquímica exigiram liberdades, "mas como trabalhadores, queremos sobretudo a liberdade sindical, em suas várias expressões, de modo que possamos defender os nossos próprios interesses com absoluta autonomia, asfixiados que estamospelo arrocho salarial, impedidos de recorrer ao direito de greve, reprimidos em nossa livre manifestação de protesto. Não foram poucos os dirigentes sindicais que pagaram caro pela coragem de levantarem a voz contra a prepotência que se precipita sobre os obreiros deste país".

Sobre a democracia, afirmaram que ela não tem o mínimo sentido se não for assegurada a liberdade sindical a ser expressa em uma organização sindical autônoma livre da tutela do poder público, com liberdades de negociações diretas e no pleno exercício do direito de greve. "Sem esses meios e mecanismos de luta, a democracia para nós será uma abstração, porque estamos convencidos, hoje mais do que nunca, de que a liberdade sem a igualdade social é uma farsa. E reconhecemos ser necessário a direta intervenção dos trabalhadores no processo de redemocratização do país, porque não tem sentido esperar que os políticos das classes dominantes digam o que deve ser feito, para posteriormente nos queixarmos dos esquecimentos ou preterições. Lembremo-nos de 1945, quando as liberdades democráticas foram preservadas, mas a estrutura sindical continuou sendo a mesma do período ditatorial e o Ministério do Trabalho continuou com os poderes de ingerência nos sindicatos, castrando a vitalidade do movimento sindical".

Neste manifesto lido e aprovado pela maioria dos presentes, os petroleiros exigem liberdade sindical com negociações diretas entre os trabalhadores e empresas; fim da lei de greve; estabilidade no emprego com a consequente desativação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço anistia ampla, inclusive para os dirigentes sindicais presos e banidos; sindicato único por categoria profissional (como forma mais adequada de preservar a unidade sindical, sobretudo nas horas de dissídios coletivos ou de greves); formação de comissões sindicais integradas por delegados do sindicato e por membros eleitos pelos trabalhadores, com jurisdição no âmbito das fábricas; eliminação do imposto sindical - hoje chamado de contribuição sindical - (que assegura uma receita fácil ao sindicato, desestimulando as campanhas de sindicalização e não raro assegurando a sobrevivência de lideranças sindicais inaptas ou claramente apelegadas e ainda propicia ao Ministério do Trabalho uma razão a mais para que se justifique o poder fiscalizador de que dispõe).

(Dalton Godinho)

A impunidade na roda da cocaína

A impunidade no Brasil não garantiu apenas a liberdade dos assassinos de Ana Lídia, Aracelli, Angela Diniz. Nem se limitou a conferir ao milionário Michel Frank o direito de matar Cláudia Lessin Rodrigues, brutalizar seu cadáver e fugir, em seguida, para a Suíça – ele que é suiço por tabela (filho de suíço), nascido que foi em Santo Cristo, ali atras da Central do Brasil, onde muita gente termina a carreira. Bem, foi onde Michel começou, mas essa é outra história. A impunidade dos ricos garantiu ao filho de Egon Frank a tranquilidade de usar as telas de televisão para dar um recado aos país de Cláudia, no último "Glogo Reporter": - Fiquem tranquilos, que sua filha morreu sem sofrer. Naquele momento, o que apareceu no vídeo foi o lado cínico de um Michel Frank cuja violência lhe valeu o apelido de "Furacão Branco", como era conhecido entre traficantes e viciados de drogas na Zona Zul do Rio. Foi esse mesmo "Furacão Branco" (um misto de violência e cocaína) que, dias antes, numa entrevista à mesma TV-Globo, confesssou ter um comportamento paranóico. E, muito antes disso, o milionário e covarde traficante Michel Frank afirmara, em depoimento na Suíça, que estava tão drogado quando Cláudia morreu, que não sabia ao certo como tudo acontecera. Foi a forma que o irresponsável Michel encontrou na ocasião para não assumir sua parcela de culpa e atribuí-la exclusivamente a Georges Khour. Este, por sua vez, chora, agora, em cada aparição pública. Deixemos que o laudo dos psiquiatras do IML informe sobre a personalidade do cabelereiro do "Méridien":

"Para ele, as pessoas só podem ser duas coisas - uma fonte de prazer, ou uma ameaça". Cláudia morreu ao se negar a ser uma fonte de prazer, transformando-se em ameaça.

A liberdade de Michel na Suíça, onde não será sequer julgado, porque o promotor de Zurique, Lino Esseiva, considera não haver nos autos provas que incriminem o acusado, e a demora em se levar Khour a julgamento não encerra a impunidade em todo o caso do massacre de Cláudia Lessin Rodrigues por traficantes de drogas da alta sociedade carioca.

Onde está o processo por falso testemunho contra o almirante Carlos Carvalho Rego e o procurador do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Vieira de Melo, que mentiram ao depor e forneceram falso álibi a Michel? Porque, até hoje, o promotor Mauro Campelo, da procuradoria do Estado, não despachou o pedido feito pelo I Tribunal do Júri, para que os dois empregados do Egon Frank fossem processados por falso testemunho?

Onde esta o inquérito que deveria ser instaurado a pedido do juiz Alberto Motta Moraes para apurar o procedimento do delegado Waldemar Gomes de Castro, que disse em juizo não conhecer o mergulhador Arthur Henrique dos Santos Lima. Essa testemunha deu de graça para a polícia carioca todas as coordenadas doenvolvimento de Michel com o tráfico de drogas doze dias após a morte de Cláudia, e, em seguida, foi taxado de louco por Gomes de Castro. Com base nas mesmas informações de Arthur, a polícia federal, que só teve acesso a ele em novembro, realizou dezesseis flagrantes de drogas no Rio. Alguns dos envolvidos transavam cocaína com Michel Frank.

Enfim, o que está se discutindo são todas as impunidades de um crime cuja vítima - Cláudia - foi assassinada por que ameaçou denunciar o que vira no apartamento do "Furacão": a venda de cocaína para a elite acima de qualquer suspeita, na noite de sábado, 23 de julho de 1977.

(Valério Meinel)

As verdades do JB

"Um jornal é tão bom quanto as verdades que ele diz..." - garante a propaganda oficial do Jornal do Brasil, do Rio. "... E os preconceitos que ele consegue inculcar em seus leitores". acrescentamos. O suplemento "Caderno de Quadrinhos" do jornal carioca, na edição do dia 23, publica a historinha que reproduzimos, difundindo entre seus leitores infantis o "saudável" hábito da discriminação racial. Daniel Azulay, o desenhista, mostrou, sem qualquer sutileza, a carga de preconceito que carrega.

Nesta tira, personagem "Pita", negro, assemelha-se, no seu entender, a um gorila – afirmação que ele faz por escrito, como que querendo reforçar a imagem que ele faz dos homens e mulheres negros. Desenho grosseiro à parte, resta agora, esperar que ele relacione os demais personagens da história a outros animais. Como urso branco ou rato branco, por exemplo.

(Fernando Pereira)

GERAIS

Recife. Mais uma intimidação.

Quarta-feira 26/07, a polícia federal intimou a prestar depoimentos o funcionário de **EM TEMPO,** Orlando Mindelo, ex-presidente do DCE da Universidade Federal de Pernambuco e o estudante Cesário Severino da Silva ex-presidente da UFRPE. Estas novas medidas dão continuidade aos acontecimentos de abril e maio, quando oito pessoas foram presas, inclusive o estudante Cajá, acusadas de pertencerem ao Partido Comunista Revolucionário.

Ao que parece a repressão mudou a sua tática, pois ao invés de realizar novas prisões, de abrir apressadamente novos inquéritos faz uma lista de pessoas de vários setores da sociedade e as chama para depor. É a velha tática de tentar paralisar pelo medo, pela intimidação. A verdade é que com a prisão de Cajá e as consequentes denúncias de torturas, o desgaste sofrido pela repressão foi grande. Continuar na mesma tecla seria improdutivo.

Nesta conjuntura, Orlando e Cesário prestaram depoimentos e foram soltos.. Mas retornam dia 9 para novo depoimento...

Premiado? Condenado!

Lincoln Volpini Stalaor, 24 anos, universitário mineiro, pintor, concorreu com um trabalho no IV Salão Global de Inverno, promovido pela TV-Globo e MEC. Recebeu então o prêmio de aquisição e sua obra foi exposta no seleto Palácio das Artes em Belo Horizonte. Entretanto, o trabalho de Volpini, se agradou aos jurados (Mário Cravo, Caribé, Gerschmann e Frederico Morais), deixou irritada a dita Justiça Militar de Juiz de Fora. É que seu quadro premiado, intitulado "Penhor da Igualdade", apresentava uma foto de uma criança trepada num tronco de árvore; e - ao fundo, quase invisível a olho nu - aparecia nesta foto uma inscrição de muro: "Viva a guerrilha do Pará-73".

Resultado da ira da Justiça Militar: agora, no último dia 27, Volpini foi julgado na Auditoria de Juiz de Fora e **condenado** a um ano de prisão pelo "crime" de sua arte.

O detalhe: a foto da obra de Volpini era de uma cena real de uma esquina de BH.

O sinal dos tempos: a condenação de Volpini (um ano) é a "abertura democrática" da Justiça Militar(?).

CLASSIFICADO

Fotografe as transformações sociais pela ótica de uma Asahi Pentax SP II - Lente normal

Tudo isso por apenas 4 mil cruzeiros negociáveis. Tel. 853-6680 ou 280-4759, com Ennio.

A voz dos dubladores

Em resposta às acusações dos fura-greves, expulsos pela Diretoria , e que entraram na justiça com processo de reintegração, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do RJ lançou uma nota oficial no dia 25, de repúdio à atuação desses "profissionais" e esclarecimento à opinião pública. Os pontos básicos são os seguintes: a) Todas as decisões adotadas pela Assembléia que conduziu o movimento dos dubladores, foram democraticamente votadas. b) A proposta de equiparação salarial e a paralização das atividades durante os últimos 137 dias, como resposta à intransigência patronal foi decidida, unanimemente, por 104 profissionais presentes, dentre os quais, 21 dos 34 contestadores. c) A defesa das reivindicações foi baseada no DIEESE. d) A afirmação desonestá dos constestadores, de que a contraproposta patronal de 8 de maio passado, era satisfatória para os profissionais e "recomendada" pelo Ministro do Trabalho como uma "vitória para a classe", reflete o caráter de discórdia dessas pessoas, revelando sua orientação patronal. O Ministro do Trabalho manifestou publicamente sua posição, reconhecendo justas as reivindicações da classe. e) O processo de desacato às decisões da Assembléia, foi, desde o início do movimento, industriado pelos importadores de filmes e pelos empresários; as inúmeras tentativas de desagregação chegaram ao extremo da subvenção pelas multinacionais para a contratação de pessoas estranhas à profissão, para substituir os grevistas no trabalho. f) A Assembléia resistiu aos ataques, não se intimidando nem mesmo com o furo ao movimento pelos contestadores que, todas às vezes que recorreram às comissões de apoio, foram também atendidos moral e financeiramente. Suas manifestações atuais revelam o desespero de pessoas que desejam ser vistas como integrantes da classe, ao mesmo tempo em que continuam a serviço do boicote à Convenção Coletiva de Trabalho, o que na prática, serve à ofensiva empresarial de sabotagem ao processo de regulamentação das profissões de artistas e técnicos.

Finalizando, o documento denuncia "a intenção desses desagregadores de expor os líderes sindicais, com o objetivo de lançar sobre os representantes eleitos pela classe, a ira e a ação repressora daqueles que sempre se dedicaram a abafar a voz e reprimir a vontade legítima do trabalhador".

Sangue novo na poesia

Um grupo de poetas se uniu e, tentando romper o cerco e o descaso a que estão submetidos pelos editores, lançaram o mural de poesia.

A idéia de Antonio Carlos Lucena, Reca Poletti, Edmilson da Silva Costa, Lúcia Villares, Paulo e Frederico Drummond, Carlos Takaoka, Pedro Costa Jr., Carlos Salum, Mateus Domingues e Paulo Dêo é "ampliar o público leitor de poesia, é levar uma poesia de qualidade para as ruas". O Grupo Sanguinovo, além destes e de outros murais que serão pregados em todos os lugares possíveis, desde bares até associassões de bairro, no país inteiro, pretende ainda lançar uma revista periódica de circulação nacional e promover recitais e shows de música e poesia.

FINAIS

GREVE/ – Os trabalhadores nas fábricas de malas e artefatos de couro de São Paulo entraram em greve entre 10 e 14 de julho. Reivindicavam, segundo o presidente do sindicato, Paulo de Matos Skronov, aumento de 20 por cento. A **Promiscia,** de malas, parou durante sete horas e seus 600 trabalhadores sonseguiram 60 por cento de aumento sobre o salário de julho do ano passado. Outras fábricas menores e alguns cortumes também entraram em greve mas conseguiram, apenas antecipações salariais. Estes operários (10 mil em São Paulo, sendo 3700 sindicalizados) já tinham conseguido um aumento de 47 por centono último dissídio, quando o índice oficial foi de 38 por cento.

EXILADO/ – Após oito anos no exílio, o sociólogo Fernando Batinga de Mendonça voltou ao Brasil, no último dia 22. Dois dias depois ele já era intimado e prestar depoimento na delegacia da Polícia Federal de Salvador, o que fez na segunda-feira da semana passada, acompanhado de seus advogados Adelmo Oliveira e Ronilda Noblat. O sociólogo confirmou, em entrevista à imprensa, que exilados brasileiros pretendem realizar um retorno em massa no próximo semestre.

PROFESSORES/ – O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro está convocando seus associados para nova eleição de 7 a 9 de agosto. A medida foi tomada em função da falta de quorum de dois terços - previsto em lei - dos eleitores com direito a voto, no primeiro escrutínio realizado nos dias 20,21 e 22 de julho. Embora, por esse motivo, esteja sendo convocado o novo pleito, a Chapa 2, de oposição, considera o comparecimento de 420 eleitores, num total de 1.211 capacitados a votar, uma vitória de sua campanha, tendo em vista que a Direção do Sindicato marcou a realização das eleições para um período de férias, fato amplamente denunciado pela Chapa 2, UNIDADE E RENOVAÇÃO.

ANISTIA/ – Dia 1º de agosto a inauguração do Comitê Matogrossense pela Anistia. O lançamento será em Campo Grande, na Universidade dos Salesianos, às 20 horas, com a presença de representantes de entidades que estão levando à frente a luta pela anistia em todo o país.

REPRESSÃO/ – A diretoria da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, de São Paulo, proibiu que três alunos do curso de jornalismo se matriculassem no segundo semestre. A União Estadual dos Estudantes de São Paulo denunciou a proibição aos três estudantes, um deles , Igor Fuser, diretor da UEE, e repudiou essa atitude repressiva da direção da escola.

LANÇAMENTO/ – Dia 29, no Rio de Janeiro, do Centro Brasil Democrático. No manifesto de criação o Centro coloca a defesa de objetos prioritários, entre eles a anistia para todos os punidos e perseguidos políticos, o fim da legislação repressiva e a convocação de uma Assembléia Constituinte soberana e livremente eleita.

NANICO/ – Foi lançado mais um jornal nanico, o "Novos Tempos", com circulação no norte de Minas. O jornal , que tem sede em Montes Claros, coloca para si, no editorial do nº **o** a proposta "de participar ativamente de uma das regiões mais carentes de Minas Gerais. e de reavaliar constantemente , com todos os extratos da nossa sociedade, os caminhos do povo brasileiro neste século vinte de tantas perplexidades".

Repudiando as prisões

O CBA-Comitê Brasileiro pela Anistia, a Convergência Socialista, a Federação dos Teatros Independentes do RJ, associações profissionais e vários diretórios estudantis, estão convocando para um Ato Público na ABI, dia 28 de julho, sexta-feira às 20 horas, pela LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS PRESOS DE BRASÍLIA. São eles: Adilson Braga de Oliveira, gráfico; Alcides Bartolomeu de Farias, biólogo; Belisa Maria Guedes Gonçalves, estudante; Flávio Correia de Farias, bancário; Mário Gonçalves e Vera Lúcia, funcionários do ECT.

A Polícia Federal reconheceu as prisões, efetuadas entre os dias 18 e 20 deste mês, e continua a dar prosseguimento às arbitrariedades, com a manutenção da incomunicabilidade dos companheiros.

Na convocatória, as entidades dizem que "temos claro que nossa luta não terá um término na libertação dos seis de Brasília, pois ainda continuam encarcerados os companheiros recentemente presos em Pernambuco e outros mais pelo restante da nação". Enfatizam que "a libertação dos companheiros presos não basta para garantir o fim das violências políticas, pois os aparelhos repressivos (DOI, CENIMAR, POLÍCIA FEDERAL), continuarão em funcionamento, e os agentes de tortura na impunidade".

Em Brasília, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal distribuiu a seguinte nota:

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, ao receber denúncia de que autoridades policiais invadiram e varejaram, sem o mandado competente, a sucursal provisoria do jornal "Versus", em Brasília, protesta contra mais esta violência. A invasão, que se deu na ausência do responsável pela sucursal, Antônio Carlos Pereira, atinge frontalmente a liberdade de imprensa, já que ao local comparecem com regularidade jornalistas profissionais, a fim de elaborar aquela publicação. No resguardo do direito de seus associados, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal reitera, mais uma vez, o seu repúdio ao fato e espera providências que ponham cobro à arbitrariedade."

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão.....

Idade.....Endereço ..... Bairro.....

Fone..... Cidade ..... Estado..... CEP.....

End. Comercial ..... Horário..... Fone.....

Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500,00 **Semestral Cr$ 250,00**

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente) Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluízio José Marques, Altair Moreira, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Maria Cristina Pfau, Marineide Oliveira, Marion Frank, Suzana; **Nacional**: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio., **Cultura**: Aguinaldo Meyer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Alli; Sérgio Squilanti **ARTE:** João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Siam,Martinez,Zezo (ilustração); Ennio Brauns Fº, João Roberto Martins Fº, Niels Andreas (foto)

Revisão Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé

Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quiteiro, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

SUCURSAIS:

Brasília (SCS - Edificio Maristela, s/1103): Luiz Carlos Marina Juarez: **Recife** (R. Aníbal Falcão, 127 -Fraças): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração). **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Matta-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza araújo, (administração): **Curitiba** (R. JoséJosé Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Atem; **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, **Salvador** (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 s/408): Acauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara. Orlando Guilhon Braga, Regina maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS:
Aracaju (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros. **Florianópolis** (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelino. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinicio de Araújo (administração e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cícero Correia, Francisco de Assis.
ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Vereia, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Adelmo Oliveira (Salvador)
Diretor-Responsável: Robison Ayres.
EM TEMPO é uma publicação da Editôra Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6880. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

GAÚCHOS CONSTROEM TENDÊNCIA SOCIALISTA

"A luta pela democracia não é contraditória com o socialismo", defende o "Projeto de construção e programa para a Tendência Socialista no MDB gaúcho", documento lançado em Porto Alegre pelo Setor Jovem Metropolitano do partido oposicionista.

O Setor Jovem Metropolitano do MDB lançou na semana passada em Porto Alegre, um "projeto de construção e programa para a Tendência Socialista no MDB gaúcho". O documento é dividido nos seguintes itens: I. Condições estruturais do País; II. A conjuntura política atual; III. A construção da Tendência Socialista; IV. Plataforma de lutas para a Tendência.

A proposta de estruturação de uma Tendência Socialista no MDB do Rio Grande do Sul, foi lançada em fevereiro deste ano (Ver EM TEMPO nº 2) pelo Setor Jovem. Agora, com um documento mais acabado e com a idéia mais amadurecida, os Jovens do MDB de Porto Alegre retomam a proposta através do lançamento deste "Projeto que é dirigido à todos os setores progressistas da Oposição gaúcha".

O documento deixa claro ser a "proposta da Tendência Socialista uma proposta regional, calcada em toda uma experiência e tradição do partido com vínculos populares. A realidade em outros Estados é bastante distinta, e certamente em vários deles a organização de uma Tendência no interior do MDB seria equivocada e apenas entravaria seu maior desenvolvimento se ocorresse fora dele".

Segundo o projeto de construção, a Tendência Socialista aglutinará as correntes mais progressistas que atuam no MDB; definirá uma linha programática mais explícita em vários pontos em que o Partido não sai da generalidade, como a questão nacional e o imperialismo, a questão da terra e sua nacionalização e coletivização, e um programa para o movimento operário onde se superem as generalidades liberais com propostas em relação ao controle operário, liberdade sindical e partidária, etc. A Tendência se regerá pelos critérios democráticos de submissão da minoria à maioria; terá como formas de estruturação orgânica, as direções colegiadas e proporcionais às posições políticas existentes em seu interior, a secção municipal como base geográfica e a setorização por frentes de trabalho como formas privilegiadas de organização de base. A TS procurará ainda, estabelecer contatos a nível nacional com outros núcleos que defendam a mesma perspectiva dentro e fora do MDB, neste sentido, já existem vários núcleos de formação de um PS ou movimento socialista em São Paulo, Minas Gerais, a "Convergência Socialista", a "Frente Popular Eleitoral" no Rio de Janeiro, e muitos outros espalhados em todo o País. Transcrevemos, a seguir alguns dos principais trechos do projeto.

Sobre a Frente Nacional de Redemocratização:

Nosso inimigo principal, hoje, é o governo Geisel, Figueiredo, e seu "pacote de reformas". Aos trabalhadores e à oposição consequente não cabe desdenhar a FNR (Frente Nacional de Redemocratização). Nosso papel é no sentido de mostrar seus limites seu elitismo, seus compromissos com a ideologia burguesa mas sem confundi-la com algo idêntico ao governo Geisel ou seu substituto.

Pontos do programa da FNR interessam aos trabalhadores e às classes populares. Nesse sentido, devemos exigir coerência e compromisso entre sua teoria, seu discurso e sua prática política. Suas promoções massivas devem contar com a nossa presença para cobrar seus limites e suas promessas populares. Devemos forçá-la a radicalizar frente ao governo Geisel. Forçá-la, principalmente, a questionar a própria forma atual de dominação da burguesia. Levá-la a questionar a ditadura, o regime militar em si. Assim poderemos fazer avançar os interesses populares e aproveitar no sentido dos trabalhadores as contradições interburguesas atuais.

"A luta pela democracia e o socialismo: um programa de transição".

Durante muito tempo a oposição socialista brasileira debateu-se em torno de uma falsa contradição. Como encaminhar a luta democrática sem cair no propagandismo genérico em torno das vantagens da sociedade socialista ou ficar limitada às alternativas democráticas burguesas, tipo o nacionalismo populista pré-1964.

A luta pela democracia não é contraditória com o socialismo. Ao contrário, hoje, somente os trabalhadores e seus aliados têm condições de levar até o fim a luta pela democracia nas sociedades capitalistas de origem colonial. A extrema dependência ao capial estrangeiro, a associação voluntária com o imperialismo e o não antagonismo entre o capitalismo monopolista e a estrutura da terra nas mãos dos grandes latifundiários, soldam, a nível internacional, os interesses da classe dominante. Seus conflitos não passam de problemas secundários que não chegam a pôr em risco a estratégica de subordinação dos países periféricos e dependentes ao capitalismo como modo de acumulação mundial.

A luta democrática, porém, que hoje engloba o conjunto das reivindicações por liberdades democráticas e a conquista de uma Assembléia Constituinte que venha a ratificar uma nova relação na luta de classes do País, não é suficiente para que os trabalhadores construam sua alternativa social.

A luta pela democracia na perspectiva dos trabalhadores, portanto, carrega em seu bojo, necessariamente, os avanços qualitativos do controle sobre a produção, da gestão pública das empresas estatais, da nacionalização das terras, do domínio público sobre os grandes meios de comunicação de massa como o Rádio e a TV, das formas autogestionárias dentro das empresas, da democratização dentro da Escola e sua subordinação ao jogo de forças no conjunto da sociedade.

A conquista da democracia, da emancipação nacional, a solução da questão agrária, portanto, são questões que estão intimamente ligadas às lutas dos trabalhadores hoje no Brasil, e consequentemente, estão na perspectiva do socialismo.

"Sobre a construção de um partido dos trabalhadores"

A classe operária brasileira ascende hoje aos 10 milhões de trabalhadores ligados diretamente na indústria de transformação. No campo, os contingentes assalariados, temporários ou permanentes, atingem 8 milhões de pessoas. Se contarmos com o enorme setor terciário, igualmente mal remunerado, e uma pequena burguesia muito mais ligada ao setor de serviços do que nos pequenos negócios ou empresas, veremos que o potencial existente para a formação de grandes partidos de massa anticapitalistas é evidente.

A criação de partidos operários de massa no Brasil passará, certamente, pela fusão dos vários núcleos que hoje atuam regionalmente mas sem capacidade de dirigir ações nacionais mais significativas nem possuem suficiente representação para falar em nome da classe ou setores dela. Hoje, o número de núcleos no meio operário, entre os estudantes e intelectuais, que reivindicam a ruptura com o reformismo e o nacionalismo populista é suficientemente significativo para que se transformem - unidos - numa perspectiva viável de construção partidária.

Para nós essa fusão ocorrerá no processo de trabalho comum e articulado de uma **corrente ou movimento socialista** que mantenha em seu interior o direito de tendências.

Entendemos que essa corrente ou movimento socialista deverá levar ações comuns com outros setores, como os anteriores que se afirmam defensores dos interesses populares, buscando sempre a formação de uma **frente única** visando à construção partidária independente dos trabalhadores. O direito de tendência possibilitará que em seu interior coexistam as várias posições que hoje buscam a construção de uma alternativa ao burocratismo e à colaboração de classes da esquerda tradicional e resgatem os ideais internacionalistas do movimento operário internacional.

Sobre a construção do socialismo:

Para atingir a hegemonia política sobre o conjunto da sociedade os trabalhadores necessitam criar e fortalecer seus próprios partidos. Desenvolver seus meios de comunicação de massas, fortalecer suas entidades representativas, criar centros de difusão ideológica, exercer uma experiência de democracia nos vários níveis da sociedade, desde a fábrica até o parlamento. Não há movimento de massa nem criação de condições mínimas para a construção do sociedade, desde a fábrica até o Parlamento. Não há movimento de massa nem criação de condições mínimas para a construção do socialismo se não tivermos as amplas massas exercitadas e experientes na condução de seus interesses coletivos."

O socialismo para sua construção, passa necessariamente pela compreensão científica, verdadeira, de seu significado, ao menos em parcelas ponderáveis da sociedade, fundamentalmente os trabalhadores. Sem isso não há construção do socialismo mas sim de mais uma burocracia, de mais um Estado que ainda que alcance um estágio superior em relação ao capitalismo decadente não será nem um simulacro da sociedade sem classes que pretendemos construir.

Plataforma de lutas da tendência socialista: (principais pontos)

- Pelo fim do arrocho salarial, plena liberdade sindical; pela formação do sindicatos por empresa e ramo de produção, com pleno direito de organização horizontal dos sindicatos dos trabalhadores (Centrais Sindicais); pela formação de **comissões de empresa ou fábrica**, como base da organização sindical; direito de greve; pela escala móvel de salários conforme o custo de vida e contratos coletivos de trabalho que incluam a garantia do emprego na vigência do contrato; pelo controle operário da produção nas empresas públicas e privadas.

- Nacionalização das grandes propriedades rurais e entrega para a exploração coletiva àqueles que nela trabalham; estímulo e fortalecimento do sistema cooperativo para os pequenos agricultores através da ação estatal; liberdade sindical e direito de greve; extensão das conquista dos trabalhadores da cidade aos trabalhadores do campo: 13º salário, férias, insalubridade, assistência médico-hospitalar, etc.

- Nacionalização dos serviços urbanos básicos; controle pela população, através de suas associações comunitárias, dos gastos públicos municipais, visando a defesa dos seus interesses; e outros acerca do "Problema Urbano e o meio ambiente".

- **Escola e Movimento Estudantil:** Ensino Público e gratuito em todos os níveis; estatização das universidades e colégios particulares; democratização da gestão da universidade; por eleições livres e diretas, com propostas programáticas por parte dos candidatos, para os cargos de direção dos institutos, faculdades e reitorias; pelo enfrentamento ideológico ao conteúdo do ensino e ao autoritarismo da universidade burguesa; pelo fim do caráter policial-repressivo dos SOEs e SOPs dos Colégios Secundaristas; liberdade de organização das entidades estudantís em todos os níveis; etc.

- **A Questão da mulher:** Pela valorização da mão-de-obra feminina; por condições que permitam o trabalho da mulher (creches, berçários, etc.) pela legalização do aborto; pelo fortalecimento dos movimentos femininos que propugnem pela transformação social; etc.

Além destes pontos consta um item sobre a questão dos negros e dos índios, e conclui com a questão da democracia, propondo a luta pela total liberdade de expressão e organização; extinção imediata de toda a legislação repressiva; anistia ampla e total; e convocação por conquista ou pressão popular de Constituinte, antecedida pelos pontos acima e convocada por um governo provisório, a ser eleita pelo voto direto e universal inclusive dos analfabetos, soldados e marinheiros.

(Sucursal de Porto Alegre)

crise econômica, um balanço do semestre.

O capitalismo brasileiro deverá atingir fatalmente o fundo do poço, combinando o pior de três mundos: recessão econômica, desequilíbrio de balanço de pagamentos e inflação. Além disso, é preciso acrescentar a esta lista negra uma absoluta ausência de perspectivas de recuperação a curto e médio prazo, com consequências negativas, é claro, para as perspectivas de longo prazo.

Até o ano passado a crise econômica era assunto de primeira página em todos os jornais. Hoje em dia a questão domina o cenário. No entanto, o quase completo abandono da análise da crise econômica tem levado a muitos equívocos na análise da própria crise política. Quando se trata, por exemplo, das possíveis saídas reformistas para o regime, não é raro o analista supor uma capacidade de barganha ou de concessão por parte de certos setores da burguesia, que só existiria se a crise econômica já estivesse sido superada. Algumas dessas distorções atingem tal extremo que acabam por sugerir um maquiavelismo do atual governo no que se refere à manutenção de certos pilares do modelo pós-64.

Colhendo aqui e ali as notinhas curtas e indigentes contendo dados setoriais, o quadro que disso resulto, no entanto, aponta bem no sentido inverso. Ou seja, nem o imobilismo governamental e puro exercício de maldade, nem há no horizonte qualquer perspectiva de pronto restabelecimento da economia.

Pelo contrário, nuvens negras se acumulam no horizonte. A balança comercial voltou no período de janeiro a maio deste ano a apresentar déficit, confirmando uma tendência observada desde o início da década.

Com relação ao mesmo período de 1977, as exportações brasileiras sofreram uma redução de 4,8%, passando de US$ 4,97 bilhões para US$ 4,74 bilhões. (ver quadro I). Além disso, as importações cresceram cerca de 3,4% no mesmo período, saltando de US$ 4,9 bilhões no primeiro semestre de 1977 para US$ 5,1 bilhões este ano. Isso significou a substituição do saldo positivo de US$ 39 milhões (janeiro a maio de 1977) pelo significativo déficit de US$ 370 milhões este ano.

Com relação à inflação, também não se confirma o otimismo de Simonsen para 1978. A taxa de 33%, que ele augurava na passagem do ano, dificilmente será mantida. Para períodos de 12 meses a taxa de inflação de janeiro à maio de 1978, embora em queda, situou-se sempre acima dos 35%, voltando a elevar-se em junho (ver gráficos). A confirmarem-se os mesmos resultados do segundo semestre de 1977, a taxa de inflação alcançaria este ano 40% (superior portanto aos 39% de 1977). Isoladamente essa diferença de apenas 1% pode não parecer grande coisa, mas no bojo dos desastres que marcam os últimos dias do atual governo, em todos demais aspectos, a perspectiva deixa de ser grave para se tornar simplesmente desastrosa.

O monetarismo não acaba com a inflação e provoca recessão

O interessante é que esses insucessos governamentais no combate à inflação vêm se dando a despeito de uma política monetarista rígida de redução gradativa dos gastos públicos e dos investimentos do setro produtivo estatal, acrescida da redução dos recursos de financiamento destinados as vários setores privados. Com resultado, entretanto, tem-se a preservação de um nível inflacionário corrosivo, além da agudização de crises em setores chaves como a construção civil, a indústria de bens de capital e a próprias agricultura.

Na realidade as razões do insucesso do monetarismo encontram-se nas profundas diferenças existentes entre a atual crise - o que significa dizer, o estágio atual do capitalismo brasileiro - e aquele de 12 anos atrás, quando a política de controle monetário foi aplicada com alguma eficácia. Estas diferenças residem, em primeiro lugar, no patamar de concentração atingindo pelo capitalismo crescentemente dominado por oligopólios industriais e financeiros capazes de pressionar seus preços e a taxa de juros para cima. Em segundo lugar, tem-se a agricultura que ao contrário da conjuntura de crise passada, onde era ainda fortemente dominada por esquemas primitivos de produção (pré-capitalistas), passa a viver agora em termos explícitos da lógica capitalista - e por tanto de parâmetros como preços, custos e recursos financeiros - o que também contribui para perigosas oscilações - no caso redução - da área agrícola cultivada, tal como se verificou nesta safra (1977-1978). Uma terceira diferença encontra-se no fato de que a eficácia da política monetarista daquela época esteve também - e profundamente - articulada a um forte arrocho salarial, ao passo que atualmente, tendo em vista um lento, porém, efetivo retorno das lutas dos trabalhadores, a variável salarios deixa de ser - pelo menos a curto e médio prazo - um instrumento expressivo de controle da inflação.

Finalmente, em quarto lugar, verifica-se que ao contrário da conjuntura de 1964/68, onde várias reformas na área especificamente financeira abriram as perspectivas do "milagre", a conjuntura recente e atual (isto é, desde 1974) tem-se caracterizado por um profundo imobilismo da política econômica - como que a esperar que a bebedeira passe e uma fresta de luz apareça no final do túnel.

Beco sem saida

Esses fatores, aliados a uma prolongada crise do capitalismo internacional, aliás sem perspectivas imediatas de recuperação, tem levado o capitalismo brasileiro a um "beco sem saída" (pelo menos por enquanto), expresso numa perigosa redução da taxa de investimento e de crescimento. *(Ver Gráfico II)*

Segundo indicadores divulgados pelo IBGE, o setor industrial vem apresentando desde o ano passado substantiva redução da taxa de crescimento, a qual passa 8,7% entre maio de 1976 e maio de 1977 para 3,0% no mesmo período de 1977 à 1978. Por isso, tendo-se em vista que o setor agrícola deverá apresentar este ano crescimento negativo ou nulo, (explicável tanto pela quebra de safra como pela redução da área cultivada), cálculos otimistas estimam entre 3 e 4% o crescimento do produto bruto, enquanto cálculos mais pessimistas estimam tal aumento entre 2 e 3% - o que representa um dos índices mais baixos nos ultimos 30 anos.

Parece pois que em 1978 o capitalismo brasileiro deverá atingir fatalmente o fundo do poço, combinando o pior de tres mundos: recessão econômica, desequilibrio de balanço de pagamentos e inflação. Além disso, é preciso acrescentar a esta lista negra uma absoluta ausência de perspectivas de recuperação no curto e medio prazo, com consequências negativas, é claro, para as perspectivas de longo prazo.

Entre as questões atualmente pendentes para a manutenção de um crescimento capitalista, permanece o intrincado dilema entre crescimento com inflação ou estagnação. Por outro lado, resta também saber como compatibilizar o objetivo até agora mantido (redução do crescimento com preservação ou aumento da taxa de inflação) ao mesmo tempo em que cresce o movimento de massas, e especialmente o dos trabalhadores que não se mostram dispostos a continuar arcando com o onus do combate a inflação. Para o governo e a propria burguesia, a questão chave é rearticular a economia de forma a retomar um novo ciclo de expansão a partir de uma situação imobilista, explicável não pela notória incompetência do atual governo, mas por razões muito mais profundas, isto, é, por problemas estruturais do capitalismo brasileiro. No bojo desta rearticulação, como da vez passada, encontra-se o problema do financiamento dos gastos e dos investimentos públicos e privados, que por enquanto só tem encontrado solução nos escritos oficiais e acadêmicos. Pelos dados divulgados pelo IBGE, a indústria de bens de capital - um dos pilares da reciclagem - teria apresentado taxa negativa de crescimento nos últimos doze meses (até maio deste ano), ao mesmo tempo em que de janeiro a maio o setor apresentou um crescimento bem inferior (0,8%) ao da indústria automobilística (12,3%), esta um dos pilares do moribundo "milagre".

Frente a estes dados, e retomando o problema da análise da conjuntura atual, resta colocar uma questão e fazer uma advertência. A questão diz respeito a limites concretos, de natureza econômica, que se opõem a uma saida "social democrata", e de natureza política que impedem por enquanto uma "pinochetada". A advertência corre por contra da lição amargamente sofrida e ainda não aprendida: a despeito dos obstáculos econômicos os rumos da sociedade brasileirá, como outra qualquer, só serão definidos na arena do confronto entre as forças sociais interessadas na manutenção do sistemas ou na sua transformação. *(Mauricio Borges e Sandra Starling)*

Quadro I

EXPORTAÇÕES — JANEIRO A MAIO
(Em US$ 1.000

ITEM	1978	1977	Variação Absoluta	Variação (%)
A) Produtos primários				
Café em grão	656352	1562383	-906031	-58,0
Outros	1601317	1498735	+102582	+6,8
Subtotal	2 257 669	3 061 118	803 449	-26,2
B) Produtos industrializados				
Café industrializado	133942	228977	-95 035	-41,5
Outros	2260574	1558006	+702568	+45,1
Subtotal	2 394 516	1 786 983	+607533	+34,0
C) Consumo de bordo, reexportação transações especiais	88 913	130 750	-41 837	32,0
D) Exportações totais				
Café	790294	1791360	100166	-55,9
Outros	3950804	3187491	763313	+23,9
Total	4 741 098	4 978 851	-237 753	-4,8

Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico I

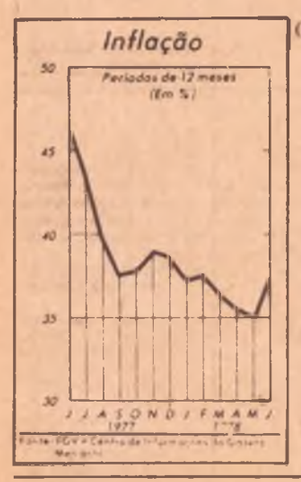
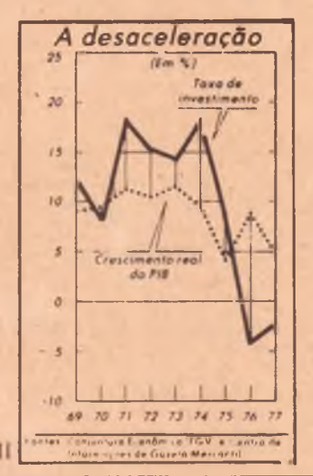


Gráfico II



RUMO ÀS ELEIÇÕES

Aqui vão as idéias de mais três oposicionistas que estão na disputa pelas vagas nas Assembléias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado, no próximo 15 de novembro, dando sequência à publicação de entrevistas e programas que **Em Tempo** iniciou semanas atrás.

eudes freitas, do rio.

Eudes Freitas ainda não é propriamente um candidato, já que a Convenção Regional do MDB fluminense ainda não se realizou. Mas nos bastidores da política carioca, os obsevadores acreditam que é certo que ele conseguirá a legenda para concorrer à Assembléia Legislativa do Rio. Eudes é um advogado pernambucano e está no Rio há dez anos, desde que o AI-5 amordaçou o movimento estudantil de Recife.

Como você vê o papel da luta parlamentar?

Considero a luta parlamentar uma luta secundária em relação às lutas diretas dos trabalhadores e demais setores populares. Entretanto, ela tem a sua importância própria e pode contribuir para fortalecer o movimento de massas na medida em que colocamos a campanha e o mandato a serviço dos trabalhadores e de suas formas de organização independentes, submetendo a ação no Parlamento ao controle dos setores de base e às suas lutas. Para isso, é necessário denunciar claramente as limitações da participação no parlamento burguês, não iludindo os setores populares de que votando neste ou naquele candidato estarão participando diretamente do poder. Mais do que isso, é fundamental denunciar com firmeza as limitações que a ditadura militar nos impõe hoje, cerceando nossa liberdade de organização e manifestação. Isso significa que, não podendo os trabalhadores se organizar através de seu próprio partido, são obrigados a se utilizar do MDB, um verdadeiro saco de gatos, um partido controlado pela burguesia e, assim como a Arena, filho da ditadura.

A conjuntura atual abre um maior espaço para esta luta?

Olha, as eleições parlamentares deste ano têm importância fundamental, não por considerarmos como fazem os demagogos e os oportunistas que a luta parlamentar seja o caminho para a solução dos problemas mais profundos de nossa sociedade, mas pelo fato de vivermos uma conjuntura de crise de um regime opressor. Neste momento, em que a ditadura vai sendo obrigada a lançar mão de medidas reformadoras e que setores da oposição liberal e pequeno burguesa buscam iludir os trabalhadores e o povo com propostas de redemocratização e volta ao "Estado de Direito", constituindo Frentes Amplas contra a ditadura, cabe aos setores populares interessados, levantar as bandeiras de um caminho verdadeiramente popular de superação do regime. Isto significa mobilizar estes esetores na luta pelos seus interesses imediatos - lutar por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas - e procurar, ao construir pela base um movimento amplo de oposição política à ditadura, apontar na direção de uma nova sociedade, a partir da criação de um governo dos trabalhadores, da forma de poder que expresse, de maneira verdadeiramente democrática, os interesses de todos os explorados e oprimidos.

A partir destes dados, como você relacionaria a atual conjuntura com os objetivos mais gerais a serem atingidos na campanha eleitoral?

A ditadura militar está em crise e procura sair dela reformando a sua fachada, fazendo algumas concessões para poder canalizar o descontentamento popular, que cada dia aumenta

> **1** ***"É necessário denunciar claramente as limitações da participação no parlamento burguês, não iludindo os setores populares que votando neste ou naquele candidato estarão participando do poder. É fundamental denunciar com firmeza limitações que a ditadura militar nos impõe hoje, cerceando nossa liberdade de organização e manifestação".***

como vêm demonstrando as greves operárias, as concentrações e passeatas estudantis, as manifestações populares contra o aumento do custo de vida, a luta pela libertação dos presos políticos e pela anistia ampla, geral e irrestrita. As reformas na ditadura teriam também como objetivo abrir maiores canais de participação política com os setores descontentes da classes dominante, permitindo ao capitalismo monopolista nacional e estrangeiro devolver a coesão ao bloco no poder, superando assim a crise em que se encontra o regime.

A chamada Frente de Redemocratização Nacional, ou que nome tenha, nada mais é do que o velho truque populista de tentar colocar do mesmo lado, na luta contra a ditadura, setores de classe com interesses antagônicos. É a velha fórmula da oposição liberal burguesa, à qual vêm se juntar os "autênticos" vacilantes do MDB, tentando atrelar o movimento de massas a uma saída elitista que só favorece as classes dominantes, iludindo os trabalhadores e o povo. Como se isso não bastasse, na cabeça desta frente estão o banqueiro Magalhães Pinto - um dos articuladores do golpe militar de 64 - e um general de pijama, Euler Bentes, legítimo representante deste regime que oprime o povo brasileiro há 14 anos.

Ao mesmo tempo em que se acirram as contradições no bloco dominante, surge a necessidade de uma redefinição do campo da oposição ao regime, uma vez que certos setores da oposição deixam-se enganar pelas reformas da ditadura ou pelas saídas elitistas da oposição burguesa liberal (vide caso Chico Pinto). É necessário, portanto, aprofundar as bandeiras da oposição consequente, articulando as lutas por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas com a propaganda do socialismo, criando assim, ao nível do movimento de massas, uma tendência socialista que dispute a hegemonia deste movimento.

Em resumo, os objetivos a atingir nesta campanha seriam os seguintes: isolar, cada vez mais, a ditadura militar, denunciando as reformas outorgadas; colocar a campanha e o mandato parlamentar a serviço da elevação do nível de consciência, mobilização e organização independente dos setores populares, especialmente dos trabalhadores; denunciar as saídas elitistas do regime, construindo, no plano institucional, uma corrente oposicionista consequente que aponte para a superação do regime e para a criação de uma sociedade socialista.

Qual o programa que possibilitaria, hoje, atingir tais objetivos?

A meu ver, seria um programa que tivesse como eixo a luta pelas liberdades democráticas e por melhores condições de vida e de trabalho para os setores explorados e oprimidos da população. Mas temos de entender que a luta pelas liberdades democráticas não é o nosso objetivo final, estratégico. Não se trata de lutar pela conquista da democracia em abstrato. Não queremos, simplesmente, a volta à democracia burguesa anterior a 64. Nossa luta mais geral é a luta pelo fim da ditadura militar e pela construção da única e verdadeira democracia: o governo dos trabalhadores. Entretanto, entendo que hoje os trabalhadores e o povo não têm força para atingir imediatamente este objetivo. Trata-se, portanto, de acumular forças para poder atingi-lo. É neste sentido que devemos lutar hoje pelas liberdades democráticas, entendendo-as comodentro da luta tática, para acumulação de forças, que abre espaço para os trabalhadores, elevando seu nível de organização e de consciência.

Lutar por liberdades democráticas significa lutar pela liberdade de organização, manifestação e expressão para os trabalhadores e setores oprimidos, pela liberdade de organização partidária para os partidos operários e populares, pela liberdade sindical, pela revogação de toda a legislação repressiva, pelo desmantelamento dos órgãos de tortura e repressão política, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo fim dos sequestros, prisões, torturas e assassinatos políticos.

Ao mesmo tempo. devemos lutar pelo fim do arrocho salarial, por melhores condições de vida e trabalho, pela posse da terra aos camponeses pobres, e outras reivindicações econômicas que interessam à maioria explorada da população brasileira. Entretanto, tais reivindicações políticas e econômicas devem estar articuladas com a luta mais geral pelo fim da ditadura e pela construção do socialismo.

O MDB está com seus dias contados. Como você analisa a participação de candidatos populares, nestas eleições em frentes eleitorais e que relação isto tem com a chamada rearticulação partidária?

Em primeiro lugar, é necessário denunciar os limites da rearticulação partidária imposta pela ditadura, mostrando que os novos partidos são também filhos do regime. Sabemos que surgirão partidos auto intitulados "socialistas" ou "trabalhistas", com pretensão de falar em nome dos trabalhadores. Reponderemos a isso apoiando a luta pelo verdadeiro partido dos trabalhadores mesmo sabendo que ele só surgirá num longo processo de luta. Mas ao mesmo tempo não somos a favor de que tudo continue como está, ou seja, que o MDB continue canalizando as tendências oposicionistas. É necessário aproveitar o espaço aberto e forçar ao máximo os limites desta rearticulação partidária, para que as diferentes correntes da oposição possam se expressar de forma autônoma. Neste sentido, sou favorável à criação desde já de uma "tendência socialista" dentro do MDB que defenda um programa próprio e que lute, no bojo da rearticulação partidária, por um espaço político próprio.

(Marcelo Beraba)

gilberto martins santos, do rio grande do sul.

Engenheiro, advogado e professor universitário, Gilberto Martins Santos é candidato a deputado federal pelo MDB gaúcho. Participou do movimento estudantil em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militou no antigo PTB. Agora, com 39 anos, concorre às eleições pela cidade de Cruz Alta.

Qual sua opinião sobre as eleições deste ano? A conjuntura atual possibilita um papel mais destacado do Parlamento?

As próximas eleições têm a particularidade de apresentar no seio do Partido um grupo de candidatos que anteriormente estavam marginalizados da vida política, fruto dos sucessivos impedimentos criados pelo regime de exceção. Isso fez com que o MDB se limitasse a um tipo de política tradicional, sintonizada com as normas traçadas por um processo escuso e que não tinha respaldo popular. Daí o MDB ter perdido muito de sua importância partidária. Nestas eleições isso mudará sensivelmente.

Quais as medidas que poderiam favorecer os trabalhadores nesta mudança no comportamento parlamentar?

Os trabalhadores e os estudantes que no curto espaço de democracia vigente no Brasil tiveram importante papel na conscientização das massas, com o período de repressão praticamente voltado contra ambas, perderam muito de sua importância, o que facilitou os dispositivos ditatoriais. Medidas estas, integralmente interessadas nos privilégios de uma reduzida classe dominante e dos grupos internacionais, ambos responsáveis pela política econômica que conduziu este pais a um verdadeiro flagelo. Calando a boca dos estudantes e dos operários, a tarefa de estabilização da ditadura ficou mais fácil e com isto o povo, por temor, obrigou-se a aceitar silenciosamente todas as arbitrariedades e prepotências oriundas de uma ditadura. Trabalhadores e estudantes são segmentos indispensáveis ao pleno funcionamento de uma democracia autêntica e popular.

Quem é hoje a oposição popular? Quem, efetivamente, se opõe ao regime e em que grau?

A verdadeira Oposição brasileira está funcionando isoladamente e sem cobertura partidária. Intelectuais, líderes operários esclarecidos,

> **2** ***"A alternativa socialista que, sem dúvida nenhuma, aglutinará todos os homens públicos, intelectuais, estudantes e operários progressistas, se encarregará de empurrar para a frente uma luta que esteja perfeitamente sintonizada com um futuro que está muito próximo e que modelará uma nação livre da opressão e da exploração."***

estudantes politizados, formam um conjunto verdadeiramente de oposição e muitas vezes não encontram amparo no partido tido hoje como oposicionista. Não obstante, estes grupos vigiam de perto o comportamento da opsoiação exigindo determinados posicionamentos que reduzem a dinâmica deste regime que está perdendo a influência na sociedade brasileira.

O que dá coerência à oposição popular, por que tipo de transformação social ela deverá lutar?

A oposição só atingirá o cerne da população quando integrada numa luta que vise reformas radicais que alterem profundamente o atual quadro estrutural da nação. De nada adianta tratarmos da alteração de uma lei do inquilinato que permite a exploração imobiliária quando sabemos que a maioria esmagadora do povo brasileiro não tem onde morar e perdeu a maior parte de seu orçamento, sendo incapaz de atender os compromissos habitacionais. Como poderá a oposição falar na distribuição de terras sem tratar de uma Reforma Agrária que elimine, definitivamente, o latifúndio? Como admitir alterações na Reforma do Ensino quando temos absoluta certeza de que a maioria dos jovens não estudar por não ter condições econômicas e ainda entrenta a decisão governamental de privatização da Educação?

Por conseguinte, uma oposição consequente jamais poderá pactuar com remendos. A situação atual exige mudanças que respondam profundamente às exigências e necessidades populares.

Qual sua opinião sobre a possível reestruturação partidária que surgiria após as eleições, extinguindo o bipartidarismo atual?

A alternativa socialista que, sem dúvida nenhuma, aglutinará todos os homens públicos, intelectuais, estudantes e operários progressistas se encarregará de empurrar para a frente uma luta que esteja perfeitamente sintonizada com um futuro que está muito próximo e que modelará uma nação livre da opressão e da exploração.

O Setor Jovem do MDB de Porto Alegre defende a constituição, desde agora, de uma Tendência Socialista dentro do Partido. Como você vê a proposta do Setor Jovem?

Eu não vejo a Tendência Socialista. Eu já estou lutando por ela e auxiliando todos aqueles companheiros interessados nesta reformulação partidária.

E a Frente Nacional Redemocratizadora? O MDB deverá assumi-la, ou pode correr o risco de se desgastar para as eleições de novembro?

A Frente vai até ali. E dali para diante nós nos encarregamos da definição e dos princípios que porventura ela omita na sua carta programa. O MDB deve participar da Frente como devem nela se integrar todos aqueles que estejam interessados em corrigir os erros que se amontoaram ao longo destes 14 anos de ditadura disfarçada e inteiramente voltada contra os legítimos anseios do povo brasileiro.

Como você analisa as recentes greves em São Paulo e em outros centros do País?

As greves operárias, eu as considero como movimentos legítimos e em condições de pressionar o governo que brincou por muito tempo com o poderio da classe trabalhadora. Se o atual governo considera a greve ilegal, façamo-la, com o nosso apoio, legal. Afinal de contas, há muito tempo que o povo guarda uma vontade incontrastável de mostrar ao governo que a qualquer momento poderá parar o País, para que as distorções enormes existentes sejam corrigidas.

(Jorge Andrada)

elquisson soares, da bahia.

Ex-presidente do diretório Ruy Barbosa, da faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro em 1968, Elquisson Soares foi o mais votado vereador pelo município de Vitória da Conquista, interior baiano, na sua primeira experiência político-eleitoral, assim que deixou a Faculdade, já como advogado. Na última eleição, candidato a deputado estadual foi o mais votado no Estado pelo MDB, tendo conseguido mais de 14 mil votos.

Vem denunciando, combativamente, os abusos do poder, os problemas da poluição, os casos de grilagem no interior do Estado, a violência policial contra os estudantes e a corrupção, favoritismo e desobediência de quaisquer normas éticas pelos dois últimos governadores Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos. Elquisson Soares é agora candidato a deputado federal, devendo ser um dos mais votados.

Qual o significado das próximas eleições?

Em 34 tivemos na Assembléia Constituinte candidatos socialistas. Portanto as eleições são um dado importante que permite à nação entrar em efervescência, em análise de toda sua estrutura. Em 78, mais que qualquer outra, a eleição assume um papel extremamente importante, porque dela poderá resultar alterações, ainda que não profundas, mas reclamadas e não atendidas pela ditadura vigente.

Sei que o MDB tem sido oposição em poucos momentos, mesmo ao nível do Congresso, pela pouca combatividade dos seus integrantes, e a frágil estrutura decorrente do não atendimento nem mesmo de seu programa. Ele tem sido um emérito colaborador do Sistema e isto pode ser visto ainda agora, no episódio da criação da "frente". Com isto o MDB está se enfraquecendo ao diluir-se nessa tentativa louca de apelo a candidatura militares e já admite o processo em prática pelo sistema, para evitar a manifestação popular e negar a eleição direta, que consta de seu programa.

Qual então o papel dos eleitos?

É fundamental que sejam consequentes, e para isto, a adoção dessas candidaturas agora pelo parti-

> **3** ***"Os candidatos autênticos devem elaborar um programa comum que pudesse ser defendido por todos durante a campanha e que se traduzisse em um compromisso mínimo de comportamento parlamentar, para os que se elegessem, permitindo inclusive que o eleitor cobrasse este procedimento do parlamentar". Futuramente poderemos ter partidos políticos com ideologias definidas e que sirvam de veículos das reivindicações dos vários segmentos da sociedade".***

do, tem que refletir a preocupação, o compromisso de cada um com os anseios da população, da normalização da vida do País de um modo geral, as aspirações de todos e o atendimento das reivindicações de vastos setores do empresariado nacional, sobretudo em função da defesa de nossas riquezas naturais e o mínimo para o mais sacrificado de todos os setores da nossa sociedade, que é o operariado, setor que tem pago o mais caro ônus ao sistema vigente.

O parlamentar atualmente vale tanto como se não existisse. A legislação criada em 64 teve a preocupação de castrar o legislativo, numa manifestação de absoluta desconfiança no poder civil, de tal modo, que um deputado ou senador, a única coisa que pode concretamente fazer é reconhecer coisas de utilidade pública. Quando ele é mais ousado, é inclusive denunciado pelos submissos e castrados, como agitador. Essas mazelas todas têm levado o executivo a se fortalecer mais ainda.

Diante disto, que características deve ter a próxima campanha?

Em outros países o candidato se apresenta defendendo o programa do seu partido, portanto, sua formação política. Aqui não temos partidos como uma filosofia definida. O MDB não cumpre seu programa. Basta ver o problema da Constituinte. Por isto nas eleições todo mundo apresenta-se como autêntico. Os oportunistas usam inclusive uma linguagem mais dura que os mais consequentes. Por isto defendo que os candidatos mais autênticos devem elaborar um programa comum que possa ser defendido por todos durante a campanha e que se traduza em um compromisso mínimo de comportamento parlamentar para os que se elegerem, permitindo inclusive que o eleitor cobre este procedimento do parlamentar.

Este compromisso daria em quê?

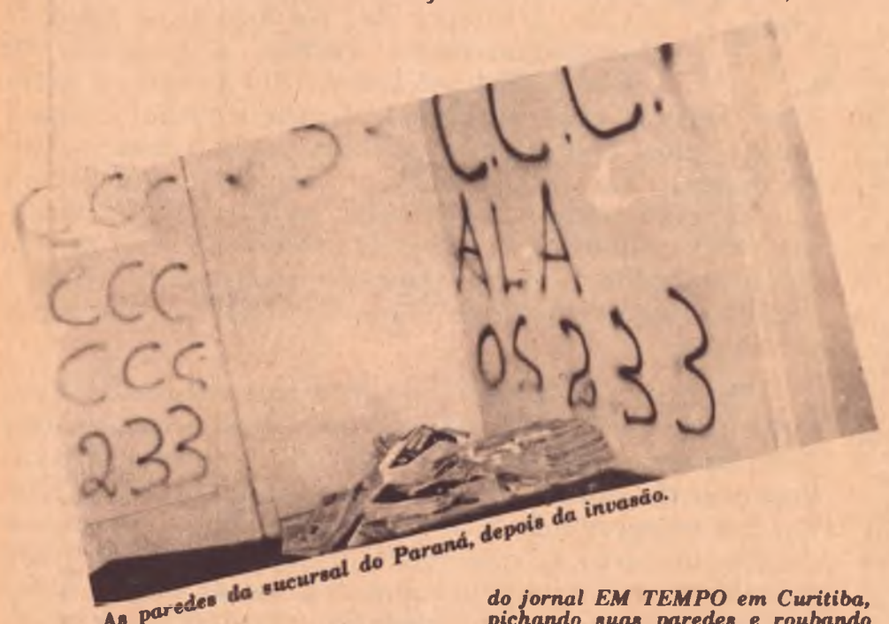
Futuramente poderemos ter partidos políticos com ideologias definidas e que sirvam de veículos das reivindicações de vários segmentos da sociedade. Por enquanto, como ocorreu no Império, não temos partidos políticos, e sim, entidades associativas que servem de índice de que o cidadão está filiado, mas não traduz seus anseios, suas proposições políticas.

Sabemos que mais de 70 por cento da população vivem do salário mínimo. Este segmento, vítima maior do sistema, até pode Votar na Arena, mas nunca será um voto no governo. Ele não percebe que votando na Arena esta fortalecendo o governo. Acho fundamental que tenhamos quatro ou cinco deles. Vejo na criação do programa comum uma possibilidade prática e muito mais logica para a formação de um novo partido político, porque significara mais do que uma simples sigla. Pode-se perfeitamente criar um partido socialista que não tenha um programa socialista, e seja apenas uma sigla.

(Dalton Godinho)

CCC ATACA EM TEMPO

No Paraná, o terror invadiu nossa sucursal, em represália pela publicação do listão dos 233 militares e policiais acusados como torturadores por presos políticos paulistas. Trata-se da "Ala os 233" do Comando de Caça aos Comunistas, instituição pára-militar de extrema direita.



As paredes da sucursal do Paraná, depois da invasão.

Não era preciso ter uma bola de cristal para deduzir que algum tipo de represália cairia sobre o jornal EM TEMPO por ter divulgado uma relação de 233 torturadores denunciados por 35 presos políticos de São Paulo, na nossa edição de nº 17. Principalmente depois que um dos arrolados na lista, Nelson Sarmento - ex-chefe do CENIMAR em Minas Gerais, nos escreveu uma carta e nos deu uma entrevista que confirma o conteúdo geral da denúncia dos presos políticos. E era tão previsível a possibilidade de sofrermos algum tipo de prepressão que manifestamos, por carta, esta nossa preocupação a Ordem dos Advogados do Brasil, a Arquidiocese e ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e à Associação Brasileira de Imprensa. Realmente não deu outra: O Comando de Caça aos Comunistas, CCC, organização paramilitar e terrorista de direita, invadiu, na segunda-feira a sucursal do jornal EM TEMPO em Curitiba, pichando suas paredes e roubando documentos administrativos.

Utilizando-se de uma chave falsa, os membros do CCC aproveitaram a hora do almoço para efetivarem sua ação, hora em que a sucursal encontrava-se vazia. E arrogantemente deixaram lá a prova de sua vinculação com os torturadores denunciados pelos presos políticos ao picharem na parede: "CCC - Ala Os 233". *O já famoso número 233 - quantidade de torturadores citados no documento dos presos políticos, aparece agora como o nome de uma ala desta organização de extrema-direita, o que se constitue numa prova evidente da ligação entre as organizações paramilitares e terroristas tipo CCC e GAC com os torturadores que fizeram história nos porões dos órgãos de represão política.*

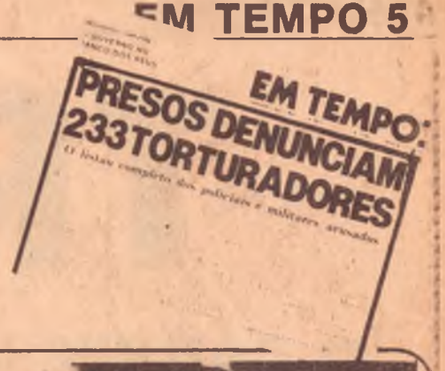
Mais um indício de que a denúncia dos 233 torturadores foi o pivot da invasão da nossa sucursal pelos militantes do Comando de Caça aos Comunistas: uma semana após termos divulgado a denúncia dos presos políticos de São Paulo, o articulista Adilson Barros, da Última Hora *do Rio de Janeiro, conhecido pelo trânsito fácil nos órgãos de segurança, fêz um artigo sobre a denúncia do jornal EM TEMPO, que ele acusou de ser de notória conotação "comunista", informando que esta denúncia tinha deixado assanhado certos setores militares que estavam inconformados com o governo, por permitir a divulgação destes fatos. Pelo visto, estes setores militares, de ultra direita, resolveram passar a ação, como o demonstra a invasão da nossa sucursal em Curitiba.*

Os objetivos das organizações de extrema-direita com atentados idênticos aos da sucursal do jornal EM TEMPO de Curitiba são claros: não contando mais com a cobertura da censura à imprensa pois o grau de oposição ao regime por parte de vários segmentos da sociedade o levou a ter que abdicar da censura prévia, estas organizações só encontram na intimidação a única maneira de impedir que as torturas, e principalmente o nome dos torturadores, sejam denunciadas ao público. Trata-se, portanto, de intimidar a imprensa combativa para que ela, não siga o exemplo de EM TEMPO e se omita em relação aos crimes cometidos pelos torturadores. Desta maneira, visa-se impedir que forme-se na opinião pública a consciência de que os torturadores devem ser julgados e procura-se desarticular a oposição popular ao regime através da intimidação, através de atos terroristas.

Não por acaso, a represália ao nosso jornal se deu no Paraná, um Estado que há seis meses atrás os órgãos de segurança viam "comunismo" até em escolinhas para crianças de três a seis anos. Só este ano o Comando de Caça aos Comunistas seqüestrou a professora Juracilda Veiga, colaboradora do jornal Movimento, *e o então presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, Carlos Augusto de Oliveira. Ameaçou ainda com cartas a membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, parlamentares do MDB, estudantes, professores, jornalistas e líderes classistas.*

Apesar de todos estes atos, o Secretário de Segurança de Curitiba, general Alcindo Pereira Gonçalves, insiste em dizer que "O CCC não existe no Paraná". O general Alcindo Pereira é o mesmo que tornou-se famoso nacionalmente por ter declarado, na época em que foram presos 11 jornalistas e intelectuais paranaenses que "se fosse necessário para a Segurança Nacional", ele mesmo sequestria pessoas. De resto, o comportamento das autoridades paranaenses não se diferencia das demais do país: a omissão total em relação aos atos terroristas de direita. Assim, estas organizações de extrema-direita aparecem como um braço clandestino do próprio regime, que não tendo mais condições para reprimir apenas com a força bruta a articulação da oposição popular, dá livre curso às organizações tipo o CCC. Afinal, sejam quais forem os pontos de conflito em relação aos rumos do regime, há um ponto em comum entre as correntes mais ou menos direitistas: os torturadores não podem ir aos bancos dos réus, pois isto seria por em julgamento não apenas os crimes imediatos destes torturadores mas o próprio regime. É por isto que o CCC volta-se contra o jornal EM TEMPO, é por isto que o regime militar e as autoridades do Paraná fazem vistas grossas a mais um atentado.

(Tibério Canuto)



A solidariedade de D. Paulo.

O cardeal

Quando o jornal EM TEMPO divulgou o documento dos presos políticos do presídio do Barro Branco, São Paulo, denunciado 233 policiais e militares como torturadores, e a entrevista com o ex-chefe do CENIMAR, Nelson Sarmento, que confirma o conteúdo desta denúncia, a diretoria do EM TEMPO encaminhou ao Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, um dossiê sobre estes fatos e uma carta onde manifestava a sua preocupação com possíveis represálias ao nosso jornal. Nesta carta, informávamos ao Cardeal a importância da denúncia dos presos políticos, bem como o porquê de publicá-la; coerente com o nosso compromisso de divulgarmos fatos verdadeiros mesmo que eles incomodem o regime autoritário.

Agora, D. Paulo Evaristo nos responde, através do Serviço de Comunicações da Arquidiocese de São Paulo, enaltecendo a atitude do jornal de publicar a denúncia dos 233 torturadores. Eis a carta do Serviço de Comunicações da Arquidiocese de São Paulo:São Paulo, 18 de julho de 1978

Ilmo. Sr.
Diretor Presidente da Editora Aparte S/A.
Saudações cordiais.

Por intermédio do Serviço de Comunicações da Arquidiocese de São Paulo, o Sr. Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns acusa e agradece a sua prezada carta de 7 de julho p.p. e comunica ter já encaminhado a documentação, a ela anexa, aos órgãos das Comissões de Justiça e Paz da Arquidiocese e dos Direitos Humanos e Marginalizados para dela tomarem conhecimento.

Pede ainda o Sr. Cardeal que, nesta missiva, fosse enaltecido o fato da publicação e também a maneira como foi feita na edição de nº 17 do jornal Em Tempo.

Crê o Sr. Cardeal que os sofrimentos de tantos, sobretudo de gente completamente indefesa e inocente, não podem ter sido em vão.

Sendo o que me cabia comunicar, com estima e admiração, atenciosamente me subscrevo.
(a) Cón. Francisco de Assis Gandolpho (SERCOM).

agora são os gráficos

Pela primeira vez nos seus 29 anos, o grupo editorial* Abril, *que ostenta o título de maior parque gráfico da América Latina, conheceu uma greve operária. Os 2.173 gráficos pararam dois dias seguidos e arrancaram um aumento de 15% para os horistas e aumentos menores para os mensalistas.

A greve, apesar de pouco divulgada pela grande imprensa por motivos óbvios, repercutiu intensamente em São Paulo. A Companhia Litográfica Ipiranga, que recebe encomendas das maiores empresas do país, entrou em greve simultaneamente e durante duas horas foi o suficiente para o patrão dar 15%, subdivididos em 10% de aumento e 5% de antecipação. Na gráfica de O Estado de São Paulo e na Melhoramentos, ***falava-se também em greve. Os jornalistas da*** Abril Cultural, ***das publicações infantis, aderiram à greve, e os de*** Nova, Capricho, Veja e Placar ***seguraram as matérias para impedir sua composição. O acontecimento deu novo impulso à mobilização dos gráficos, retomando sua conhecida tradição de luta no meio operário.***

Não é de agora que os gráficos da **Abril** vêm lutamdo. Em 1976, praticamente sem nenhuma organização, foram surpreendidos com 10% de antecipação concedidos pela empresa. Mesmo assim, fizeram abaixo-assinado e conseguiram 400 subscrições. Em 1977, entram em contato com os jornalistas, sem conseguir grande apoio nas redações desvinculadas da **Abril Cultural.** Mas o número de assinaturas aumentou:600 da gráfica, mais 300 das redações. Houve também a participação do sindicato dos gráficos, pela primeira vez. Na hora da entrega do documento, os representantes da diretoria do Sindicato disseram que não queriam que a comissão de trabalhadores os acompanhasse, sob a justificativa de que seus integrantes ficariam "queimados" junto aos patrões. Os membros do sindicato acabaram negociando sozinhos com o patrão e o resultado foi antecipação de 12,5%, em vez do aumento desejado. Entretanto, foi produtivo: "através do abaixo-assinado, conseguimos fazer contatos, com novos companheiros, diz um integrante da oposição.

Neste ano, a experiencia acumulada desde 1976 e o ressurgimento das lutas operárias permitiram novos avanços , Mais de 1.100 gráficos da **Abril** colocaram seus nomes no abaixo-assinado e a castegoria conseguiu trabalhar em conjunto com o sindicato sem aceitar sua direção.

A entrega do abaixo-assinado foi feita apenas pelo pessoal que tinha imunidade, isto é, diretores do sindicato e advogado. Isto provocou problemas: os representantes do sindicato decidiram não entregar as assinaturas mas apenas os textos, argumentando que dessa forma protegeriam as pessoas que haviam assinado.

Se uma comissão de operários tivesse acompanhado esta entrega talvez o problema não tivesse ocorrido, a julgar pela reação dos operários. Argumentaram que quem queria ser protegido dessa forma nem tinha assinado a lista. E que era importante a entrega das assinaturas, pois era um primeiro risco que o pessoal estava se dispondo a assumir. Diante desses argumentos, a diretoria foi buscar as assinaturas na sede e entregou-as. Mas os patrões não perdoaram a mancada e disseram depois que tinham recebido um monte de assinaturas sem documento e não sabiam do que se tratava...".

Esta atitude do sindicato confundiu os gráficos, diante de outros procedimentos da diretoria que conflitavam com este: "Ficamos em dúvida sobre a má-fé do sindicato. Nos anos anteriores, sempre conseguiam podar, cercar, contornar, segurar os ânimos. Na verdade, sempre foi essa a política deles: controlar os sindicalizados. Mas desta vez, a conduta de alguns diretores surpreendeu. Deram o apoio à nossa luta, que era necessário; abriram as portas do sindicato para nossas reuniões; deixaram a discussão correr livremente. O fato de não interferirem contra o movimento da gente é que foi a grande surpresa. Até orientaram no começo.

Entretanto, "foras" como o das assinaturas, por exemplo, mostraram que mesmo ajudando, eles tem um **Método pelêgo** - se é que se pode falar assim.

Por "coincidência", imediatamente após a apresentação das reivindicações, a direção da empresa reuniu todos os supervisores e chefes, discursou sobre os novos benefícios que a empresa passaria a dar aos trabalhadores. Redução dos preços das refeições e dos remédios, provável criação de um montepio para aumentar a aposentadoria e criação de um clube de campo eram as "grandes novidades". Uma ressalva, porém, a empresa deixou bem clara: essas coisas poderiam não se realizar, se acontecessem "coisas mais drásticas". Fizeram questão de não usar a palavra **greve**, mas era disso que estavam com medo.

Um operário conta como foi a reação às novidades da empresa: "a proposta de montepio foi cortada pela base porque a maioria do pessoal é novo e a rotatividade, muito alta. O clube de campo foi chamado de "lorota" e indignou o pessoal que não entendia uma empresa que pagava mal mas tinha dinheiro para construir um clube. Além disso, o pessoal sabia que as propostas tinham ligação com nossa reivindicação. Isso ficou bem claro porque os chefes insistiram muito em divulgar essas novidades justamente nas seções onde o número de assinatura hamia sido maior".

Nesse meio tempo, a empresa negociou com o sindicato sem os gráficos saberem. Fizeram um acordo e comunicaram através de uma circular: 10% de aumento pra quem ganha até dois salários mínimos: 8% aos que recebem entre dois e quatro s.m.; 6,5% aos que ganham de quatro a seis; e 5% para os que recebem de seis a oito salários mínimos. Esta tabela foi homologada sem que o sindicato levasse à proposta à assembléia.

"Quando a gente cobrou o acordo – diz o operário – o sindicato disse que "todo aumento conseguido, qualquer que seja, a gente tem que segurar e que se em três (dois diretores mais advogado) haviam obtido aqueles aumentos, nós todos juntos poderiamos obter muito mais..." De novo, os **métodos pelegos.**

No contato com o restante do pessoal, os líderes do movimento sentiam um clima propício ao avanço da mobilização. Nos outros anos, a turma não cobrava. Agora, todo mundo queria saber como estava o movimento. Foi convocada uma assembléia e, por unanimidade, resolveu-se levar ao patrão reivindicação de acréscimo de 10% a todos os percentuais da tabela acertada com o sindicato através de uma comissão de 80 pessoas, formada por dois representantes de cada seção.

No dia da entrega, só 42 das 80 pessoas apareceram no lugar marcado resolveu-se telefonar pras seções convocando mais gente. A sala do diretor da gráfica, João Gomes, ficou entupida. Pediu uma comissão menor, de 20 pessoas, o que foi aceito. A resposta era previsível: em "hipótese nenhuma" a empresa poderia dar 10% sobre aquela tabela.

A resposta dos gráficos á intransigência foi definida em nova assembléia: fincar o pé nos 10b0 sobre a tabela. Combinou-se também uma paralisação total na hora em que a comissão subisse. Um operário fala da objetividade e rapidez de decisão: "Houve pouca divergência. Os de cada setor foram falando e reforçando: - paralisação e os 10% sobre a tabela. Todo mundo queria falar, mas era só pra dar mais uma força. Foi muito bom, foi aumentando cada vez mais a coesão. Ninguém estava inibido: um companheiro, com franqueza, chegou a dizer – 'eu nunca fiz esse negócio mas estou gostando muito disso tudo aí'. Quem não subia para intervir, manifestava-se do plenário mesmo. Foi muito bom".

GREVE

o dia da paralisação

À medida que os representantes de cada seção iam-se integrando ao cordão de pessoas, os companheiros iam batendo nas costas dos seus representantes dando aquela força.

Faltando 15 minutos para as 10h00 do último dia 20, pessoas da comissão foram para o local combinado e, notando aue faltava gente, começaram a percorrer aa gráfica toda, ao encontro dos companheiros que ainda não haviam subido. A iniciativa, expontânea, teve um efeito subjetivo enorme. À m edida que os representantes de cada seção iam se integrando ao cordão de pessoas, os companheiros iam batendo nas costas dos seus representantes dos gráficos não soube

A comissão subiu e deparou-se com um imprevisto: o papo começou a alongar-se e acabou durante cinco horas e meia.

"No começo, o gerente da gráfica mostrou-se solícito - relata o mesmo operário -, mas quando reafirmamos a proposta, ficou louco da vda. Depois de 10 minutos de conversa receberu um papelzinhop escrito, leu e dissepra gente: estou recebendo uma comunicação aqui de que tudo lá embaixo está parado. Não entendo este diálogo, pois vocês estão começando com umna arma encostada na minha cabeça".

Foi nessa altura que o advogado do sindicato tomou umna iniciativa considerada 'totalmente desnecessária' no entender dos membros da comissão: disse que ninguém ali estava sabendo da paralização. "Isso pertubou-nos moralmente, pois estávamos assumindo aqulela paralização . Aos poucos, fomos confirmando o que havia dito o advogado. E o pastrão não deixou por menos, ironizando que elepróprio já sabia às 7h00 que a greve ia estourar e era inacreditável que os representantes do movimento ainda não soubessem disso", lembra um dos membros da comissão.

Usando esse pretexto, João Gomes disse que não tinha mais condições parta continuar e chamou Richard Civita, um dos donos da **Abril.** Civita reafirmou com insisterncia que o clima de franqueza era muito necessário e, até as 15h30, ficau apresentando à comissão dezenas de dados, relatórios, estatísticas e levantamentos para provar que a empresa não podia dar o aumento reivindicado.

"Não podíamos discutir om ele em pé de igualdade - acrescenta o mermbro da comissão -. Teríamos que ter uma pilha de dados sobre aumento da publicidade, preço de capa, etc. para contraargumentar".

Diálogo

Naquelas alturas, era difícil saber quem rompia o tal do 'diálogo'. Richard Civita, depois de criticar a 'arma na cabeça' representada pela paralisação, começou a lembrar , a título de 'exemplo', o caso da Saab-Scania de São Bernardo do Campo onde depois da greve por aumento os patrões mandaram embora 300 operários. Durante todo o tempo de 'diálogo' a comissão ficou sem qualquer comunicação ciom o exterior da sala do diretor. Nessas condições, os representates dos gráficos não souberam que os companheiros lá embaixo continuavam parados nem que os 1.200 operários da **Litográfica Ipiranga** haviam entrado em greve naquele momento, estimulados pelo exemplo dã**Abril.** Não souberam também que o próprio João Gomes percorria alguns setores da seção de acabamento aconselhando aqueles operários a também entrarem em greve, "para não haver atrito". O acesso a todas essas informações certamente teria um peso anorme pra fortalecer a moral da comissão, pressionada sem parar pelos argumentos do experiente Richard Civita.

Foi nessas condições que a comissão enorme apresentar a Civita, por conta própria, contra-proposta de 8%, cuja negociação ficaria condicionada à aprovação da asembléia. A comissão decidiu ainda, que o pessoal devia voltar ao trabalh o...para "continuar em clima de diálogo".

a auto-crítica da comissão

"Este foi o nosso grande erro: – convocar o pessoal para retornar ao trabalho", diz um membro da comissão, acrescentando que "isso poderia ter desmobilizado tudo, pois a decisão da assembléia era não voltar a trabalhar." Por trás da atitude da comissão, um problema maior: "decidimos porque estávamos envolvidos nesse clima de diálogo", admite o gráfico da comissão.

Os gráficos acataram a ordem de voltar ao trabalho mas à noite o pau quebrou. A própria comissão já havia concluído que diante do monte de dados apresentados pelo patrão não havia condições para tomar deliberação alguma. A assembléia achou que a comissão foi na onda: "começou a subir no tablado nêgo completamente indignado, dizendo que se fosse para continuar naquela lenga-lenga de pára-começa-pára-começa, ia desistir desse tipo de briga ali mesmo", lembra um gráfico. Alguns membros da comissão começaram a se defender, outros assumiram que houve erro. Os que procuraram se justificar colocaram seus cargos à disposição mas o plenário não aceitou, dizendo que eles já tinham aquela experiência e se fosse para mandar outras pessoas corria-se o mesmo risco que da primeira vez. Diante da tentativa de abandono da luta, os gráficos exigiram a auto-crítica na prática de seus representantes.

Foi dessa forma que os 400 gráficos da **Abril** reunidos naquela assembléia deram um voto de confiança à comissão. Reafirmaram a reivindicação de se acrescentar 10% sobre a tabela original e o mesmo tipo de encaminhamento e métodos de luta.

No dia seguinte, às 10h00, toda a gráfica da **Abril** parou de novo. A comissão novamente foi ao diretor da gráfica mas só um elemento falou. Disse que mantinham os 10% e só desceriam com uma resposta positiva e que os 8% tinham sido ridicularizados. De novo, João Gomez insistiu no diálogo, com uma proposta nova: estavas disposto a ir a uma assembléia dos gráficos da **Abril**, naquela hora, que a comissão não tinha poder deliberativo. A comissão aceitou e propos o local; a própria **Abril**. João Gomez recuou: uma assembléia, ali, deixaria "marcas, cicatrizes"... Nessas condições, o jeito era fazer no sindicato. Quando a comissão já tinha até contratado os ônibus para levar o pessoal, o representante da DRT que estava presente a todos os encontros, vetou a medida. Argumentou que a greve era ilegal e que a empresa poderia, se quisesse, mandar todo mundo embora. E disse mais: se aquela comissão não tinha poder deliberativo, precisaria ser escolhida uma que tivesse.

A comissão retornou às seções e discutiu essas propostas. Houve gente que não abriu mão da assembléia mas a maioria concordou tirar outra comissão. Na prática, foram reafirmados os mesmos representantes – só que agora com poder de decisão para aceitar o que a empresa propusesse. João Gomez apresentou a proposta: ao invés de 10%, 5% sobre a tabela, para todos os horistas, que são a grande maioria dos trabalhadores na gráfica. Para os mensalistas, permaneceriam os percentuais originais da tabela.

A maioria maciça da comissão aceitou a proposta e os gráficos da **Abril** voltaram ao trabalho.

Jornalistas e funcionários também param na Abril

Na última-feira, uma semana depois dos gráficos da Abril, os jornalistas e funcionários da Administração e Publicidade entraram em greve por aumento de salário. É a primeira greve de jornalistas desde 1961, quando todas as redações de São Paulo pararam, às 10h00, nas 12 redações do grupo o único barulho era o dos batepapos e da máquina de fazer cafe", conta um jornalista. As sucursais de Veja, com exceção das do Rio e de Brasília, aderiram imedictamente, em solidariedade. Dependendo da resposta dos Civita, os leitores de Veja, Placar, Nova, etc., poderão ter a surpresa de não encontrar essas revistas nas bancas nesta semana.

Carlos Moreira

TRABALHADORES VIRAM A MESA

CNTI *Estava tudo pronto para mais uma farsa. O Sr. Ministro Ari Campista, o dono da festa, aguardava, calmo, a chegada de Geisel. Estava tranquilo: todos os detalhes tinham sido cuidados. Dinheiro não faltou - nunca falta. Era pra se orgulhar, devia pensar consigo mesmo. Conseguiu colocar, segundo dados seus que depois seriam desmentidos, seis mil trabalhadores para aplaudirem, além do presidente, seu ministro do trabalho. O tiro, no entanto, saiu pela culatra. Botaram água no chope do homem. E ele quase perde a cabeça.*

Os trabalhadores viraram o congresso. Esta é a forte impressão que permanece entre aqueles que participaram do V Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, realizado esta semana no Rio. Foi um momento de luta e de afirmação para o movimento operário de oposição: no início praticamente metalúrgicos, conseguiu ampliar suas bases e denunciar a estrutura dependente que domina o movimento sindical brasileiro.

Montado burocraticamente e com grande aparato para se transformar em mais uma manifestação dos pelegos em apoio ao regime, o Congresso acabou se transformando num acontecimento vivo e num centro de debates de questões concretas e de maior interesse para a classe operária, abrindo a perspectiva, inclusive, para a sua atuação de forma mais organizada.

A luta por um regimento interno democrático, que permitisse a discussão sobre as teses por todos os congressistas (e não apenas por 600) e permitisse, também para todos, o voto no plenário, acabou simbolizando a própria luta que os operários travam, hoje, por liberdade de expressão e manifestação. Como o direito de greve e o fim do arrocho, eles tentam conquistar o direito de defenderem suas posições e apontarem para o que mais os interessa na prática, sem decretos. Às vezes, negociando, às vezes, na marra.

E nestas lutas, as direções sindicais mais consequentes deram vários passos adiante: várias de suas reivindicações, como a autonomia sindical (talvez o eixo principal do Congresso), já não são mais bandeiras de propaganda mas se materializaram em propostas concretas, objetivas; ao nível da organização, o movimento consolidou a perspectiva de um comando nacional, embrião de uma futura central sindical; ao nível das denúncias, mais uma vez, e de uma forma impecável, desmascararam toda a farsa sindical pelega, a serviço do sistema; e, por fim, quebrando velho tabu, conquistaram um espaço novo para a discussão de seus interêsses políticos.

o congresso dia a dia, hora a hora.

Conquistando um apoio até certo ponto surpreendente e ampliando seu respaldo político, as lideranças e sindicatos de oposição desmascaram a farsa de Ary Campista e realizam um congresso de trabalhadores dentro do congresso pelego. Democracia, autonomia e liberdade sindical se fazem é na prática. Está provado: não são mais apenas idéias na cabeça dos operários. São parte de sua construção.

Naquele primeiro momento, ainda na manhã de segunda-feira, logo após a saida do presidente Geisel, as vozes das lideranças sindicais de São Paulo e Minas que se levantaram para denunciar o regimento interno que cassava o voto do plenário talvez ainda parecessem condenadas ao isolamento. Foram eles que tomaram conta do palco e mesmo com o som dos alto-falantes cortado, se dirigiram aos trabalhadores propondo uma lição prática de liberdade e autonomia sindical. "Não viemos ao Rio para fazer turismo e esse esforço dos trabalhadores tem de ser reconhecido".

À tarde todos voltaram a se reunir. Havia mais gente, os acontecimentos tinham sido comentados e se espalharam. Uma palestra estava programada para as duas da tarde. Não houve palestra. O plenário votou unanimemente pela retirada do Ministro do T.S.T. e ele prórpio reconheceu: "A decisão foi democrática, não me resta senão ir embora". Aos gritos, todos permaneceram no plenário: "Regimento! Regimento! Regimento!" Todo o trabalho das comissões, paralisado. Mas isso era de propósito: as teses oficiais de Ary Campista já estavam de antemão preparadas. O tumulto apenas permitiu que isso fosse desmascarado. "As comissões não estão aí para funcionar, nada. Esse congresso foi montado em benefício da estrutura da CNTI e de interesses mais gerais do sistema, talvez para o Figueiredo, se a cúpula do sistema resolver levá-lo até o fim".

Um operário gráfico gaúcho conseguiu, afinal, para a imprensa, uma entrevista coletiva com o pelegão Campista, que recusava todos os contatos. Ele interpelou o presidente da CNTI, protestando contra os alto-falantes, que à esta altura transmitiam música popular no mais elevado volume.

"O sr. não acha que isso é cassar liberdade do trabalhador?"

"Eu não acho nada", disse o presidente da CNTI.

"Mas, objetivamente...

"Eu não acho nada".

"Objetivamente, os trabalhos..."

"Eu não acho nada".

"Eu sei que o sr. não acha nada, o sr. já disse".

"Pois então eu digo alguma coisa mais: acho que os congressistas estão até satisfeitos com esse som".

Com o congresso parado, o tumulto, os protestos em altas vozes, Campista circulava pelo plenário sempre acompanhado por seu guarda-costa, um crioulão de quase 2 metros, o agente de segurança Walter Santos, no dia seguinte todo sorridente porque havia sido mencionado pela imprensa. Duas comissões se formaram para tentar um diálogo. O presidente a CNTI ficou intransigente o dia todo. Só ao cair da tarde os congressistas se retiraram. O plenário ficou vazio, ás escuras.

Vai sair um congresso paralelo?

Nessa noite, as liderenças de oposição se reuniram para estabelecer qual seria o comportamento a ser adotado no dia seguinte. O salão do sindicato dos trabalhadores em Energia e Gás ficou loteado. "O que se pede é muito pouco para ser recusado: participação ativa para quem viajou e gastou seu dinheiro."

"Nós não tamos aqui pra discutir estrutura sindical: nós todos já conhecemos como ela funciona. O que nós queremos discutir é como acabar com esta estrutura que está aí. Nós não queremos discutir a política salarial: todos nós sabemos na pele como ela nós arrocha. Nós queremos discutir é como acabar com ela."

"Pelo que já fizemos hoje, não podemos conciliar com Ary Campista. Temos de ser intransigentes."

"Temos de nos perguntar: a quem serve este congresso com este regimento?"

A palestra programada para a manhã seria do Ministro Arnaldo Sussekind, ex-ministro do Trabalho de Castelo Branco. Mas como? O coro do plenário era o mesmo da véspera: "Regimento!" Hugo Perez, das indústrias urbanas paulistas, tentou subir no palco mas foi "delicadamente" empurrado pelo próprio Campista, que chegou a ameaçar o plenário lembrando: "Sou o responsável pela ordem interna do V Congresso e não vacilarei em mantê-la à qualquer custo." Sussekind chegou a se levantar da mesa. Vai e volta. Campista o traz pelo braço. O plenário parece um mar de braços que agitam o "livrinho amarelo", o regimento substitutivo proposto pela oposição. "Se me permitirem eu fico, senão me retiro", chegou a dizer Sussekind. Palmas. Vaias. As pernas de Campista tremem. Um ex-ministro de Estado sob vaias no "seu Congresso"! "Solicito a todos que não estejam interessados na palestra que se retirem do Congresso. Mais vaias. E o coro infernal: "Regimento! Regimento!" "Chegou a hora dos trabalhadores tomarem a liberdade em suas mãos." Com quase uma hora de atraso, afinal, um acordo: palestra, sim, mas sob a condição do plenário deliberar, logo depois, o regimento interno. E veio, então, a palestra, onde o ministro do T.S.T. nada mais fez que indicar as sugestões que estão sendo encaminhadas ao Congresso para altetrações secundárias na Consolidação das Leis do Trabalho. E veio, então, a grande farsa da votação do regimento.

A votação do regimento interno

Ary chamou cinco representantes da oposição para falarem ao plenário, desta vez com som dos microfones, mas antes de qualquer coisa, orientou, ele próprio, o plenário para que os que estivessem de seu lado ficassem à direita. Colocou o regimento em votação antes da discussão. E ainda se reservou o direito de falar por último. Torceu as argumentações com a habilidade pelega que o consagrou até hoje aos olhos das autoridades. Mas ouviu, também, alguns apartes que partiam do plenário: "Não existem sindicatos fracos, somos todos oprimidos! "Nós sabemos até onde pode chegar a tua malvadeza, seu safado!" Apesar dos erros cometidos, com todas as manobras e atitudes claramente divisionistas, a oposição não caiu de madura: 1/3 do plenário votou com o substitutivo. O efeito dessa votação em apoio à atitude aparentemente estavam isolados foi como uma bomba no meio da pelegada. Arnaldo Coelho, presidente "perpétuo" do sindicato dos trabalhadores na Construção Civil, no Rio, partiu como uma flecha para cima de dois companheiros. Os dois blocos estiveram à beira de quebrar o pau. Até a imprensa se viu enrolada no meio da multidão. Muita gente mesmo, quase 2 mil pessoas. Segundo se apurou depois, por diversas denúncias, muita gente que até à véspera nem tinha crachá. Ganhou na hora, só para votar na proposta pelega, cassando o direito de voto de representantes de entidades sindicais e companheiros das bases que não se acovardaram, votando só por consciência, sem injunções.

Boa parte dos congressistas ainda permaneceu inteiramente alienada, mesmo nesse clima de "guerra". A bancada do sindicato da Construção Civil de Goiânia (3 representantes) estava no cafezinho quando o alto-falante chamou para a votação. Um deles, Aluízio Lemos, disse aos repórteres, alí mesmo, na hora do pau: "Nós chegamos e vimos dois grupos, um à direita e outro à esquerda. Ficamos na coluna do meio." "Quem não votar com Campista volta a pé para o Nordeste", ameaçavam os dirigentes das Federações mais distantes. Hospedados em quartéis, esses companheiros foram coagidos a apoiar o regimento da CNTI, ou não receberiam senha para entrar de noite nos alojamentos.

De tarde, a diretoria da CNTI abriu as portas das comissões para quem quizesse participar. A oposição decidiu não entrar lá. Prá que? As teses estavam prontas. A prova? Em menos de duas horas, 12 das 20 subcomissões nehuma com mais de dez membros, concluiram seus trabalhos. "Nós ficamos batendo papo, fazendo um pouco de hora, depois assinamos a tese que já estava datilografada."

Mas o presidente da Federação das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, que condicionara sua participação na presidência de uma comissão à votação, pelo plenário, do regimento, foi destituido. Ele e seus vinte e um companheiros, delegados da Federação, "dançaram" - "escreveram e não leram, o pau comeu". Eles permaneceram no Congresso e participaram dos debates junto com os companheiros da oposição. Como na noite anterior, a bancada dos sindicatos de oposição voltou a se reunir, desta vez no sindicato dos Metalúrgicos. 32 sindicatos que juntos representam um milhão e trezentos mil trabalhadores. Aí foram tomadas decisões importantes. No dia seguinte começaria o "congresso dos trabalhadores, dentro do congresso dos pelegos".

"Vamos tirar um boletim informando os companheiros das malandragens do Campista." "Vamos organizar uma coordenação dos nossos trabalhos! "Vamos organizar nossas próprias comissões e debater as nossas teses".

O Congresso dos Trabalhadores começou, de fato, no terceiro dia do congresso pelego, que não teve dia nenhum porque já estava tudo resolvido. Será que sim? "O que Ary Campista construiu em 4 meses que andou pelo Norte e Nordeste intrigando os companheiros e jogando uns contra os outros, nós destruimos isso em 2 dias." Para as próprias lideranças da oposição o apoio tão grande foi uma surpresa. Na véspera da abertura oficial, antes do discurso do presidente Geisel, eles confessavam que não esperavam muito "desse Congresso".

No plenário, onde menos de 100 congressistas assistem, ainda no terceiro dia, à palestras sem interesse nenhum, reunem-se os delegados oposicionistas. Reuniões livres, abertas a todos. Não é preciso inscrição para falar. E todos falam. Chovem as denúncias que, certamente, vão sair publicadas no Boletim Informativo; com a leitura do primeiro, os companheiros mais desinformados ficaram sabendo que até crianças e motoristas votaram no dia da escolha do regimento. E que as comissões deliberaram com menos da metade de seus membros, a portas fechadas, as teses só serão levadas ao plenário no último dia. As teses do congresso pelego. As do Congresso dos Trabalhadores estão sendo elaboradas dentro do próprio plenário, duas, uma sobre política sindical e outra sobre política nacional. Democracia, autonomia e liberdade sindical, são os grandes temas em discussão. E, sem coação, as vozes já não são isoladas. Levantam-se sem medo. "A estrutura podre que está aí desde 1940 nos chama de subversivos e anti-sindicalistas". "Não adianta a TV filmar um operário marcando o ponto e indo prá casa de carro. Isso é uma farsa". "Eles falam muito em divisão de renda, mas dividir que é bom, nada. Eles continuam a comer o frango e nos os restos." "Que adianta Ministro apertar a mão do operário? Tinham mais é que usar a mão para assinar atos do interesse do trabalhador", Pelos cantos do plenário os grupos se organizam, depois se disfazem, voltam a se reagrupar, formam-se grupos maiores e grupos menores, a discussão não para, toda a tarde, o congresso é uma realidade e Campista nem aparece mais. Quem quer saber de palestra? Os operários falam. Em muitos grupos, há quem procure se desculpar pelo voto errado que deu na véspera. "Não tem nada, companheiro, venha debater conosco, aqui é que estamos tentando resolver os nossos problemas." Novos grupos se organizam. As lideranças sindicais vão de um lado para o outro. Já apareceu até um megafone. Jornais murais com recortes da imprensa. Notas de protesto, mensagens aos congressistas. Os sindicatos de petroquímicos da Baixada Fluminense garantem papel para imprimir o que for necessário. Discute-se as experiências de greves recentes, no ABC, a mais recente de todas, a dos empregados da TELESP, no segundo dia do congresso. Surge um operário que chegou atrazado. Um grupo que ocupava umas trinta cadeiras no canto do plenário termina seus trabalhos. Procuram alguém da Coordenação para entregar sua tese manuscrita. É sobre liberdade sindical e direito de greve. Outro grupo discute, com o pessoal do Sindicato do Pessoal de Couros, eleições diretas, voto secreto desde a base até as federações. Autonomia sindical.

Na quinta-feira, pela manhã, já se tinha um quadro definitivo. A tentativa de terminar o congresso antes da hora fracassara. Os oradores da oposição tomaram a tribuna. Eleições livres e voto direto, autonomia e liberdade sindical, posse da terra para os pequenos proprietários, extinção da lei de remessa de lucros. A denúncia do PIS-PASEP como engodo que o governo lança para o trabalhador acreditar que tem participação nos lucros. Denúncia da associação das multinacionais com as empresas estatais. Anistia ampla, geral, irrestrita e direito de greve. A mesa, entretanto, só aceita as propostas e adendos que foram encaminhados nas comissões-fantasmas, das quais a oposição tinha sido excluida.

A PM (mais de 50 policiais dentro do pavilhão, fora as turmas de ronda e as "joaninhas", de lado de fora) fecha o cerco em torno dos lugares onde o debate paralelo se torna mais vivo. Ary Campista manobra e acusa a imprensa de perturbar a ordem e o encaminhamento das votações. Seu congresso acabou. O dos trabalhadores continuou até sábado.

"Nós sabemos que a liberdade é um instrumento de luta."

"Nós não estamos aqui para discutir estrutura sindical, nós todos já conhecemos como ela funciona. O que nós queremos discutir é como acabar com esta estrutura que está aí. Já não interessa discutir a política salarial do governo. Todo mundo sabe na pele como ela nos arrocha. Queremos discutir é como acabar com ela."

um começo agitado

"Os trabalhadores já não ser satisfazem com a cabeça do Ary Campista."Queremos um novo sindicalismo", falou um metalúrgico.

O Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria não começou, como pode fazer crer a programação oficial, na manhã de segunda-feira dia 24. As denúncias contra a farsa armada pelo Sr. Ministro Ary Campista (é assim que o velho pelego e presidente da CNTI gosta de ser chamado) no Pavilhão de S. Cristóvão, no Rio, e contra sua própria atuação na frente da maior confederação de trabalhadores do Brasil começaram a surgir dias antes, na sexta-feira, durante a reunião do Conselho de Representantes da entidade. Diante de uma platéia formada por pelegos desacostumados aos debates e às críticas, submissa à manipulação e às pressões da Confederação, Ary Campista foi obrigado a interromper o metalúrgico João Paulo Pires Vasconcelos, representante da Federação mineira, e impedí-lo de continuar avaliando sua prestação de contas.

"Preocupado em defender o interêsse das indústrias - acusava o líder mineiro - esquece que o que representa são os trabalhadores na indústria. Preocupado em endossar a política econômica do governo, esquece-se de que o grande instrumento para dar competitividade ao produto brasileiro no mercado externo têm sido o aviltamento da mão de obra nacional".

As acusações não pararam por aí e foram ainda mais concretas. **"Onde estava a CNTI na luta pela reposição salarial? De braços cruzados"** - responde João Paulo. **Onde está a CNTI,** volta a perguntar, **que não denuncia os crimes que o atual modelo econômico vêm cometendo contra a classe trabalhadora?** João Paulo acusou Ary Campista de dedo-duro quando, em 1977, o pelego denunciou diversos líderes mineiros como subversivos ao Gabinete da Presidência da República. **"É público e notório que o presidente da CNTI está indissoluvelmente ligado à situação vigente".**

No final, apenas uma Federação, das 57 que compõem o Conselho de Representantes da CNTI, apoiou abertamente as críticas dos metalúrgicos mineiros. Na hora da votação, no entanto, 16 delas rejeitaram o relógio de Ary Campista - o que deve ser visto como um fato inédito e, de uma certa forma, inesperado no atual sindicalismo brasileiro. Na última prestação de contas, há um ano, apenas quatro federações se posicionaram contra a cúpula da CNTI.

Nesta mesma reunião do Conselho de Representantes, no Sindicato dos Trabalhadores na indústria do fumo, outra votação mostrou que o movimento de oposição cresce dentro da Confederação. Antecipando uma luta que se travaria de forma mais aberta durante o próprio Congresso, as federações se dividiram em relação ao regimento interno deste mesmo congresso. Em segunda votação, o regimento do Ary Campista, escandalosamente anti-democrático, venceu por uma diferença de apenas um voto: 21 a 20.

O domingo, véspera da abertura do Congresso, reservava ainda mais dissabores ao Sr. Ministro. Numa reunião do Departamento Profissional dos Metalúrgicos da CNTI, realizada à tarde no sindicato dos metalúrgicos do Rio, ele tentou, por duas vezes, se retirar evitando deste modo as críticas generalizadas, algumas vezes rudes e agressivas, de praticamente todos os sindicatos metalúrgicos do país. Foi cobrada, novamente, sua omissão e da Confederação diante da política salarial, da estrutura sindical atrelada ao estado, das pressões e cassações de líderes sindicais (sempre aceitas passivamente), da CLT (considera o AI-5 dos trabalhadores). Exigiu-se que se pronunciasse quanto à normalidade da vida política do país, em relação às eleições diretas, Constituinte e anistia. Ele preferiu falar no Congresso que começava no dia seguinte. E, coisa rara, perdeu a calma quando um metalúrgico de Santo André o acusou de estar "mamando na teta dos trabalhadores há 30 anos".

Um pelego acusado. Estas foi a imagem de Ary Campista nos dias seguintes, durante o Congresso. Isolado no seu gabinete com ar refrigerado, tapetes e confortáveis poltronas, guardado na porta por um guarda-costas que também recebeu crachá de congressista, Campista saiu poucas vezes para ver o que se passava fore, intimidado com a reação do grupo de oposição.

Já no terceirto dia, ele não apareceu na parte da manhã e a explicação dada pelo seu vice presidente, José Calixto Ramos foi a de que o "presidente saiu daqui doente ontem à noite porque a luta foi muito dura e por causa da palhaçada que a imprensa está fazendo no Congresso".

Por outro lado os trabalhadores que hoje lideram o movimento de oposição ao regime e à estrutura sindical chegaram a este Congresso com um mínimo de entrosamento. Depois de anos de dispersão e desarticulação, estes líderes vêm conseguindo se encontrar com cada vez mais frequência. As lutas pela reposição salarial em 1977, e as greves do ABC mostraram o nível de mobilização nas fábricas. Diversos manifestos surgidos ao longo do ano fizeram avançar o nível de coeção política e ajudaram a unificar as reindicações sindicais e econômicas. Pouco antes do Congresso, duas reuniões importantes demostram o grau de entrosamento destes sindicatos: e Minas 32 antidade, depois ampliadas para 46, assinaram um documentos que repudia as reformas de Geisel; em Salvador, o XIV encontro de dirigentes sindicais de petróleo e petroquímicas aprovou um manifesto conclamando de trabalhadores da categoria a interferirem no atual processo político a partir da luta pela autonimia sindical, a construção de um sindicato único por categoria profissional pelas comissão sindicais pelas liberdades democrática pela anistia aos líderes sindicais.

O V Encontro aconteceu portanto num momento bastante específico da vida nacional quando já são mais curtos os espaços de manobras para as pelegadas. É possível mesmo que este tipo de pelego, como Ary Campista e outros diretóres da CNTI - vários deles envolvidos em negociatas e corrupção - já não interessem ao próprio governo neste momento. Como no entanto preparar um novo tipo de pelego menos compromissado com o poder mas suficientemente manipulável para que não permita que a Confederação mais importante dos trabalhadores do país se transforme em palco de reorganização efetiva, a nível nacional dos operários!

Neste sentido os dias de Ary Campista parecem estar contados. É evidente que ele não cai amanhã - e nenhum trabalhador parece ter ilusão quanto a isso. Sabem inclusive que o velho pelego é apenas um símbolo de um sindicalismo que está todo ele falido, "apodrecido", como classificou um líder metalúrgico - um sindicalismo qué hora nenhuma de seus 40 anos de existência, serviu aos trabalhadores. E os trabalhadores, desabafou outro líder este um gráfico - já não se preocupam tanto com símbolos - embora ninguém perca a oportunidade de denunciar cada falcatrua do Pelegão, como era chamado ao longo de todo o Congresso. "Os trabalhadores já não satisfazem com a cabeça do Ary Campista, falou um metalúrgico. Queremos um novo sindicalismo".

Sábio, velha raposa, Ary Campista já marcou data para sair de cena: 1980, quando termina seu mandato e pretende se aposentar. Ninguém sabe se aguenta tanto tempo. O Congresso da CNTI, que quis transformar numa manifestação de poder talvez tenha sido o começo de seu fim. De qualquer modo, se aposenta com um salário de ministro do TST (Cr$ 50 mil atualmente) e a ceteza de gordas gratificações da CNTI até o final do mandato: só para 1979, o orçamento prevê Cr$ 6 milhões a serem divididos pelos sete diretores. Fora as mordomais. Por fim vale lembrar seu rosto sorridente, subserviente ao lado de Geisel, na abertura do Congresso aparentemente alheio aos acontecimentos que se seguiram. Feliz foi a única hora de trégua que teve entre os bombardeios de véspera e a artilharia dos dias seguintes.

três teses pela autonomia sindical

1 Metalúrgicos de Monlevade
Abaixo os sindicatos-fantoches!

*"Um movimernto sindical realmente livre e responsável e não o modelo imposto pela CLT, de indiscutível inspiração fascista" é a tônica marcante da tese apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), com o título **Liberdade e Autonomia Sindical**. Na parte final do documento, de cerca de 9 laudas, os trabalhadores expressam o desejo de que os sindicatos se transformem em "autênticas escolas de democracia". E vão adiante:*

"Para tal, é preciso que seja o voto, único instrumento de preenchimento dos cargos sindicais, em todos os níveis: o Sindicato, a Federação e a Confederação. Importa sobretudo levar o trabalhador à consciência da importância do seu voto, o que se conseguirá no momento em que os resultados eleitorais não dependam de órgãos de tutela do sindicato. Em outras palavras: é preciso que os sindicatos se libertem do Ministério do Trabalho".

Em relação aos dispositivos da CLT, os metalúrgicos de Monlevade destacam três reformulações principais:

*1. **Eleições Diretas** - não só para os sindicatos, como para as federações e confederações, para evitar o que ocorre com o atual processo (indireto), em que os sindicatos atuantes e de número expressivo têm o mesmo peso eleitoral dos pequenos sindicatos (os chamados sindicatos "de carimbo"). Dessa forma, dizem eles, "poderíamos evitar a maior chaga do nosso sindicalismo: os sindicatos-fantoches, sem representatividade, criados exclusivamente para sugar verbas oficiais e garantir o controle de federações e confederações por minorias que nada têm a ver com os reais interêsses dos trabalhadores".*

*2. **Voto Facultativo** - para evitar a transformação do voto em piada, anulação ou revolta que se traduz tradicionalmente nas eleições dos chamados "candidatos-cacarecos". Sendo facultativo, o voto passaria de **dever a direito**, "com indiscutível demonstração de consciência e amadurecimento".*

*3. **Justiça Eleitoral** - É imprescindível, segundo os metalúrgicos, eliminar a presença tutelar do Ministério do Trabalho ("com seu poder discricionário de vetar chapas e candidatos"), em favor da Justiça eleitoral, à qual o processo deveria estar submetido desde a apresentação das chapas até a apuração dos resultados.*

Os trabalhadores finalizam defendendo a necessidade da adoção do princípio do pluralismo ideológico e da eleição democrática, "que não pode permitir veto a candidatos". E mais: "Ou instauramos um sindicalismo livre e autônomo ou continuaremos nesse submundo consagrado pela CLT".

2 Trabalhadores em artefatos de couro
Queremos a CGT!

Um verdadeiro ante-projeto de uma nova lei sindical num documento de seis laudas divididas em 8 parágrafos pormenorizados, foi a contribuição do sindicato dos trabalhadores na indústrias de artefatos de couro de São Paulo e arredores: da imunidade sindical ao amplo direito de greve; da autonomia à extinção da contribuição compulsória; da eliminação de qualquer restrição religiosa, social ou idelógica ao direito à prisão especial e até a criação de uma CGT quase nada passou em branco. E tudo segundo os autores do projeto é uma proposta alternativa à legislação sindical brasileira imposta desde o Estado Novo em 1940.

Na parte que trata da liberdade sindical o documento propõe a sindicalização voluntáriaria, garantindo-se ao trabalhador o direito de afastar-se da entidade, eleger a ser eleito para qualquer cargo, sem discriminação, "com todos os mecanismos possíveis de segurança". Ainda mais: prevê punições aos empregadores que procurem impedir a livre organização sindical em qualquer nível como também às autoridades que a dificultarem.

Em caso de deflagração de greve os trabalhadores sugerem a manutenção permanente de fundos que garantam a sobrevivência do empregado, seus herdeiros e dependentes. Além disso os cargos de representação junto a órgãos da justiça do trabalho, INPS e outros deverão ser preenchidos por trabalhadores eleitos por suas entidades a cada 2 anos garantia também a estabilidade no cargo que somente pode ser sujeito à revogação mediante assembléia geral da classe.

Todos os casos relacionados à admissão, suspensão e eliminação dos associados, processo de eleição, convocação de assembléias e aplicação da receita do órgão serão definidos em estatutos e regimentos internos votados em assembléias geral.

O detalhado documento paulista para o qual também contribuíram os trabalhadores de Guarulhos, Barueri, Santo André, Mauá, Mogi das Cruzes, Caieiras e São Vicente, ainda propõe a subordinação de todos a um órgão sindical de âmbito nacional - a CGT - cuja constituição inicial seria decidida por um congresso nacional com representantes eleitos a partir de assembléias fabris e de categoria.

Quanto aos direitos e deveres tanto de dirigentes quanto de associados sindicais o projeto estabelece que todos devem exercer suas atividades de acordo com a Constituição Federal e as leis vigentes de cuja elaboração tenha participado democraticamente a classe trabalhadora através de seus legítimos constituintes". Mais ainda: "que o estudo e a solução dos problemas que se relacionem com a categoria devem ter a colaboração permanente dos trabalhadores, tendo em vista o oprimoramento da legislação social do país".

3 Metalúrgicos da baixada santista
Pelas comissões de fábricas!

Delegados e comissões sindicais por empresa, ampla autonomia sindical e eliminação do vínculo com o Ministério do Trabalho, exercício amplo e irrestrito do direito de greve; negociações diretas com os patrões; garantia de estabilidade; e representação sindical nos casos de litígio na justiça do trabalho são as reivindicações principais dos trabalhadores metalúrgicos da Baixada Santista após a análise e a conclusão de que as atuais legislação e organização sindicais são ultrapassadas, não refletindo as reais necessidades da classe.

Para os metalúrgicos da Baixada Santista, as diretorias dos sindicatos devem ser formadas pelos trabalhadores das comissões de empresa, através de eleições livres e diretas, por voto universal coordenadas e organizadas pelo proprio sindicato. A mesma proposta surge em relação às federações e, nas assembléias gerais ou reuniões os votos terão valor proporcional aos membros de suas categorias, ou seja: um delegado por cado 100 trabalhadores escolhidos em eleição direta e secreta.

No tópico que trata de "direito do trabalho", os metalúrgicos santistas sugerem a garantia de estabilidade ao trabalhador impedida a sua demissão sem que fique comprovada junto ao órgão da classe "as razões e fatos que justifiquem o ato". Além disso propõem a formação de comissões paritárias, com representantes de empregados e empregadores, "para dirimir dúvidas surgidas na aplicação de acordos ou convenções coletivas".

Com relação à justiça do trabalho os metalúrgicos exigem que seu representante (vogal) passe a ser eleito na chapa para o sindicato inclusive com suplente deixando de ser simplesmente indicado pelos tribunais regionais do trabalho como ocorre ainda hoje.

E mais: que passe para o âmbito da Justiça do trabalho o registro, acompanhamento, organização e fiscalização das eleições sindicais.

"trabalhador não é vaca de presépio"

Quebrando um congresso anti-democrático, os trabalhadores atingem a própria estrutura sindical. O que é que eles querem? Como foi travada, no recinto do Vº Congresso da CNTI a luta pela democracia.

Quando os líderes sindicais de oposição levantaram, no plenário do V Congresso dos Trabalhadores, o protesto contra as "teses pré-fabricadas", exigindo o direito de voz e voto para todos os delegados inscritos, na verdade, o que fizeram foi levantar a grande questão que Ary Campista não teve nenhum interesse em colocar no temário: a questão da democracia. E, junto com ela, a da **autonomia sindical.**

Na hora em que tomaram conta da mesa, logo após a saída do Presidente Geisel, na sessão de abertura, já estava bem claro que toda a estrutura do congresso tinha sido armada de acordo com o modelo da estrutura sindical vigente e do próprio regime autoritário. A situação da oposição, no Congresso, é a mesma de todos os trabalhadores pelo Brasil afora: marginalizados pela diretoria da CNTI e pelo regime. Esse é o grande confronto que está acontecendo no Congresso. De um lado, homens, instrumentos do sistema, jogando com a divisão dos trabalhadores para manter seu poder; de outro lado, os sindicatos da oposição jogando cada vez mais responsabilidade para as bases.

"Nós não estamos ampliando uma lista de reivindicações, mas uma prática sindical que muitos companheiros desconheciam, principalmente, no Norte e Nordeste", diz Hugo Perez, presidente da Federação Paulista de Indústria Urbanas (energia elétrica, distribuição de água, gás), "e essa prática nada é senão a organização de base. Organizados pela base os trabalhadores modificam a legislação que quizerem ou fazem o que quizerem mesmo sem nenhuma legislação anterior".

"Sem reformas sociais não conseguiremos nada"

João Paulo Pires de Vasconcelos é líder de uma pequena comunidade operária, em João Monlevade, MG. Com esta frase ele repudia a democracia adjetivada e afirma que os trabalhadores querem melhores condições de vida e de trabalho, já que, historicamente, sempre foram massacrados, isolados em suas bases, vivendo, desde 1945, uma democracia entre aspas. Os trabalhadores querem liberdade. O máximo de participação no processo decissório. Eleições diretas, anistia geral, pluri-partidarismo, atividade política por toda a parte.

"Entidade sindical é política. Essa história de trazer a política para dentro do sindicato é balela, porque na prática isso ocorre todo o dia, na produção mesmo, junto aos companheiros no encaminhamento das lutas depois de discutidas as reivindicações, nos anseios que vão surgindo de mudanças na estrutura social". Hugo Perez acha que muito antes do que se possa imaginar, através das entidades mais representativas, os projetos começarão a circular pelas bases, propondo eleições diretas até para as confederações, uma Justiça Eleitoral para fiscalizar essas eleições, um dia para que se façam eleições sindicais em todo o país. "E vamos acabar com essa história de imposto sindical. Também não precisamos de voto obrigatório, não: o voto deve ser facultativo".

São questões que ganharam um espaço maior, no Congresso, e estão sendo debatidas amplamente, a partir da atuação dos sindicatos mais combativos. É a propaganda de idéias em cima de uma articulação que não está mais restrita aos Estados do Sul. A liberdade de expressão está sendo ganha na marra. Como o direito de greve, a paretir dos movimentos do ABC, em maio passado. "Nós abrimos um espaço, conseguimos aproximação com muitos sindicatos "de ponta", importantes pelo tipo de serviços que prestam seus associados, além dos sindicatos de mais longe. A estrutura sindical está falida, vai cair de madura. Nossa atuação, que tem sido importante no Congresso, vai permitir que isso seja mais rápido do que muita gente pensa. Mas não vamos encaminhar nada daqui de dentro, porque seria como sempre tem sido, de cima prá baixo. Os trabalhadores, discutindo, participando, vão elevar sua consciência e criar suas estruturas novas, de acôrdo com seus interesses. Poderemos chegar até a criar o nosso partido politico, mas sempre como um desdobramento da consciência dos trabalhadores. Eles é que criarão seu próprio instrumento de participação política".

"Entrei para o sindicato em 1923: tenho mais de 50 prisões"

Rafael do Vale é líder dos gráficos de São Paulo, mas acha que isso é uma questão sem importância; aconteceu que foi ser gráfico, poderia ter sido metalúrgico ou sapateiro. Não concorda com a divisão que a estrutura sindical impõe aos trabalhadores. "Autonomia sindical é a unidade de todos os trabalhadores, da base às confederações, todas as profissões juntas. Temos de aproveitar a liberdade aparente deste ano eleitoral e ocupar todos os espaços possíveis, porque depois a coisa vai engrossar de novo e teremos de estar mais fortalecidos. Nós sabemos que de 64 para cá a maioria dos trabalhadores ficaram limitados em sua ação, mais por causa dos encargos de família que por medo, e muitos companheiros fazem falta, porque foram banidos das entidades sindicais. Agora nós estamos voltando a discutir nossos próprios problemas e a procurar os campanheiros mais experimentados, não os que apontam, eles mesmos, outros companheiros como subversivos, como este safado do Ary Campista". De suas bases, Rafael trouxe o protesto contra os salários de fome, contra a "exploração capitalista", e as reivindicações de negociações com os patrões, direito de greve e anistia.

"Democracia é o direito da minoria se subordinar à maioria"

Presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, "Lula", acha que isso não acontece no sindicalismo brasileiro, "que está montado para atender os interêsses das cúpulas". "As maiorias, muitas vezes, são falsas".

Aparecendo somente como um dos vários líderes mais representativos dos sindicatos da oposição, "Lula" concorda que este congresso é a oportunidade para discutir autonomia e liberdade sindical. "Mas são coisas diferentes", ele acrescenta. Autonomia é o direito dos sindicatos terem finanças próprios e poderem elaborar sozinhos seus estatutos. Liberdade sindical é o direito de greve, a negociação direta e o contrato coletivo de trabalho".

Ele não considera muito importante o Parlamento, mesmo considerando a proximidade das eleições e da luta dos trabalhadores pela democracia, onde o parlamento teria um papel mais importante que hoje em dia. "Nós reconhecemos a validade do Parlamento, mas reconhecemos também que a maioria dos que usam o Parlamento não é de trabalhadores. Alguns se aproximam muito e defendem bastante os princípios dos trabalhadores, mas são tão poucos que, às vezes, passa despercebida a sua participação".

Seguindo a mesma linha de pensamento, "Lula" acha que a chamada "Frente de Redemocratização" é ampla demais para o gosto dos trabalhadores, e que seria até utopia que um grupo de pessoas vindas da elite viesse a acatar o direito de participação de classe operária. "Nós podemos assumir a responsabilidade até de criar um partido da classe operária, ou seremos reboque a vida inteira. O nome desse partido eu não sei. Sairá do consendo dos trabalhadores e vai ser criado no processo de lutas dos trabalhadores contra nossos patrões." "Há grandes possibilidades de criarmos uma Frente Ampla de Trabalhadores, desde que saibamos coordená-la em cima de objetivos bem claros. Algumas idéias devem ser jogadas para discussão. Se o trabalhador se entenderem que tudo o que existe é de cúpula e que por isso não funciona, então nos vamos criar coisas que nem estão previstas nas leis."

"Não sei se será proibido o que, provavelmente, faremos mesmo. Mas sei que precísaremos fazer para saber. Afinal, a classe empresarial pode, não é? Então, como vão proibir os trabalhadores?"

"O trabalhador quer participar da vida política brasileira."

"Sr. Presidente, esta é a cúpula do peleguismo brasileiro."

Cobertura da Sucursal do Rio:

Álvaro Caldas
Carlos Campos
Luiz Claudio Areias (fotos)
Marcelo Beraba
Marcos Aarão Reis
Maria Helena Malta

quem é quem: os grandes e os pequenos.

A estruturação de um movimento de solidariedade entre sindicatos de áreas diversas e de Estados diferentes em cima de um programa político e reivindicatório é uma das consequências mais importantes a se tirar do Congresso da CNTI, na opinião dos líderes dos sindicatos de oposição. Este movimento, que poderá vir a se desdobrar numa Frente Operária Sindical, já conta com o apoio de cerca de 1 milhão e meio de trabalhadores distribuidos em mais de 50 sindicatos, segundo um levantamento feito no Congresso.

A unidade conseguida pelo grupo oposicionista tem como um dos seus pontos de sustentação a denúncia e a negação da estrutura sindical brasileira e se desdobra em pontos concretos como a luta contra a lei antigreve, a liberdade de organização para os sindicatos, a defesa da livre negociação com os patrões e a independência diante do ministério do Trabalho.

Estes pontos constituem a base de um programa e das idéias que foram discutidas diariamente dentro e fora do Congresso pelos participantes do grupo de oposição, que procurou sempre atuar de forma unificada e sob a orientação de um comando comum, constituido pelos líderes mais representativos, tais como Luiz Inacio da Silva, o Lula, João Paulo de Monlevade, Hugo Peres, área urbana de São Paulo, Arnaldo Gonçalves, metalúrgico da Baixada Santista, Gilson, dos metalúrgicos do Rio, João Carlos, petroquímico de Caxias, Rafael do Vale, gráfico de São Paulo.

Posições diferenciadas

Os próprios líderes do movimento reconhecem que este crescimento se deu de forma diferenciada e com algumas limitações para algumas entidades, cuja participação até agora se deu basicamente em cima da negação da estrutura burocrática e centralizada que a CNTI montou para o encontro. Esta estrutura teve na discussão do regimento interno seu ponto maior de contradição. Pois a aceitação do regimento proposto pela CNTI implicava em participar de um congresso que já vinha pronto, com os membros das comissões previamente indicados e as teses embrulhadas num pacote.

A reação foi imediata. Segundo Lula, o trabalhador já não é mais vaquinha de presépio para baixar a cabeça para tudo. Na discussão deste problema a força da oposição se ampliou, embora a unidade obtida neste nível não tivesse a mesma consistência política que existe entre as entidades que compõem o grupo de oposição.

Existe entre os participantes do grupo oposicionista a preocupação em não superdimensionar suas forças, sendo unânime a constatação de que não se pode considerar como verdadeiramente de oposição todos os que votaram contra o regimento da CNTI. Lula observou que "existe um grupo aí que se opõe ao Ari Campista por interesse em conquistar cargos de direção na CNTI, o que é diferente daqueles que se colocam em oposição à estrutura sindical brasileira. Mas isto nós vamos ver mesmo é na atuação diaria destes sindicatos".

O verdadeiro crescimento do movimento se dará, segundo João Paulo Vasconcelos, com a discussão das teses e da carta Sindical aprovada ao final do congresso com outros sindicatos isoladamente e com sua apresentação em novos congressos que se realizarem daqui para frente, como o dos Jornalistas, em agosto próximo, em Maceio.

OS SINDICATOS DE CARIMBO

Por outro lado, "Quem são os chamados sindicatos de carimbo" - os pequenos sindicatos do norte nordeste e Centro-oeste frequentemente acusados de identificados como pilares do sindicalismo atrelado, base de sustentação da máquina sindical pelega? Os dados embora não muito precisos ajudam a entender esta estrutura. Segundo a CNTI participaram do Congresso 1109 sindicatos representados cerca 8 milhões de trabalhadores. É improvável segundo dados do DIEESE, este total de 8 milhões. Em 1974 não chegavam a 5 milhões os trabalhadores na indústria sob o regime da CLT. De qualquer modo, os sindicatos ditos de oposição que se unificaram no Congresso em torno da luta por um regimento interno democrático eram perto de 50 e representavam mais de 1 milhão e meio de trabalhadores. Estes são os setores chamados de ponta da economia brasileira principalmente metalúrgicos. Que durante o Congresso conseguiram atrair companheiros dos setores de alimentação das indústrias urbanas (luz e gaz), de artefatos de ouro, de vestuária e têxteis químicos e farmacêuticas. E essencialmente do Sul e sudeste do país.

Alguns destes sindicatos representam centenas de milhares de trabalhadores com os metalurgicos de S. Bernardo (120 mil) de São Paulo (270 mil) ou do Rio de Janeiro (250 mil). O que contrasta, evidentemente, com a representatividade dos sindicatos do norte e do nordeste. O delegado dos panificadores de Jequié, por exemplo com direito a um voto como João Paulo Lula, representava pouco mais de um companheiro. Quase todos estes sindicatos nos quais consiste a força de Ary Campista e da cúpula da CNTI foram ajudádos pelas federação e mesmo pelos goverrnos estaduais ou federal para irem para o Rio. Várias delegações vieram em ônibus alugados pelo Ministério do Trabalho, ou mesmo aviões fretados pelo governo estadual. Muitas ficaram hospedadas nos quarteis de S. Cristovão. Todas dependem diretamente da CNTI para sua sobrevivência.

O que não significa que todos estes delegados sejam corruptos e ponto final. Várias deles confessaram pressões insuportáveis para apoiar o regimento interno da CNTI. Uma delegação do nordeste que por motivos óbvios pediu sigilo de seus nomes, categoria profissional, e mesmo estado informou que vários membros que estavam vacilando por achar em mais justas as propostas substitutivas foram ameaçados fe serem desligados da delegação (e isto significava voltar a pé) e caso insistissem principalmente os com direito a voto sofreriam" acidentes numa serra próxima."

Neste clima acusados pela própria CNTI pouco representativos de suas bases desinteressados de um Congresso monótono de cartas marcados e conferências arrastadas estes delegados o grosso do congresso preferiu se ausentar. O que não significa necessariamente que sairam para passeios turisticos pela cidade, ficaram por ali mesmo rodando o imenso pavilhão bebendo café e coca-cola de graça conversando na praça em frente ao predio. Alguns aguardando que a CNTI cumpra sua promesas. Como uma Confederação, porque Ari um baiano que não teve vergonha de confessar que tinha vindo as custas da Confederação porque Ari Campistas de passagem por salvador o presidente da CNTI viajou durante 4 meses pelo nordeste para prepararo Congresso, lhe eu uma bicicleta nova que substitua seu unico e ha algum tempo imprestável meio de transporte

Horóscopo maravilhoso FASE 78

É o equilibrio de contrários se anulando conformismo e força de vontade, realismo e passividade com relação à vida. Não dá pra dizer que os astros escondem a situação ruim. Mas sem dúvida, dão a volta por cima muito bem.

Horóscopo: de repente, no meio de um jornal que fala de coisas tão distantes – presidentes, m inistros, atentados, sequestros - alguém, um professor de nome meio oriental, fala diretamente para o leitor. É o lugar de um recado, de um conselho amigo: "tem alguém nesse mundo que se preocupa comigo". O **Professor** do Horóscopo é uma espécie de irmão mais velho, que transmite a mensagem do pai (os astros) sem querer nada em troca.

Horóscopo – leitura que leva ao sonho? Áries: "Abra uma caderneta de poupança, deixando o dinheiro engordar"; **Sagitário**: "Não disperse sua atenção no trabalho" (Horóscopo da Folha de São Paulo, prof. Emile Sutra); **Aquário:** "Seja disciplinado e pontual no seu trabalho"; **Leão**: "Faça tudo bem feito e caprichado" (Horóscopo Positivo", Notícias Populares, professor Shiron Kayen).

Leva ao sonho? Não. No máximo pode ser um guia de conduta do dia-a-dia do leitor. Um dia-a-dia mais ou menos "igual para todos" – para quem tem negócios, para quem investe e para quem é assalariado. Aliás, Omar Cardoso insiste na igualdade de todo o mundo: "Antisardina, um produto para todos os signos".

Carneiro "Leve sua vida com otimismo e felicidade"; **Virgem**: "Não exija demais da parte dele.

Ceda mais"; **Libra:** "Não se alarme com problemas. Coragem e paciência".

Assim, para viver neste mundo, basta munir-se de coragem, paciência, bom humor, controle de si próprio, esperança, enfim, força de vontade para enfrentar os problemas referentes à manutenção da vida e da saúde e a buscar, ou melhor, esperar um relacionamento afetivo e dias melhores.

Que mundo pacífico é esse, ordenado, em que os fracassos não são importantes, onde as irritações serão vencidas com o bom humor, as relações de atrito são resolvidas evitando-as ou discutindo-as? E que indiferenciação é essa, em que todos aparecem como iguais perante o horóscopo?

Assalariado e investidores, patrões e empregados, animem-se: o horóscopo promete um dia-a-dia mais ou menos igual para todos. Usando "Antisardina – um produto para todos os signos" – é claro!

Dinheiro

Será ele o mesmo, esteja na mão do pobre ou na mão do rico? Parece que não. Na mão do pobre ele não para, segue um curso, entra e sai. Na mão do rico ele é mais dinheiro, é capital, ou seja é investimento.

"Tauriana... os astros estarão bastante benevolentes com as suas investidas no terreno dos negócios, a ponto de serem francamente favoráveis a quaisquer tentativas de aumentar seu capital" (revista Capricho).

As estrelas não distinguem o pobre do rico, o empregado do patrão, o operário do industrial. Quem tem capital e faz investimentos é o capitalista. Parece, então, muitas vezes que o horóscopo se dirige ao capitalista. E provavelmente não, pois o capitalista, além de não precisar desses conselhos e previsões, usa o horóscopo duplamente; em primeiro lugar, porque se um acordo com as estrelas dá dinheiro, ele o faz produzindo os horóscopos e, em segundo lugar – e principalmente – deve ser bom para ele que todos se julguem seus iguais: a ordem deste mundo é respeitada.

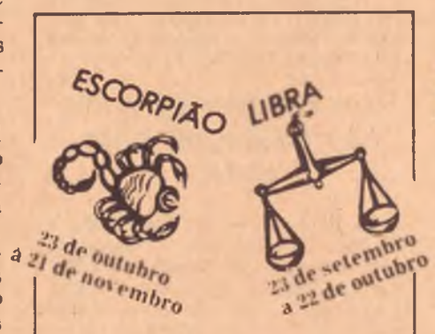
E é claro que os donos do capital acumularão cada vez mais, quanto menos puderem pagar aos assalariados. Nesse conflito, onde não há "diferenças", mas antagonismos, luta de opostos, os astros já escolheram seu time – ficamos com os patrões e a eles serviremos; por isso aconselhamos à poupança (mais dinheiro para o capitalista, aperto de cinto para os trabalhadores – o que revelará que os patrões podem pagar até menos – isso sem falar na manipulação das taxas de juros e correções).

Amor

Quando se referem ao amor, os astros não se comprometem. Discussões, repentes de nervosismo, reaparecimento do antigo amor, são situações que devem ser evitadas controlando-se os nervos, ligando-se ao presente, pensando no futuro e demonstrando a sinceridade de sentimentos.

Mas que amor é este ao qual se referem os astros? Eles que falem: "Valorize a pessoa que ama muito"; "Felicidade conjugal se souber ser malicioso (a)"; "Esse romance dará certo. Não se preocupe" (Folha de São Paulo). "Não perca tempo com uma pessoa que não o (a) ama "; "Bom Tempo para o casamento" (Jornal da Tarde".

As expressões **valorizar, ser malicioso, não perder tempo,** são expressões ligadas diretamente à atividade comercial. O que leva à questão: é este amor de que se fala aqui, um negócio? A pergunta é de um cinismo brutal. Mas são os textos que a colocam: ao falar sobre o dinheiro, a conclusão é uma só, espelho do real: um grande amor e muito dinheiro obtêm-se com um bom casamento. Assim o que a fala reflete é o problema da sobrevivência de cada um , o seu futuro: aos moços, um bom emprego e as moças um bom casamento. Aceitar essa falta como verdade é tornar o mundo natureza sem história considerando esses como os únicos caminhos possíveis.



Os astros imitam a vida, não propondo a fuga, não propondo o sonho. Reproduz os anseios, as preocupações e os problemas cotidianos de seus leitores. Entretanto, restitui ao real a sua imagem purificada: um real sem contradições.

Curiosamente, os horóscopos de Capricho, Folha de São Paulo, Jornal da Tarde e Notícias Populares não falam em sexo. Não se fica sabendo o que os astros pensam do assunto. Por sorte, pode-se recorrer ao **Horóscopo Maravilhoso Fase 78 - o primeiro guia horoscópico-científico-espiritual do mundo. Touro:** "procure pelo menos manter a paz na cama"; **Virgem:** "evite os abusos com os prazeres da carne nos próximos 15 dias". **Capricórnio:** "sexualmente falando, você está mal, e sabe por que. Para quem ainda não se iniciou, taí uma boa oportunidade." **Leão:** "sua preocupação exagerada com o sexo é a grande causa de suas angústias. Relaxe". **Áries:** "não se assuste, nem se irrite com o desinteresse de seu companheiro (a) pelo sexo: isso é próprio do aspecto astrológico momentâneo."

Em todas as frases, a constatação de que a vida sexual não está

Sagitário: Arrisque, com cautela/ Leão: Gaste, poupando/ Virgem: Ame com moderação - a presença permanente de contrários que se equilibram e se anulam.

bem. É o equilibrio de contrários se anulando, conformismo e força de vontade, realismo e passividade com relação à vida. Os astros não escondem que a situação é ruim, mas dão a volta por cima. O conjunto de atividades humanas é captado pelo horóscopo e despejado de volta sem nenhuma explicação, reaparecendo como se fosse natural. Atualiza a imobilidade, despolitizando o real.

Saúde

Balança: "Alimentação moderada. Alimentos gordurosos podem trazer sérios problemas digestivos." **Escorpião:** "Procure dormir mais cedo, menos gorduras e doces." **Peixes:** "Abusos de álcool podem trazer problemas para os nervos. Perigo."

Para ser saudável, é preciso, então, tomar iniciativas. De social (água, esgotos, ar, habitação, alimentação, seviços médicos), a saúde das pessoas vira um problema de menos gordura, menos álcool.

É sempre menos. É preciso cuidar-se (leia reprimir-se, autopunir-se), deixar de fazer coisas das quais se gosta.

E o destino

Gêmeos: "Deixe que a vivência determine suas decisões". **Virgem:** "Evite aliar-se à intransigência. Desfavorável" (Folha). Todos os conselhos são dados no sentido de remediar, contornar ou mesmo aprender a tolerar os problemas. A capacidade de transformação, esta não pertence ao mundo dos mortais. Faz-se do leitor um sujeito à história, objeto dela, mesmo de sua história pessoal, descompromet ida absolutamente da história social. A pré-determinação - ninguém escolhe o dia do nascimento - confere aos leitores a marca da igualdade ou da desigualdade.

E, de repente, no programa de rádio, o astrólogo lembra que Sagitário é o signo de Francisco Cuoco, de modo a sugerir que o ouvinte poderá - ou poderia, os astros tem um que de arbitrariedade e mistério - se tornar um dos poucos bem sucedidos.

Em Notícias Populares é curioso observar o dado das **cores favoráveis** para o dia: verde esmeralda, rosa bispo, azul pavão, vermelho fogo. É a tentativa de introduzir nesse universo mesquinhamente cotidiano de disputas individuais, ciúmes, subordinação às autoridades, a magia do exótico. Um exótico que se instala apenas na roupa, na superfície, um exótico inatingível, como toda a mudança deste mesmo universo.

(Aguinaldo Meyer e Ethel Leon)

CPC: O impasse do popular.

Alguém já disse que a pior dificuldade enfrentada pelas oposições brasileiras é o "buraco" entre uma e outra geração que participam do momento de ascenso do movimento de massas. Em 1959 ninguém discutia o passado, seja de nosso princípio de século, seja das décadas de 30 e 40. Em 68 eram poucos os que conseguiam se apropriar das experiências do pré-64. Agora, em 78, são propostas muitas coisas idênticas ou até mesmo atrasadas em relação ao passado. Não se consegue um acúmulo de discussões suficiente e a repetição dos velhos erros - sob novas máscaras - parece às vezes irremediável.

A produção de arte não foge desse quadro. O teatro jornal, bolado por Augusto Boal em 1968 que,em resumo, consistia na dramatização de notícias de jornal e seus desdobramentos, é tido como novíssima hoje. É importante recuperar esse passado; criticamente, frise-se, à luz de uma teoria e de uma prática que apontem para a construção de um programa cultural na perspectiva da transformação radical da sociedade. Trazer à tona a memória dos fatos culturais comandados pelas oposições se torna fundamental, na tentativa, não de tapar o buraco dos tempos de descenso, mas de construir uma ponte sobre ele.

A partir destas constatações feitas em conjunto, Euclides Coelho de Souza fez um breve depoimento sobre a atuação do Centro Popular de Cultura (CPC) -filiado à UNE, União Nacional dos Estudantes- no Paraná. Euclides é ator e diretor de teatro de bonecos em Curitiba e foi diretor do CPC no Paraná de 1962 a 1964. A memória dos fatos, para ele, já se acompanha de embriões de uma crítica política ao CPC que é também, indiretamente, uma crítica à direção das lutas de massas naquele momento histórico.

Intervieram também no depoimento, em breves momentos, Adair Souza, mulher de Euclides e que também participou das experiências de teatro popular cepecista, e Walmor Marcellino, autor de teatro e educador que acompanhou o processo dessas práticas político-artísticas do pre-64. (ETHEL LEON)

Da técnica à política

"Em 1959 um grupo de estudantes de Curitiba, motivado pelo Teatro de Arena de São Paulo, montou a peça **Pátria o Muerte** de Oduvaldo Vianna Filho, uma afirmação da Revolução Cubana. Queríamos a todo custo fazer teatro para o povo e levamos num caminhão a peça a vários bairros populares. Nada sabíamos de teatro; muito menos ainda daquilo que chamávamos teatro popular. **Pátria o Muerte,** montada sem o mínimo de recursos teatrais, não atingiu o público de modo algum. Não só por nossa precariedade técnica, mas fundamentalmente devido ao tema que em nada interessava às pessoas que viram a peça. Naquele momento, no entanto, achamos que nosso problema era técnico e não político e partimos para fazer um curso de arte dramática programando por nós próprios. Saímos à rua com um livro de ouro, arrecadamos dinheiro e contratamos professores de esgrima, de dicção, de interpretação, história do teatro. Achávamos que esse aperfeiçoamento, desligado das condições reais, das necessidades do públicio nos conduziria ao famoso teatro popular.

Nosso salto, no entanto, foi determinado pelo avanço do movimento de massas. O governo Juscelino Kubitschek foi um período de acúmulo de forças do movimento operário. Surgiam jornais a cada dia, a pesquisa de teatro popular crescia nacionalmente, sem qualquer coordenação. Nesse contexto formamos a Sociedade Arte Popular e, ainda no 1º de maio de 1959, montamos a peça **Subterrâneos da Cidade** de Walmor Marcellino, no prédio ainda em construção do Teatro Guaira, para tres mil trabalhadores.

O texto era elementar, pedagógico-político e versava diretamente sobre a luta de classes; tratava-se de uma greve e seus desdobramentos na casa do burguês e do operário. Nela discutíamos os alinhamentos de classe e colocavamos abertamente o papel da polícia, dos pelegos, da igreja. Em **Subterrâneos** vimos que nosso aprimoramento técnico valera de alguma forma, mas que a peça vingara de fato por sua temática falando de problemas que atingiam diretamente a classe trabalhadora. A peça foi entendida de ponta a ponta pelo público e provocou um grande impacto. As autoridades da época, do PTB, cuja visão política era populista, ou seja de diluição dos conflitos de classes, não gostou do nosso trabalho, mas se assustou ao perceber a reação favorável do público e tentou capitalizar politicamente a peça.

Quando o CPC se dirigia aos trabalhadores era levando a eles uma consciência pequeno-burguesa para seu movimento. Era falando em imperialismo, nacionalismo, pátria, e não na luta de classes e como a classe operária brasileira a vivenciava.

Em 1960 montamos uma adaptação de **Os Justos** de Albert Camus que levamos a bairros populares e sociedades operárias. A Aliança Francesa lançou uma nota indignada na imprensa, por termos "tocado" numa obra-prima. A peça foi muito bem recebida pelo publico. Logo depois escolhemos trechos de **Revolução na América do Sul** de Augusto Boal, trechos que diziam coisas ligadas as necessidades do proletariado, a sua vivencia imediata. Pois a visão implícita nesta peça, da necessidade de um teatro supranacional, podia ser importante para intelectuais e estudantes em São Paulo, mas não para os trabalhadores naquele momento. Mas disso nós não tínhamos consciência plena. Nosso envolvimento com o trabalho político era emocional, não conheciamos nada de teoria, não liamos, não estudavamos os clássicos, cumpriamos mil tarefas sem direção alguma, sem saber aonde queriamos chegar. Nossa "inspiração" de prática eram romances, essa é que é a verdade. Graciliano Ramos e Jorge Amado nossos ideologos! Os teóricos de então, quando muito, chegavam a ler Arnold Hauser e dali tiravam noções imediatas. Alias, o imediatismo era a tônica de nossas lutas.

Do CPC ao golpe

Em 1961 Euclides vai para o Rio e encontra o trabalho de Vianinha na Faculdade de Arquitetura, já em fase final: A Mais-Valia vai acabar, seu Edgar. **Nessa época começava a UNE volante, movimento que saía do Rio visando criar e fortalecer suas bases nacionais e tentando responder a um dos problemas cruciais da entidade na época: a distância vanguarda/massa. A UNE volante precisava do teatro como ponta de lança para seu trabalho político e, assim, se constituíu o CPC.**

Num avião concedido pelo governo federal (Jango) partiu um núcleo do CPC com as peças **Brasil versão brasileira** do Vianinha, que só se apresentou duas vezes tendo sido contestada por uma platéia operária.

A peça falseava a realidade ao colocar um dos personangens, identificado como uma liderança política da época, mas em dissidência com a posição oposicionista dominante na situação de furagreve. Além desta peça,uma infantil de Arnaldo Jabor,**O Formiguinho, o Autor dos 99%**,criação coletiva para estudantes e **Canção do Subdesenvolvido** de Chico de Assis e Carlos Sira. Os erros cometidos nesse período são muitos e o principal deles era a falta de noção que tínhamos sobre a classe operária: nossa idéia sobre ela era subjetiva. Na realidade era a categoria **povo** que nos norteava, uma categoria nada precisa. Na prática nos apresentávamos muito mais para estudantes.

Em 1961 chegaram a Curitiba Joel Barcellos, Maria Helena Sanches e Gianni Ratto com cursos de teatro. Para nos foi excelente, pois conseguimos aglutinar muita gente e 90% dos que frequentaram o curso continuaram conosco. Maria Helena Sanches deu um curso extemamente precioso para nós, de teatro de bonecos. A partir daí, e já com muita gente nova formamos um nucleo do Centro Poplular de Cultura.

Fizemos então pequenas peças sobre problemas do povo pobre - **O pobre na Delegacia de Polícia, O pobre no Samdu,** etc que apresentamos principalmente em colégios. A UNE, volante estadual levou para o interior- Londrina, Apucarana, Paranaguá, etc - peças de Boal, bonecos para crianças. Criamos o departamento de cultura de Curitiba, montamos ainda **Os Fuzis da Sra. Carrar,** levamos peças a um sindicato muito combativo que era o dos Ensacadores de Paranaguá.

Nessa altura surgiu Paulo Freire e partimos para o trabalho de alfabetização em favelas. Usamos o teatro de bonecos para chamar a atenção do pessoal e facilitar nossa entrada no local. Montávamos teatro de agitação, um arremedo de Comedia dell Arte, com estudantes secundaristas, que serviam para motivar o pessoal para as concentrações políticas, os comícios.

O CPC é uma lição, ainda hoje o mais importante movimento cultural no Brasil e mostra um potencial riquíssimo para o teatro que se localiza fora das salas de espetáculo fora dos circuitos comerciais: Mas também foi um trabalho cheio de limitações. Um dos maiores entraves: o CPC nunca incentivou a formação de grupos de teatro operário. Nem mesmo percebeu que a frente principal de trabalho teria que ser a classe operária. E quando nos dirigíamos aos trabalhadores era levando a eles uma consciência pequeno-burguesa para seu movimento. Era falando em imperialismo, nacionalismo, pátria, etc., e não na luta de classe e como a classe operária brasileira a vivenciava, então. A falta de clareza política ou mesmo direção política errada, que acreditava em alianças com a burguesia levou-nos a diluir a perspectiva de classe, fundamental.

Quando penetravamos numa favela atingíamos mais os marginais do que os trabalhadores, com toda uma visão romântica pequeno-burguesa. O teatro dito popular de então teria que tomar o caminho de um teatro proletário, que refletisse em sua linguagem uma agilidade, uma criação de recursos que negasse o teatro burguês.

No entanto eis o que aconteceu: o proprio pessoal mais badalado do CPC, no finzinho do movimento, foi para dentro dos teatros competir com o teatro burguês, levando apenas da rica experiência inacabada, um teatro que servia as camadas pequeno-burguesas então insatisfeitas e mais do que o teatro digestivo em condições estava de dar. A ilusão do poder iminente a falta de uma analise da correlação de forças naquele momento fez com que o CPC disputasse com o teatro burguês. E então veio o golpe. E onde estava o operário? Não tínhamos ido até ele.

Pinochet está caindo. Falta um empurrão.

A crise das ditaduras latino-americanas está mais aguçada no Chile, depois do sétimo fôlego do regime boliviano com o golpe de Juan Pereda Asbun (página 10). Na opinião de agentes da CIA, Pinochet está caindo. Eis aqui os fatores que certamente possibilitarão um empurrãozinho a mais.

A CIA e outros serviços de inteligência dos Estados Unidos são de opinião que Pinochet já era. Disseram para um articulista do Washington Star que a permanência de Pinochet no poder "não pode mais ser contada em semanas - é uma questão de dias". Elementos para sustentar essa previsão existem de sobra.

O chamado cérebro do golpe militar, general Gustavo Leigh, que mandou os aviões da Força Aérea bombardearem o La Moneda, considerado na época do assassinato do presidente Salvador Allende um "militar mais duro do que o Pinochet", acaba de se converter em "democrata". Já no início do ano, quando do "plebiscito nacional" convocado por Pinochet, Leigh se manifestou contrário à idéia, considerando-a "personalista". Recentemente, resolveu "radicalizar" e falou para o **Corriere della Sera** que o "Chile precisa de um itinerário político para voltar à democracia". Não deu outra. Pinochet e os outros dois membros da junta chutaram-no. Um verdadeiro gol contra, pelo menos a nível da Força Aérea. Dos 21 generais dessa arma, além do Leigh, mais 18 passaram imediatamente para a reserva, em solidariedade ao seu comandante destituído. Sobraram dois: o general Fernando Matthei, que substitui Leigh no comando da Força Aérea e na junta e um solitário e ilustre desconhecido. E o desdobramento da crise não parou aí.

Quase no final da semana, um dos militares que representa o Chile nos Estados Unidos anunciou que também deixará a ativa em solidariedade a Leigh. Tudo quanto é coronel foi promovido às pressas para ocupar o generalato aéreo e vazio em todo o Chile. Especula-se que outros oficiais de outras armas já se manifestaram insatisfeitos e pediram também para passar à reserva, mas por enquanto foram demovidos de tais propósitos por Pinochet e seus aliados.

O assassinato de Letelier

Outro seguro fator "desestabilizador" de Pinochet é a investigação que a justiça dos Estados Unidos está fazendo sobre o assassinato do ex-chanceler socialista chileno Orlando Letelier, morto no dia 21 de setembro de 1976, em Washington, num atentado a bomba. Nesta semana, nada mais nada menos que três oficiais das Forças Armadas chilenas, entre eles o general Sepulveda Contreras, ex-chefe da DINA (a famigerada polícia política do regime que foi substituída, para encobrir os seus crimes, pela CNI - Central Nacional de Informações), amigo e colaborador íntimo de Pinochet, serão julgados nos Estados Unidos. Caso sejam considerados culpados - decisão óbvia -, certamente será pedida sua extradição: Pinochet ficará, mais uma vez, entre a cruz e a caldeirinha. Ou dá ou desce, dos dois lados. Se entregar Contreras, selará o seu destino, perdendo o que lhe resta do apoio dos setores da chamada ultra. Se se recusar a entragá-lo, terá que se ver diretamente com as pressões do Departamento de Estado, atualmente passando por uma fase de "maior radicalização".

O terceiro fator, também ligado à repressão do regime, deverá estourar nos próximos dias. Pinochet permitiu, enfim, que uma Comissão de Direitos Humanos da ONU visitasse o país. Depois de duas semanas no Chile, os membros da comissão partiram na quinta-feira passada para Nova York, de onde seguirão para Bruxelas. De lá, divulgarão seus relatórios. Mais uma para Pinochet segurar.

Pressão por baixo

Enquanto esses fatores jogam no sentido da fragmentação "por cima" do regime, as pressões de "baixo" voltam a se acentuar. A cada dia os setores de oposição, mais vinculados à defesa dos presos políticos e dos "desaparecidos", aumentam suas pressões. Na quarta-feira, um micrô onibus circulou por um bairro operário de Santiago coberto por cartazes denunciando o regime e fazendo propaganda do MIR - Movimento de Esquerda Revolucionária. Dizem que a repercussão foi boa.

Por tudo isso, e mais as suas "informações secretas", é que os agentes da CIA e de outros órgãos de inteligência norte-americanos disseram ao articulista do Washington Star especializado em América Latina que Pinochet já era e que já existe "uma lista com os nomes dos generais mais cotados para substituí-lo". Segundo eles, será um general que, pelo menos, "terá menos inimigos que o senhor general Augusto Pinochet".

Peru: o regime entre a força e os votos.

A 28 de julho, festa nacional peruana e data da abertura oficial dos trabalhos da assembléia Constituinte, as principais forças políticas começam a definir com maior clareza suas posições para os meses seguintes, que desde já se anunciam como bastante tempestuosos. Basicamente, as raízes da futura instabilidade política prendem-se a difícil convivência entre duas forças, de origens distintas e diferentes graus de legitimidade: os militares da "revolução peruana" e os deputados eleitos para a Constituinte. Não é por acaso que o líder aprista Haya de La Torre, presidente da Assembléia e que aos 83 anos é o líder inconteste do partido que fundou nos anos 20, defende a transformação da Assembléia, uma vez elaborada a Constituição, num "ente levislativo livre e soberano", capaz de convocar eleições municipais e tomar medidas sobre assuntos econômicos e sindicais. Esta é a contrapartida à posição do governo Bermudez, para quem os constituintes deverão limitar-se à elaboração de uma carta substitutiva da formalmente em vigor, e que data de 1933.

Neste primeiro confronto mais global, e que sucede à repressão a manifestações populares frente à Assembléia Constituinte, delineiam-se os traços que poderão marcar toda a próxima conjuntura: como conciliar um regime que deve sua legitimidade à força das armas e parlamentares que foram eleitos a partir da crítica, mais ou menos aberta, mais ou menos consequente, à total ineficiência deste regime? Como conciliar as "conquistas" - as poucas que sobraram - da "revolução peruana" com a existência de uma poderosa bancada de esquerda, composta de inúmeros exilados pelo regime militar e que jogam sua sobrevivência política na organização autônoma das massas operárias e camponesas, como declarou recentemente Hugo Blanco? É possível que os militares esperem, antes de agir, que as forças políticas representadas na Constituinte comecem a se degladiar, de qualquer modo, este novo episódio da crise peruana reserva ainda muitas surpresas para os seus atores.

(C.E.)

Hugo Blanco e a esquerda na Constituinte

Nas recentes eleições para a Assembléia Constituinte Peruana, a Frente Operária Camponesa Estudantil Popular (FOCEP) obteve 12 por cento dos votos, constituindo-se na terceira força eleitoral do país. Nessa entrevista, concedida pelo telefone enquanto ainda se encontrava no exílio, Hugo Blanco — o principal líder da FOCEP — diz o que pensa da União da esquerda na Constituinte e aponta os rumos para as lutas que segundo ele, as massas populares ainda deverão travar pela conquista do poder. A entrevista foi publicada recentemente na revista peruana MARKA.

MARKA: Um artigo da revista "Unidad" chama o conjunto da esquerda a somar esforços para estruturar esses 30 por cento de votos que alcançou nas últimas eleições. Qual é a sua opinião?

Hugo Blanco - Nós estamos pela mais absoluta unidade entre as forças de esquerda. Mas quero ser claro: somos por uma unidade que não apóie um governo burguês, como é a Junta Militar atual e como foi o regime de Velascos. Somos também pela unidade da esquerda que luta por um governo autênticoi dos trabalhadores, sem nenhuma composição com setores burgueses por mais progressistas que se declarem. Eu creio que uma das causas do grande número de votos da FOCEP, é ter colocado com absoluta clareza esta posição de luta sem vacilações pelo socialismo.

M: No passado, a UDP emitiu uma resolução que chama à unidade com a FOCEP, fundamentalmente, ainda embora deixe abertas as possibilidades para o entendimento com outras forças do movimento operário e popular. Nesta resolução, a UDP ratifica suas posições e chama à unidade com a FOCEP a partir de três princípios que você defendeu em suas últimas declarações para a revista "Amauta": independência política de classe, luta contra o governo e pelo poder. Como é esta iniciativa?

HB: Em princípio, estamos pela unidade de todos e muito mais com a UDP, porque temos tido muitas ações comuns, e assim, da unidade na ação podemos passar a níveis maiores. O que dificulta a unidade é o tipo de governo pelo qual lutamos. Alí existe uma dificuldade que deveríamos superar, se é que realmente se busca a unidade.

M: Você acha que se deve manter a UDP e a FOCEP e que entre ambas se estabeleça uma aliança?

HB: Necessito de documentos para contestar algo tão concreto. Eu diria que, não necessariamente. Se os companheiros da UDP levam em conta que as massas votaram por uma solução antiburguesa, que não inclua a burguesia no poder que buscamos, não haveria nenhum problema para uma fusão completa.

M: Que caminho propõe a todos os que se denominam marxistas para construir a Frente Unica da Revolução?

HB: Eu creio que o voto popular expressa uma grande vontade nas massas pelo governo dos trabalhadores, pelo socialismo. Os marxistas devem assumir o sentido profundo do voto popular. A UDP tinha mais organização, mais quadros e aparato publicitário. As massas são mais radicais e buscam o socialismo. Os marxistas não devem estar separados da vontade das massas, nem ficar na retaguarda. A Frente Unica Revolucionária, no mínimo, deve estar à altura da vontade dos trabalhadores.

M: A greve dos propfessores tem mais de 60 dias (hoje, quase 90). Como você sabe, o governo só reprime e não toma nenhuma solução. Gostaria de saber sua opinião de como deve ser encarada esta greve e outros casos similares pelos parlamentares de esquerda?

HB: Se a Assembléia Constituinte tem um mínimo de respeito por si mesma, não pode assumir sua função em condições tão antidemocráticas; se a AC quer merecer algum respeito deve ordenar: a volta de todos os trabalhadores despedidos, a libertação dos presos, a solução das lutas reivindicatórias e a repatriação de todos os deportados, de todos e não só daqueles que foram eleitos. Para os professores, vai minha mais aberta simpatia e solidariedade com sua luta.

M: Gostaríamos que você dirigisse uma mensagem aos trabalhadores do Peru.

HB: Durante a campanha eleitoral mostramos que as eleições eram uma fraude e que não deveríamos confiar nelas. São as lutas diretas das massas que impõem respeito pelas liberdades democráticas e não os votos. A ação de massas como o 22 e 23 de maio é o caminho para a liberação. O campo de batalha está nas fábricas, nas minas, nas favelas e no campo. Alí, se definirá o futuro do Peru.

Que ninguém se iluda em um avanço pacífico e'parlamentar até o socialismo. O exemplo chileno está demasiadamente recente para que alguém se atreva a tomar este triunfo eleitoral, por um caminho eleitoral. Quando a burguesia se julgar ameaçada de morte, buscará um golpe de estado contra-revolucionário. Neste momento, nenhum parlamento poderá detê-la, só a luta direta das massas porá fim à contra-revolução. O caminho para a revolução não está garantido, nem com a Frente Única. É necessário o Partido Revolucionário da Classe Operária. Eu chamo todos os que votaram pelo socialismo a concretizar seus anseios forjando o Partido Operário Revolucionário. Por isso, quero dizer a todos os trotskistas peruanos que se unam, porque sua união será o grande motor da luta revolucionária.

(Cleide Ono).

VIRAMUNDO

Portugal: cai Mário Soares

Mario Soares rodou. Dessa vez, o presidente Ramalho Eanes não deixou a possibilidade de uma "renúncia", que ainda permitiria uma nova volta: exonerou Soares do cargo de primeiro-ministro, alegando "falta de bases políticas ao atual governo".

A crise estourou com a demissão do gabinete de Soares de três ministros do Centro Democrático Social — CDS — partido que melhor expressa tendências fe extrema-direita em Portugal. O CDS botou lenha na fogueira para tentar obrigar Soares a demitir o seu ministro da Agricultura, Luis Salas, acusado de conivência com os comunistas. A conivência estaria no fato de o ministro estar "cozinhando" a retomada das terras ocupadas pelos trabalhadores afim de devolvê-las aos antigos proprietários. Ou seja, reverter uma das conquistas reais do movimento de massas a partir da "Revolução de 25 de Abril". Soares, aparentemente, não estava disposto a ceder. Como o PS não tem maioria para governar sozinho, a quebra da coalizão socialista — CDS acarretou a chamada "falta de bases políticas do governo".

Quem substituirá Soares? Certamente, Eanes já tem o nome no bolso do colete. Pode ser inclusive o major Melo Antunes, um dos oficiais que liderou o movimento que levou à vitória de Eanes. Antunes é do Conselho da Revolução. O controle do governo pode voltar para a caserna.

OUA não tem solução para a África

A 15ª reunião da OUA (Organização da Unidade Africana) realizada no Sudão, terminou esta semana sem conseguir um acordo sobre os problemas fundamentais do Continente; que continuam a ser a erradicação dos vestígios do colonialismo; a luta contra a exploração do imperialismo; o fim do **apartheid**.

A declaração final pede o fim das bases militares estrangeiras e o término dos pactos militares com potências fora do Continente. Só na França tem tratados de assistência militar com 22 países). Nada se resolveu sobre o Sahara, repartido entre a Mauritânia e o Marrocos e foi assinada uma declaração quase formal sobre a necessidade de instalar governos de maioria negra no Sul da África, e Rodésia. Esta falta de conteúdo não é causal.

A luta dos povos pelo direito a um desenvolvimento autônomo e não capitalista em alguns casos, contrapõem-se à contra-ofensiva imperialista começada nos últimos meses com o governo francês como ponta de lança. Responsável pelo golpe de estado nas ilhas Comores, dos bombardeamentos aos povos do Sahara e Chade, da intervenção no Zaire e do fornecimento de material militar ao governo racista de Smith, a França e seis aliados tem o cinismo de dizer: "A África para os africanos", e logo mais propor uma força de defesa Pan-Africana composta por soldados de diversos países... comandados pelos generais franceses. Óbvio que este tipo de projeto não foi engolido pela maioria dos países africanos

(Suzana Rios)

"Anticomunista com ou sem os EUA"

Até a aparentemente inabalável ditadura de Stroessner, corre o risco de se fragmentar frente a um episódio que há algum tempo atrás poderia ser tomado como corriqueiro.

Stroessner, após a intervenção do embaixador dos Estados Unidos, Robert White, em prol da libertação do líder oposicionista Domingo Laino, conseguiu mobilizar algumas dezenas de partidários que, carregando cartazes com dizeres como: "Nós somos anticomunistas com ou sem os Estados Unidos" e "Yanques go home", realizaram uma manifestação frente à embaixada norte-americana.

O mais grotesco do movimento, segundo o último número da Latin America Political Report, é que os estudantes participantes desse movimento, foram os mesmos que, em 1969, apoiaram a visita de Nelson Rockefeller, contra o protesto realizado por setores de massa estudantil contra o imperialismo. E, na época, os Direitos Humanos não eram menos desrespeitados que agora.

Há quase três semanas do sequestro de Laino, todas as tentativas de Stroessner de fabricar provas contra o vice-presidente do Partido Liberal Autêntico, falharam. Laino foi detido 24 horas após retornar dos Estados Unidos, e já não pode ser enquadrado na temida Lei 209 da "Defesa da Paz Pública e da Liberdade das Pessoas". Enquanto os Estados Unidos impõem condições claras para retomar sua ajuda, crescem as pressões dentro do Paraguai, realizadas pelos movimentos de oposição

Resta saber se Stroessner resistirá muito tempo sem libertar Laino.

(Marineide Oliveira)

Oriente Médio: o Líbano é contagioso.

A crise política no Líbano, que antes de mais nada se deve à presença no poder de um governo minoritário e elitista, representante de uma frágil burguesia, não mostra nenhuma perspectiva de solução à curto prazo. A unidade nacional, ausente no Líbano, e que, em boa part só tem se afirmado graças ao "Estado de Guerra", começa agora a apresentar sinais de decomposição.

No Egito e em Israel, as crises político-econômicas começam a atingir níveis perigosos: as burguesias locais tratam de apresentar de maneira mais agressiva seus projetos de governo, ao mesmo tempo em que as oposições populares já não são seduzidas por suas lideranças de "guerra". Resta a Síria, onde a presença de um projeto nacional da "Grande Síria" ainda permite encobrir suas contradições, galpeando eventualmente tanto à direita como à esquerda.

A menos que as burguesias de Israel e Egito recebam uma sólida injeção de recursos externos (que Jimmy Carter ao menos momentaneamente não parece disposto a conceder) sua posição permanecerá precária. E o projeto de associação destas burguesias, (eufemisticamente denominados de Conferência de Paz, é antes de tudo uma necessidade premente, mas que tem esbarrado na teimosia do primeiro-ministro Menachen Beguin. A despeito dele, se poderá eventualmente chegar ao acordo, que, no entanto, representará apenas um equilíbrio instável. Em "Estado de Paz", a própria Unidade Nacional de Egito e Israel pode entrar em crise, se não for respondida a única pergunta pertinente: E os palestinos?

(Orlando Miranda/Olgária)

BOLÍVIA

Golpe contra os trabalhadores

Existe uma regra não explicitada que diz: quando a Bolívia é notícia, ou é por causa de um massacre, de um golpe militar, ou, o que é mais comum, das duas coisas.

Na semana passada este país de 5 milhões de habitantes não faltou a esta regra. Desta vez o General Juan Pereda Asbun, ex-ministro do Interior (Justiça) depôs o general Banzer e se autoproclamou presidente da República. O trágico, dessa vez, é que dias antes do golpe haviam se realizado as primeiras eleições dos últimos 12 anos. Esse processo eleitoral tinha sido qualificado como "descaradamente fraudulento" por todos os observadores internacionais que o presenciaram. Tanto que o próprio general Pereda pedira sua anulação à Corte eleitoral. Mudando de idéia, Pereda exigiu desde Santa Cruz a entrega do Poder "legitimamente obtido", dizendo logo que "o comunismo internacional não triunfaria na Bolívia".

Provavelmente se referia com isto ao candidato mais votado da oposição, Siles Zuazo que liderou uma Frente Popular, que incluia o Movimento Camponês Tupaj Katary, o Partido Comunista, o Partido Socialista. O Movimento de Esquerda Revolucionário, e o proprio Movimento Nacionalista Revolucionário (ala esquerda)..

Segundo alguns dos observadores das eleições, esta frente obteve em alguns distritos 80% do total de votos, daí a necessidade de fraude, que não foi suficiente, sendo necessário o golpe. Este golpe militar teve características que diferem do tradicional golpe de nítido corte facista. Em primeiro lugar não houve derramamento de sangue; em segundo, foi evidente que o General Pereda contou somente com a fidelidade de um esquadrão de infantaria anti-guerrilha, os cadetes de uma escola da aéronautica e alguns poucos setores da Força Aérea, acantonados a 800 km da capital. Aparentemente, ninguém teve intenção de "opor-se" ao "candidato do nacionalismo".. Existe, por último, um dado que chama a atenção; 3 dias depois do golpe, toda cidade de La Paz apareceu coberta de cartazes com legendas como" 7 anos de paz e progresso. Obrigado General Banzer". No mesmo dia o general Banzer publicou em todos os jornais, seu "agradecimento ao povo boliviano".

Candidato pelo Movimento Campesino Tupas Katari

Situação no Campo Popular

A partir da Greve de Fome da mulheres mineiras, iniciada nos últimos dias do ano passado, com a qual se conseguiu o retorno ao país de todos os dirigentes políticos exilados, se iniciou também e reorganização da Central Operária Boliviana, onde a Federeação dos Mineriros é o principal pilar, presididas ambas por Juan Lechin. "Estamos esforçando-nos na unificação dos mineiros e camponeses na Central operária disse há um mês o líder mineiro. Os camponeses que representam 60% da população do país, também mostram neste momento um profundo interesse por sua organização própria e independente. Fundamentalmente para romper o famoso pacto militar-camponês, imposto por todas ditaduras dos últimos anos, surgiu nas eleições o Movimento Indigenista e Camponês Tupa Katary, que se apresentou nas eleições com candidatos próprios.

Juan Lechin, Secretário da Federação dos Mineiros.

Os mineiros, encabeçados por Lechin, constituiram a Frente de Esquerda Revolucionária, com a proposta de frente única operário-camponesa, onde participaram organizações femininas encabeçadas por Domitila Chungara, candidata a vice-presidência junto a Casiano Amurio (operário), integrante do Partido Operário Revolucionário (POR), candidato a presidente. O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), começa a ter pela primeira vez em seus 7 anos de existência uma real inserção na classe operária boliviana. Nas primeiras eleições livres realizadas nos sindicatos dos mineiros de Siglo XX e Catavi o MIR obteve as secretarias gerais de ambos. Também nas principais eleições universitárias das faculdades de La Paz o MIR obteve os cargos diretivos.

Daqui é de onde se deve esperar as reações as medidas antipopulares quase com segurança adotará o General Pereda. Provavalmente isto fará com que toda a esquerda boliviana convirja para uma Frente Única Operária - Camponesa para derrubar a ditadura e lutar por seus interesses de classe.

Economia: Crisis

Desde agosto do ano passado o F.M.I. aconselhou Banzer a desvalorizar o peso, e a aumentar em 150% o preço dos combustíveis. Isto foi adiado diante da proximidade das eleições.

O total da dívida externa boliviana supera os 2 bilhões e 650 milhões de dólares, cuja amortização necessita de 40% do produto das exportações do próximo ano. Por outro lado o custo de vida subiu 185% nos últimos 7 anos, enquanto os salários só subiram 100%.

Perspectivas Futuras

Segundo tudo indica esta situação de opressão popular, repressão política e sindical e endividamento externo pretende ser levada à frente pelo "sucessor" de Banzer. Não é para menos; nos 3 primeiros dias de seu governo já existem 130 presos políticos. Mas se Banzer foi totalmente empurrado pelas pressões internas que o obrigaram a adiantar as eleições (em princípio eram para 1980), a desistir de sua candidatura, e a conceder anistia política e sindical, é de se esperar dias sombrios para o governo militar de Pereda.

Muito provavelmente ao final desta espiral se encontrará um novo chamado às eleições, já exigidas pela oposição, e inclusive já reivindicadas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Provavelmente essa será a hora do General Hugo Banzer, que desde agora começa pregando cartazes nas ruas de La Paz, apesar do toque de recolher decretado por seu herdeiro.

Dificilmente quem quer que seja conseguirá enganar os trabalhadores bolivianos, que apesar do seu alto índice de analfabetismo, possuem um alto grau de organização e politização com a consequente disposição para a luta, na defesa de seus interesses de classe.

De fato, Pereda não conseguiu apoio para se eleger, apesar de ter contado com a colaboração de todo o aparelho militar e de 30 milhões de folhetos de propaganda preparada por assessores de publicidade, quando o eleitorado é de 2 milhões.

Ato público em Oruro Da UDP

ARGENTINA

Futuro dependerá do "quinto homem"

Desde que a ditadura militar argentina tomou o poder vem impondo uma política de achatamento salarial, que conseguiu reduzir sensivelmente os salários reais - os trabalhadores perderam 55 por cento de seus rendimentos desde março de 1976, data do golpe. Estas reduções vem acontecendo de forma sistemática nos setores da economia ligados à atividade exportadora, numa tentativa de manter os produtos exportáveis do país com preços baixos no mercado internacional, e assim equilibrar a precária balança comercial.

No último dia 17, veio a reação. Cerca de cinco mil estivadores do porto de Buenos Aires pararam, exigindo pagamento de 100 por cento sobre o salário-hora para as horas extras e para trabalhos noturnos. Reivindicação mais que moderada, já que a lei prevê esse pagamento, no que não é obedecida.

A greve - a quarta desde que a junta militar assumiu o poder - impediu o carregamento de mais de 100 navios, apesar de só ter sido seguida por metade dos estivadores, e fez com que a burguesia local chorasse a "perda" de 30 mil dólares. No entanto, a greve fracassou.

A ditadura militar agiu com a sutileza habitual de uma ditadura militar, imediatamente. Já no primeiro dia, foi decretada lei marcial para o porto, efetivos da Polícia Federal e da Marinha passaram a vigiá-lo; e foram presas mais de 30 pessoas, que, em seguida, "desapareceram". Ao mesmo tempo a imprensa burguesa encontrava a origem da manifestação nos famosos "interesses alheios aos trabalhadores" e nos "sediciosos interessados em denegrir a imagem do país no exterior" (estes não são os homens da junta como se poderia pensar). Além disso, pediam que os trabalhadores fossem enquadrados na lei antigreve e reprimidos.

Ainda no dia 17, o ministro da Economia, José Martinez de Hoz - representante justamente dos proprietários de frigoríficos e latifúndios - afirmou, sem originalidade, que negociar com os trabalhadores era impossivel, pois estavam em jogo os "interesses nacionais".

Como aquela política econômica leva a grande índice de desemprego (6,5 por cento atualmente), a solução para acabar com a greve foi simples. No dia 18, mais de 700 trabalhadores novos foram admitidos para o lugar dos grevistas. No quarto dia, a greve acabou sem que as reivindicações fossem atendidas.

Mas até quando o regime poderá continuar reprimindo todos os movimentos de resistência? No setor trabalhista, talvez esta tenha sido a última vez. A ditadura não vai bem. Junto com a constante pressão internacional, aumentam outros problemas: a inflação desde junho de 1977 até junho deste ano foi de 189 por cento; grande parte da burguesia pede revisão do modelo econômico, preocupada com a crescente perda de competitividade dos produtos argentinos no exterior, a par da perda do poder aquisitivo da população.

Espera-se que as primeiras mudanças deverão ocorrer, a curto prazo, no campo político, como decorrência da nova estrutura de poder. O general Jorge Rafael Videla vai entregar o comando do Exército ao general Roberto Viola, dia 31 de julho, passando a ocupar apenas o cargo de pressidente do país. Até agora, ele acumulava os dois postos. Esta colocação de um "quarto homem" dentro da cúpula do governo estava prevista desde 1976 no "Estatuto da Reorganização Nacional", mas vinha sendo adiada. O problema causou tensão e disputa dentro da junta, mas acabou desembocando numa aparente solução de "cavalheiros", se é possível chamar aqueles governantes disto. Pelo menos por estes momentos, o almirante Emilio Massera deixou de se apresentar como o grande rival de Videla e adotou atitude mais discreta em relação às suas ambições.

Na verdade, as mudanças que deverão vir - possivelmente serão anunciadas terça-feira por Videla -, não despertam otimismo. O "quarto homem", a entrada de Videla na JUNTA - general tido como "moderado", pelo menos dentro da situação argentina -, não são mais que medidas paliativas. Quanto muito poderão ser uma mera tentativa de insuflar mais oxigênio no **status quo,** cedendo-se o mínimo. O que importa, no caso, não é o que será anunciado, e sim o que será obtido pelos trabalhadores. Não é o "quarto homem" que resolverá alguma coisa, mas o "quinto", ou seja, os próprios trabalhadores, um "homem" que os militares continuam tentando ignorar. Até quando?

ERITRÉIA — V

Mais uma aventura nas terras libertadas

Na edição anterior de EM TEMPO **Ari Cândido conversou com um aluno da escola de formação de quadros da Frente de Libertação da Eritréia sobre um tema que hoje é da maior importancia para os movimentos guerrilheiros eritreus: o conceito maoista de nova democracia.**

Em torno desta questão estão centrados as divergências entre as duas principais organizações guerrilheiras, a FLE e a frente Popular de Libertação da Eritréia. Esta defende a aplicação de um programa revolucionário rígido. A outra, formada por grupos progressistas de diversas tendências, se apõe a aspectos mais intransigentes da posição da FPLE.

Chega a época das chuvas, que trás a malária, água, e o mais importante favorece ao movimento das tropas guerrilheiras. Ari Cândido Fernandes visitou o Bureau de Organizaçaõ de Massas da FLE, onde tomou conhecimento de como esta se organizando. Os seus principais organimos de massa são: União Geral dos Trabalhadores, União Geral das Mulheres da Eritréia, União Geral dos Estudantes , Comissão Preparatória para a Formação da União dos Camponeses. Organizar os camponeses é um dos trabalhos mais importantes, pois eles representam 85 por cento da população da Eritréia.

Uma das questões discutidas, é a situação das mulheres, que são em algumas regiões simples mercadorias, que os homens trocam por camelos.

A FLE adverte os combatentes para não casarem e não manterem relações sexuais.Razões de disciplinas?

Começou a estação das chuvas. As primeiras aguas cairam quando estávamos , mais uma vez, dentro do jipe, no meio do caminho para o Bureau de Organização de Massas da Frente de Libertação da Eritréia. As chuvas chegam e de repente rios e riachos surgem encorpados, em enxurradas. Pássaros de todas as cores sobrevoam os arvoredos. Aforki, o guia, avisa que os mosquitos portadores de malária iniciam mais um ciclo de existência. Os micróbios da malária mais perigosos da região são **phasiparon**, que fazem a febre ir aos 41 graus.

Os mosquitos, escorpiões e aranhas, sem contar as cobras, vêm todos para os acampamentos, atraidos pela luz dos lampiões - são o terror dos jornalistas que visitam a Eritréia nessa época do ano. Mas os tempos de chuva são ótimos para as manobras de guerrilha: permitem que se ataque postos militares com menos riscos.

A noite já estávamos no Bureau de Organização de Massas, numa cabana que os pingos atravessavam ensopando totalmente as nossas roupas. Nesta, como em outras , as paredes estavam cheias de slogans e cartazes, relativos aos setores de organização de massas que abrigavam: União Geral dos Trabalhadores, União Geral das Mulheres da Eritréia, União Geral dos Estudantes e Comissão Preparatória para Formação da União dos Camponeses. Este ultimo setor realizou seu primeiro congresso em maio deste ano, em Mandafara, uma das cidades liberta das perto da capital (Asmara).

Organizar os camponeses é um dos trabalhos mais importantes, já que eles representam 85 por cento da população da Eritréia. A Frente de Libertação promove a formação de cooperativas e assembléias onde todos os problemas são discutidos e encaminhados. Muitos dos camponeses, eleitos pelos campanheiros ou voluntarios espontâneos, com velhos fuzis da Segunda Guerra em punho, entram para a Milicia Rural. Sob supervisão do Bureau Militar da Frente, com preparação militar mnima, a Milicia controla os preços de compra e venda de mercadorias trazidas do Sudão sobre a corcova de camelos, vigia campos proximos das batalhas, capturando desertores do exército etiope, e, algumas vezes, luta.

Tanque etiope destruido na cidade de Agora, já libertada.

Mulheres da Eritréia

A União Geral das Mulheres - que tem suas reivindicações inscritas no Programa Politico da FLE - define as condições e nivel de consciencia politica da classe a partir das diferencas regionais da economia eritreana. Nos **planaltos** (norte e centro do pais), segundo seus estudos, vive-se o estágio mais avançado - pre-capitalista. Nessas áreas, onde o colonialismo italiano e britânico teve presença mais forte, a mulher participa diretamente da produção.

Nos **baixos-planos** (sul da Eritreia), predomina um sistema feudal ea mulher possui o mais baixo nivel de consciencia. Lá, seu trabalho e apenas domestico-artesanal: economia de sobrevivencia. A mesma situação existe onde cultura e tradições de determinadas etnias determinam domnio masculino mais acentuado. Por exemplo, o homem nomade da etnia Bylen compra mulheres extremamente jovens para reproduzir, muitas vezes em troca de camelos, pago ao pai da esposa. Alguns grupos mantem o costume de coser o sexo das meninas recem-nascidas, pratica antiga que a União Geral das Mulheres combate.

Os meios que estão sendo usados para vencer esses problemas são semelhantes aos aplicados por outro setores: assembléias, grupos de discussão e de trabalho coletivo, alfabetização, educação artesanal e de economia domestica, etc.

Casamento na guerrilha

A Frente de Libertação da Eritréia adverte os combatentes para não casarem e não manterem relações sexuais. Razões de disciplina? De condições economicas? Para os guerrilheiros, agora, o controle sobre os casamentos deixa de pertencer a familia, com seu sistema patriarcal, e passa a ser exercido pela FLE, de um modo patriarcal também.

Os poucos casamentos que se fazem entre guerrilheiros são supervisionados e aprovados previamente pela Frente de Libertação. A propria FLE trata de preparar uma pequena cerimonia, informa os parentes dos noivos, da dinheiro (a moeda utilizada na Eritreia e o pound sudanês no sul e o dólar etiope no norte e centro) e um mes de folga para o combatente. Depois, o noivo e novamente integrado a luta e aos trabalhos anteriores.

E comum que esposas de guerrilheiros fiquem em campos de refugio ou cidades fronteiricas, como Kassala. A miseria e as dificuldades comuns de tempo de guerra, somadas a bombardeios etiopes, obrigaram cerca de 200 mil eritreus a se retirar para a fronteira com o Sudão.

"Porque somos contrários à demissão da Editoria de Cultura"

(Carta do Conselho Regional da Sucursal de Curitiba ao Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte S/A. A publicação desta carta em "Aparte" foi solicitada pelo Conselho Regional daquela Sucursal.)

"A Editoria de Cultura está sob intervenção.

O Conselho Editorial e de Administração, após demitir os três editores eleitos por seus colegas, conferiu à diretoria do Jornal o poder de aprovar ou vetar as matérias produzidas por aquela Editoria.

A razão: os termos de uma carta enviada por um dos editores à Editoria de Assuntos Nacionais, criticando sua posição ambígua quanto à "Frente Nacional de Redemocratização". Alegou-se aí que tais termos seriam "anti-éticos" e impediram que o CEA continuasse depositando confiança nos editores.

O resultado da votação: 9 votos a favor, 6 contra e uma abstenção. Na mesma reunião o CEA resolveu deixar "em aberto" a posição do nosso Jornal quanto à FNR.

Significado dos Fatos

A situação hoje é de crise no poder burguês. Vários setores das classes dominantes, que antes se apoiavam no regime militar, hoje em desagregação, lutam entre si para impor um novo pacto social ao conjunto da sociedade. Apesar da variedade nas suas aparencias, os diferentes projetos possuem alguns pontos em comum.

Enquanto isso, os trabalhadores, após 14 anos de arrocho, entram na cena ao derrotar, na prática, pela primeira vez, dois pilares básicos de sustentação do regimer militar: a lei anti-greve e o arrocho salarial. No entanto estas vitórias parciais ainda se dão sem uma direção clara, permanecendo ao nível da luta por melhores condições de vida.

É exatamente porque os vários setores burguêses têm consciência disso é que todos os projetos burguêses de institucionalização levam em consideração dois pontos básicos. Primeiro, a necessidade de conseguir-se regulamentar as relações entre os vários setores burgueses de uma forma um pouco mais "democrática". Em segundo lugar, todos estes projetos buscam uma legitimidade para o domínio burguês, uma base social de sustentação muito mais ampla do que necessitou o regime militar. Isto porque, percebendo as rachaduras na sua coesão interna e os avanços do movimento de massas, estes senhores acreditam ser impossível manter, apenas com o aparato repressivo, o baixo nível de consciência e organização dos exploradores e oprimidos. Assim, eles consideram que hoje já é mais necessário CONFUNDIR do que reprimir, embora nenhum deles fale em destruir os órgãos repressivos, é claro.

Num momento como este é que percebemos como é vago o projeto político do nosso jornal, ainda que hoje ele seja a expressão da unidade da frente jornalísticas. Assim, o papel do jornal, segundo o projeto, pode resumir-se em dois pontos básicos:

1) Subsidiar, do ponto de vista dos trabalhadores, o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhadas na luta contra o regime arbitrário.

2) Contribuir para que dentro da oposição ao regime, predominem as forças consequentes (?)

O que nos preocupa é que, no momento em que os burgueses dissidentes procuram, através de todos os meios, (principalmente dos de comunicação, mostrar-se como os mais decididos adversários do arbitrio, nosso Jornal, o EM TEMPO, não tenha se definido, na prática, quanto a esta questão fundamental.

Quais as forças consequentes?

Acreditamos não estarmos sozinhos em nossa definição: para nós são todos aqueles que nada têm a perder, não só com o fim do regime militar, mas também com o fim de qualquer outro destinado a manter a exploração e a opressão.

Entretanto, este ponto está vago no Projeto Político.

E além dele, outro, consequência direta da pergunta:

***Como contribuir** para que dentro da oposição, predominem as forças mais consequentes?*

Esta é uma questão muito antiga, mas que tem se atualizado, contando hoje, com duas respostas muito difundidas.

*Do nosso ponto de vista, ao nível da atuação num jornal político nacional, isso significa contribuir para tornar o EM TEMPO um instrumento útil para as lutas atuais dos trabalhadores. Um instrumento que, ao nível da interpretação jornalística, sem pretender substituir a imprensa própria dos movimentos populares e operários, ligue cada luta e todas elas à necessidade cada luta política, não somente contra **este** regime militar, mas contra **qualquer outro** destinado a manter a exploração do homem pelo homem.*

Outra resposta muito comum para esta questão é a que defende a ideia de que o jornal deva ser um instrumento para a atuação numa aliança ou Frente formada por todos aqueles que se oponham ao regime militar. Um instrumento capaz de ajudar a ampliar o espaço político para os trabalhadores organizarem-se e partindo daí, lutarem por seus interesses históricos.

Ambas as alternativas podem estar mal resumidas ou incompletas. Assim mesmo perguntamos: se desde já os trabalhadores não se organizarem e lutarem, de forma independente, tendo bem claros seus interesses e objetivos históricos, nos níveis econômico e político, quem irá garantir o tal espaço político que for conquistado em alianças, frentes ou "apoios críticos" a propostas oriundas de outras classes? As intenções democráticas dos componentes destas frentes são muito poucas convenhamos. Igualmente muito poucas as profissões de fé socialista. E depois que as massas enxergarem nesses senhores e em suas promessas a sua salvação, como iremos falar a elas do ponto de vista dos trablhadores?

A experiência histórica dos povos chileno, português e peruano (tem muito a nos mostrar neste sentido apenas para citar as mais recentes).

Fazemos nossas as palavras de Florestan Fernandes, no EM TEMPO nº 6, quando ele se refere às Frentes Populares, mas em nível de generalidades que cabe para o caso:

"Quando se fala em aliança de classes, a que classe está se referindo? Qual é o operário? Que massa operária está saindo aí falando em aliança de classe? Quem está falando em aliança de classe em nome do povo, em nome do operário, em nome do bóia-fria, etc? E gente de classe média e alta. Agora, que aliança é esta que eles querem fazer? Com quem? Por que querem fazer? Por que eles não pensam no processo central – levar consciência política, radicalismo político, capacidade de ação organizada, para o meio operário, as classes trabalhadoras e de maneira geral às massas populares?

Este é o problema central: que aliança de classes é esta? E o mesmo artifício: "o povo no poder". Nós temos poder para dar ao povo?"

A avaliação das forças na sociedade mostra que os trabalhadores não podem implantar e sustentar hoje uma alternativa própria de poder. Convenhamos, esta não é uma situação "anormal". Ao contrário, desde o tempo do Brasil-colônia ela se mantém. Então, por que devemos, justamente agora, abdicar da defesa de uma alternativa própria de poder para os trabalhadores?Por que devemos calar quanto a isso em troca de uma "ampliação do espaço político para os trabalhadores", numa Constituinte, numa FNR, num PS? Será propagandismo defender esta alternativa própria? E o que é a luta pela Constituinte hoje? Ou o que vem sendo desde que o MDB a lançou?

Para ser consequente com seu projeto político, o jornal deve ser útil ao movimento operário e popular. Deve tomar como principal referência as suas lutas diárias, deve ligá-las às questões políticas e do poder, claramente. Deve comparar e disseminar experiências quanto às formas de luta e organização, deve buscar recuperar a história das lutas operárias e populares, seus erros e seus acertos.

Ao lado da discussão dos partidos burgueses em formação, ao lado da discussão das Frentes, Constituinte e formas parlamentares de atuação política, nosso jornal deve levantar como alternativa para os trabalhadores a constituição de seu próprio partido, do seu próprio poder, sem o que não se pode falar em participação dos trabalhadores num processo democrático, sem o que não se pode falar do ponto de vista dos trabalhadores numa discussão sobre participação ou não em Frentes Populares, Nacionais, etc.

Para isto, o jornal deve adotar uma política de atingimento do movimento operário e popular, deve tratar dos temas pelos quais eles se interessam, na linguagem que eles compreendem. Deve ser um instrumento que os mais avançados usem para educar os mais atrasados. Deve ser um veículo para os mais avançados conhecerem melhor a realidade dos mais atrasados. Por isso ele tem um duplo papel educativo e deve levar questões às parcelas mobilizadas do movimento, abstendo-se de realizar análises de gabinete, sem uma prévia convivência com a realidade concreta.

Nossa questão

*Após a leitura da carta (de um dos editores da cultura) que motivou a demissão de **toda** a editoria, consideramos que, no que pese dois ou três termos mais emotivos e exagerados, o conteúdo em geral da carta não fere o projeto político do jornal, pelo contrário, está coerente com as preocupações ali expressas. Consideramos que não houve motivo justo portanto para a atitude do CEA, em demitir a editoria de cultura e tirar-lhe o voto de confiança.*

Consideramos por fim, que a decisão do CEA de deixar espaço no jornal para eventuais defesas, ainda que "críticas", do nosso apoio à Frente Nacional de Redemocratização, fere o projeto político do EM TEMPO e que as duas medidas adotadas, portando, ameaçam a frente jornalística que ora constituimos.

Em vista do exposto e por acreditar ser comum a todos a opinião de que nossa frente deve sobreviver, o Conselho Regional da Sucursal do Paraná, reunido na forma dos estatutos e usando das atribuições que estes lhe conferem resolve:

1) Solicitar ao CEA, em primeira instância, a reconsideração da destituição da editoria de Cultura.

2) Apoiar e endossar a moção a este respeito elaborada pelo coletivo da sede, em São Paulo.

3)Solicitar ao CEA, em primeira instância, um claro posicionamento político do jornal "EM TEMPO" quanto à Frente Nacional de Redemocratização."

Conselho Regional da Sucursal de Curitiba

N.R. – No próximo número publicaremos a resposta da diretoria da Editora Aparte/jornal EM TEMPO.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros, São Paulo – CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

"Lei de greve já cambaleia para sepultura"

Um operário de Osasco fala do Sindicato, do populismo, das greves e diz: "o papel que nos corresponde como classe operária é se organizar nas fábricas."

"Quando nós desafiamos a lei de greve demos um passo muito importante no sentido de romper o receio - ou, para ser realista, o medo que tínhamos de estar violando uma lei que foi feita para tentar intimidar e impedir-nos de usar a arma da pressão para conquistarmos melhores salários e melhores condições de vida para a família.

Como nós sabemos, a grande maioria dos nossos sindicatos ainda está comprometida com o governo e com os patrões. Um exemplo disso é o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cujo pelego, Joaquim dos Santos Andrade, faz tudo para tentar freiar a organização e luta dos companheiros da Capital.

A esse respeito é bom que fique bem claro o que nós achamos. Aqueles que costumam dançar de acordo com a música, jamais terão nosso perdão e serão punidos quando o momento exigir.

Isso vale também para os pelegos da época do populismo do PTB. Isso mesmo, o populismo dos senhores Brizola, Julião, etc... não merece nossa confiança.

O papel que nos corresponde como classe operária é se organizar nas fábricas, repito: - se organizar nas fábricas!

Como?

Devemos prosseguir da seguinte forma: cada seção elege um ou mais companheiros, de acordo com a quantidade de operários e de problemas da mesma. Esses companheiros eleitos terão a função de se informar dos problemas da sua seção e discutir a forma de solucionar os mesmos, com todos que sentem o problema. Em todas as seções, se fará o mesmo. Os representantes de cada seção, reunidos, poderão ter uma idéia dos problemas da fábrica inteira.

Comissão de fábrica: comissão de fábrica é justamente o conjunto de companheiros eleitos em cada seção. Organizados, poderemos tomar posições e inclusive marcar posições nas assembléias dos sindicatos, mesmo conscientes das dificuldades que encontraremos em nos manifestar livremente nesses sindicatos. É necessário ousar, pois só assim teremos um sindicato livre e autêntico.

O mais importante foi quebrado, o respeito à injusta lei de greve e ela já cambaleia pra sepultura. Isso graças à nossa unidade e ação. Não vamos deixar que os fatos aconteçam, vamos intervir e fazer os fatos. Não há dúvida que da nossa unidade e mobilização surgirá o embrião do sindicato livre e autêntico.

O importante é ousadia, não temer e prossuir a marcha!"

metalúrgico José Teodoro
Osasco (SP)

Livraria Escrita

O autor nacional tem sempre um lugar na prateleira
Rua Dr. Homem de Melo, 446 (porão) - Perdizes
Fone: 62-3699 - 05007 - São Paulo (S.P.)

1 - **O Urso** - William Faulkner Cr$ 60,00
2 - **Aventuras de Alice** - Carroll Cr$ 110,00
3 - **Antologia Poética** - F Gullar Cr$ 60,00
4 - **Poema Sujo** - Ferreira Gullar Cr$ 60,00
5 - **O Banquete** - Mário de Andrade Cr$ 75,00
6 - **O Vermelho e o Negro** - Stendhal Cr$ 95,00
7 - **A Cartuxa de Parma** - Stendhal Cr$ 90,00
8 - **Vida de Cidade** - D. Barthelme Cr$ 40,00
9 - **Trópico de Câncer** - H. Miller Cr$ 85,00
10 - **Trópico de Capricórnio** - H. Miller ... Cr$ 85,00
11 - **Sob o Vulcão** - Malcolm Lowry Cr$ 55,00
12 - **O Amanuense Belmiro** - Cyro dos Anjos ... Cr$ 45,00
13 - **Abdias** - Cyro dos Anjos Cr$ 20,00
14 - **Poesia Pois é Poesia** - D. Pignatari ... Cr$ 100,00
15 - **Teoria da Poesia Concreta** - ID. Pignatari ... Cr$ 80,00
16 - **Lavoura Arcaica** - Raduan Nassar ... Cr$ 40,00
17 - **Milagre na Salina** - Mário Pontes ... Cr$ 70,00
18 - **Porto Calendário** - Osório A. Castro ... Cr$ 60,00
19 - **cobra Norato** - Raul Bopp ... Cr$ 50,00
20 - **Cafarnaum** - Wladyr Nader Cr$ 55,00
21 - **Os Meninos** - Domingos Pellegrini ... Cr$ 55,00
22 - **Virá** - Darcy Ribeiro ... Cr$ 60,00
23 - **Cem Poemas Chineses** - Hugo Castro ... Cr$ 50,00
24 - **Dragão de Mofo** - Antônio Giaquinto ... Cr$ 50,00
25 - **Macacos me Mordam** - Wander Piroli ... Cr$ 35,00
26 - **Os Rios Morrem de Sede** - Wander Piroli ... Cr$ 35,00
27 - **O Dia de Ver Meu Pai** - V. A. Viana ... Cr$ 35,00
28 - **O Rei do Cacos** - Vivina A. Viana Cr$ 25,00
29 - **Asa Curta** - Gilberto Mansur Cr$ 30,00
30 - **Arvore dos Desejos** - Faulkner Cr$ 45,00
31 - **Hemingway para Crianças** - Hem ... Cr$ 40,00
32 - **A Festa** - Ivan Angelo .. Cr$ 80,00
33 - **O Conto da Propaganda** - D. Toledo ... Cr$ 80,00
34 - **Cantos de Maldoror** - Lautréamont ... Cr$ 90,00
35 - **Deuses Econômicos** - D. Machado ... Cr$ 78,00
36 - **Mischa o Encantador** - Iris Murdoch ... Cr$ 80,00
37 - **O Unicórnio** - Iris Murdoch Cr$ 40,00
38 - **A Cabeça Decepada** - Iris Murdoch ... Cr$ 45,00
39 - **Para Gostar de Ler nº 1** - vários 17,00
40 - **Para Gostar de Ler nº 2** - vários Cr$ 17,00
41 - **Admirável Mundo Novo** - Huxley Cr$ 85,00
42 - **Pedro Páramo** - Juan Rulfo Cr$ 90,00
43 - **Eugênia Grandet** - Balzac Cr$ 70,00
44 - **Marcoré** - Antonio Olavo Pereira Cr$ 45,00
45 - **Cabeça de Papel** - Paulo Francis Cr$ 80,00
46 - **O Eterno Marido** - Dostoievski Cr$ 80,00
47 - **Conversa na Catedral** - Llosa Cr$ 180,00
48 - **Fome** - Knut Hansum .. Cr$ 60,00
49 - **Vagabundo** - Eduardo Galeano Cr$ 60,00
50 - **Sapo Cururinho** - Magdalena Gastel ... Cr$ 8,00
51 - **A Necessidade de Arte** - Fischer Cr$ 110,00
52 - **10 Dias que Abalaram o Mundo** - John Reed ... Cr$ 90,00
53 - **Os Intelectuais e a Organização da Cultura** - Gramsci ... Cr$ 100,00
54 - **Lit. e Vida Nac.** - Gramsci Cr$ 120,00
55 - **A Ilha** - F. Morais ... Cr$ 40,00
56 - **A Sangue Quente** - Hamilton A. Filho ... Cr$ 25,00
57 - **Arte Popular e Dominação** - Ivan Mauricio e Outros ... Cr$ 85,00
58 - **Hist. da Riqueza do Homem** - Leo Huberman ... Cr$ 130,00
59 - **Escrita/Ensaio 1** - Cultura Cr$ 25,00
60 - **Escrita/Ensaio 2** - A Crise ... Cr$ 25,00
61 - **E/Ensaio 3** - Empresa Nac ... Cr$ 25,00
62 - **Cadernos do Nordeste 2 Cr$ 40,00**
63 - **O Capital** - 6 vls. - Marx. Cr$ 1200,00
64 - **A Revolução Sexual** - Reich Cr$ 120,00
65 - **Seis Cuentos Morales** - Rommer Cr$ 125,00
66 - **Filme e Realidade** - Cavalc Cr$ 65,00
67 - **O Gov. J. Goulart** - M. Bandeira Cr$ 100,00
68 - **As Razões da Independência** - N. W. Sodré ... Cr$ 100,00
69 - **Os Parceiros do Rio Bonito** - Antônio Cândido ... Cr$ 70,00
70 - **Miséria da Filosofia** - Marx Cr$ 65,00
71 - **Ideologia Alemã** - Marx/Engels Cr$ 65,00
72 - **Cartas Filosóficas** - Marx/Engels Cr$ 55,00
73 - **Tratado do Materialismo Histórico** - Bukharin ... Cr$ 100,00
74 - **Introdução à Ec. Politica** - Rosa de Luxemburgo ... Cr$ 120,00
75 - **As Guerras Camponesas na Alemanha** - Engels ... Cr$ 90,00
76 - **1964: Golpe ou Contragolpe?** - Hélio Silva ... Cr$ 150,00
77 - **Introdução ao Fascismo** - Leandro Konder ... Cr$ 90,00
78 - **A Ditadura dos Cartéis** - Kurt Mirow ... Cr$ 130,00
79 - **A Soc. do Futuro** - Toynbee Cr$ 70,00
80 - **A Crise do Milagre** - Singer Cr$ 55,00
81 - **A Ev. do Capitalismo** - Dobb Cr$ 150,00
82 - **São Paulo, Cresc. e Pobreza** Cr$ 45,00
83 - **Capitalismo e Marginalidade na A. Latina** - L. Kowarick ... Cr$ 65,00
84 - **Veias Abertas da A. Latina** - Eduardo Galeano ... 130,00
85 - **Sagrada Família** - Marx Cr$ 120,00

Escolha um destes títulos e peça pelo reembolso postal. Não somos perfeitos mas temos condições de atender a quase todos os pedidos que você fizer.

Leia **Greves operárias (1968-1978)**

cadernos do
presente 2

UMA PUBLICAÇÃO DA EDITORA APARTE S/A
Rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros
05415 – São Paulo (SP)

CARA A CARA

Movimento Estudantil: E Agora?
Marx, Engels e os «Populistas Russos»
Gramsci e o Conhecimento Crítico
A Oposição e a Luta pela Democracia
A Classe Operária vai à Luta

revista semestral do centro de estudos "everardo dias" de campinas (sp)
Cr$ 60,00

RECADO AO LEITOR

Os integrantes de SOCIT - Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, que publicaram no número "Aparte" do 20 do EM TEMPO documento sobre suas experiências e perspectivas de trabalho, informam que se encontram vinculados à sucursal do jornal, no Rio de Janeiro, em cuja redação têm realizado matérias sobre futebol (Copa do Mundo), comportamento tóxicos, reportagem policial) e, ainda neste momento, encaminham reportagem sobre segurança e disciplina em várias empresas de setores diversos. A correspondência para o grupo pode ser encaminhada para a sucursal do Rio. Em nome da Gisálio Cerqueira Filho, Antônio Serra ou Ana Maria Motta Ribeiro.

LOTEAMENTO CLANDESTINO

Milhares de moradores da periferia de São Paulo descobrem que o terreno onde está construida sua casa é "clandestino", isto é, não está registrado oficialmente como determina a legislação federal, na prefeitura municipal, que além de aplicar multas de 100% nos impostos, ainda se recusa a executar melhoramentos básicos nos loteamentos. Este problema mobiliza cada vez mais a população de dezenas de bairros populares, embora não seja conhecido nacionalmente como é o Movimento do Custo de Vida.

Os moradores da zona sul de São Paulo confirmam que sempre houve o problema do loteamento clandestino mas agora é que está atingindo muita gente e muitos bairros: "antigamente a legalização dos lotes era mais fácil. Os cabos eleitorais, os políticos e pessoas importantes que tinham interesses no bairro tinham mais influência nas repartições públicas. Eles usavam dessas regalias para conseguir prestígio e apoio popular. Mas isso diminuiu muito, agora quem decide são funcionários de confiança do governo. Eles não são eleitos por nós e não se interessam nem em fazer pequenas demagogias. Nem escondem o desprezo que sentem pelo povo da periferia. Tratam a gente como bicho. E cada coisa tem que ser decidida num lugar. Então eles ficam brincando com a gente. A Prefeitura manda pra Sabesp, (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), a Sabesp pra Prefeitura. E isso acontece com a Light, CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) e outros órgãos que deveriam prestar serviços à população".

Os problemas urbanos e sociais foram se agravando na periferia. A cidade vai aumentando, vai subindo e descendo os morros. Antigas chácaras são retalhadas em minúsculos e lucrativos lotes. Controlando esse crescimento só existe a lei da selva - a ação livre e impune das loteadoras acompanhadas do cúmplice e arrogante desprezo da Prefeitura e órgãos públicos. Durante algum tempo os moradores ainda ficaram acreditando e se deixando iludir pelos politiqueiros que prometiam resolver os problemas sempre em vésperas de eleições. Mas isso foi esgotando a paciência dos moradores: "Pra gente só tem sobrado exploração e perseguição. Tiraram de nós qualquer forma de reclamar e exigir melhorias pro bairro ou aquilo que é nosso direito. O povo foi desacreditando da demagogia. Foi perdendo as ilusões nas promessas e soluções paternalistas. Foi aumentando tanto a frustração que chegou o dia de dizer basta. Não sei como começou. Sei que não foi planejado. Mas quando um bairro começou a brigar e unir os moradores numa briga coletiva, isso entusiasmou muitos outros bairros. Foi um farol na escuridão". Assim um morador veterano neste tipo de luta descreve o surgimento de uma nova consciência na periferia que "começou a crescer entre os moradores a certeza de que só eles, na sua união, poderiam fazer alguma coisa; surgiu entre os moradores um novo sentimento, uma esperança, o espírito de luta".

Na zona sul, os primeiros bairros a entrar na briga foram Vila Angelina, Santa Cecília, Cocaia, São Rafael, etc. Surgiram aí as primeiras Comissões de Bairros. Nesses bairros é que, pela prática, se forjaram métodos de luta, as formas organizatórias e de mobilização, além de estratégia do movimento que depois seria absorvida por outros bairros. A estratégia é bem definida: a conquista coletiva da escritura definitiva dos lotes. Os meios de luta são pelos caminhos jurídicos. Como fatores de pressão, há a mobilização direta dos moradores, todos fazendo uma só coisa de cada vez e com a participação em massa dos moradores nas comitivas que vão às repartições públicas e escritórios de empresas. As igrejas locais servem como plenários das assembléias populares. As discussões e a mobilização vão percorrendo o bairro através de reuniões de ruas para organizar, esclarecer, conscientizar e unir os moradores nos mesmos encaminhamentos. A Pastoral de Periferia, ligada à Igreja Católica, ajuda, permitindo que em torno de si o movimento possa manter um funcionamento permanente. Quando esta experiência e estas lutas começaram a se alastrar, os próprios moradores perceberam a necessidade de ampliar seus pontos de contato interbairros. Surgiu então a Coordenação do Socorro - um bairro de Santo Amaro, zona sul - que passou a centralizar e ser o ponto de contato dos bairros na luta de terrenos.

Dessa Coordenação participam mais de 40 bairros da região. A cada reunião mensal aparecem novos bairros.

O Movimento de bairro segundo os moradores

"A luta principal é a de terreno porque é uma questão vital, a estabilidade, a moradia do trabalhador. Quando surge uma ameaça de perder sua casa, seu lote, todos os outros problemas se tornam secundários". Como este morador, outros participantes da Coordenação do Socorro, se preocupam em definir as características de sua luta: "A característica do movimento é dar respostas positivas aos problemas mais sentidos pela periferia. A gente não está iludida não. Nós sabemos que a legalização do loteamento não resolve os problemas principais dos moradores. Os moradores são trabalhadores, são operários em sua maioria. Se conquistamos a escritura definitiva os problemas vão continuar. A exploração vai continuar e a conquista da casa própria não acaba essa exploração. Então não é verdade que nossa luta cria uma ilusão de que após a escritura o povo vai ficar satisfeito. É preciso continuar lutando e da fábrica ao bairro não vão faltar problemas".

Outro morador, de uma comissão de bairro analisa: "O povo está aprendendo a lutar, a sentir e conviver com sua própria força. Precisa ver como é bonito e como dá emoção na gente ver a união, a amizade e solidariedade que surgem nas pessoas que vão juntas pra Prefeitura, pra discutir e pressionar o loteador. O homem perde o seu individualismo. Começa a apostar tudo na força da união de todos".

Ou, este depoimento: "No começo é uma dificuldade. Aparece cada proposta que é de arrepiar. Por exemplo, é muito comum um morador sugerir que a comissão de bairro vá ao governador ou presidente da República pedir para eles intercederem por nós. Acreditam que as autoridades mais altas têm poder para isso e às vezes não conhecem nossos problemas. A gente nunca despreza essas propostas. Nos colocamos em discussão e se todo mundo concorda a gente encaminha. Aí o próprio morador vai descobrir, pela própria experiência as diferenças entre fazer pressão exigindo, ou fazer uma comissão para **pedir**, sem nenhuma garantia. A gente procura fazer uma democracia de verdade no nosso movimento. As delegações que vão na Prefeitura ou imobiliária, são delegações de moradores, vai todo mundo que pode. Vai para exigir e não decide nada. Se tiver que decidir alguma coisa essa decisão é de todos os moradores".

A **Coordenação do Socorro,** entretanto, começa a discutir e a fazer um balanço de sua ainda curta existência e das experiências acumuladas. Considera que o movimento ainda está no nascedouro e seria precipitado exigir dele muita firmeza e solidez. "O crescimento político do movimento é o crescimento político da consciência do morador. A Coordenação tem que representar essa consciência e ajudar no seu crescimento. Nosso problema maior é de que a luta exclusiva contra o loteamento clandestino está criando um esvaziamento nos bairros que já conquistaram esse objetivo. Hoje dá prá verificar que as comissões de bairro nascidas do loteamento já foram tocando outros problemas como é o caso do Movimento Custo de Vida que é uma luta mais geral. Mas há um outro problema que é importante ressaltar, o da representatividade da Coordenação. Até agora estão vindo voluntários dos bairros para participar da Coordenação. Na avaliação que estamos discutindo em todos os bairros já está colocada a necessidade de representação eleita e de aumentar a participação direta do morador na Coordenação. Só assim estamos vendo a possibilidade de ampliar as lutas, de continuar enfrentando o problema principal (loteamento), mas já discutir e encaminhar outras reivindicações. Isso vai ajudar a mobilização de mais gente e vai dar um motivo para que os moradores ampliem e fortaleçam as organizações de bairro, para que elas funcionem permanentemente. E também vai ajudar a formação de lideranças populares, nascidas do movimento".

Hoje, a luta de terreno é um dos principais motorores do movimento de bairros em São Paulo. E na Coordenação já se verifica, já se sente a necessidade do movimento se preocupar em englobar no mesmo movimento outros problemas sentidos pelos moradores. "O morador é trabalhador e o trabalhador mora em algum lugar. O morador leva as preocupações de bairro para a fábrica do mesmo jeito que traz as preocupações da fábrica pro bairro. Hoje no movimento se discute muito as greves que estão acontecendo. O que é isso se não de um mesmo problema dentro da cabeça do morador-operário?". A falta de uma bandeira geral, de uma plataforma de lutas que reúna os problemas principais nos bairros para não ficarem presos só ao problema do loteamento já começa a ser sentida na Coordenação e junto às comissões de bairros mais experientes: "Temos tido muitas conquistas. Já conseguimos legalizar muitos loteamentos. Já conseguimos bastante organização de base que apesar de ainda fracas, é o que há de mais avançado e importante do que existe por aí. Hoje percebemos que é preciso aprofundar a estratégia que definimos. Ela está muito geral: conscientizar o morador para ele tomar nas suas mãos a solução de seus problemas". O perigo de esvaziamento que a movimentação do loteamento sofre, além das ocorrências de greves e do próprio Movimento Custo de Vida que já é uma luta mais geral, coloca para a Coordenação a busca de um conteúdo político para essa estratégia de conscientização. Esta discussão e esta busca aparecem principalmente no problema das eleições de novembro quando os moradores, a Coordenação e todo o movimento refletirão sobre o significado dessas eleições para o seu movimento.

Reportagem de José Luiz Brum

o que é e quantos são

"Nós vivemos de tal jeito que a frase péssimas condições de vida não explica direito. Sem escolas pros filhos. O poço d'água é vizinho da fossa. O esgoto corre pelas ruas. Vamos pro trabalho em ônibus entupidos de gente e muitas coisas mais. Mas o principal é que temos uma casa. Um lugar da gente. Chega um dia, descobrimos que o terreno é clandestino, que podemos perder até isso. Aí só vai sobrar favela prá gente morar e levar os filhos. A gente compra o lote, faz a casa sozinho e com sacrifício levando até três anos prá construir e depois não tem direito e nem pode tirar escritura definitiva".

O drama deste operário semi-especializado na Ford de São Caetano do Sul, residente na região de Interlagos, é o mesmo de centenas de milhares de trabalhadores paulistas. Na Prefeitura, não existem estatísticas, os registros se referem apenas aos loteamentos enquadrados na lei de zoneamento. No mapa oficial aparecem como manchas azuladas descritas em alguns casos como "zona rural". As estimativas são as mais desencontradas. Uns afirmam que existem cerca de 5.000 loteamentos clandestinos sem contar os terrenos grilados. Outros levam esta quantia a mais de 12 mil.

A clandestinidade do lote consiste na sua falta de registro oficial segundo determina a lei federal (decreto-lei 58 de 10.01.37 e 271 de 28.2.67). Essas leis impedem que os cartórios registrem ou emitam escritura definitiva para lotes que não cumpram determinados pré-requisitos: Area mínima de 250 m², que o loteamento disponha de arruamento, infra-estrutura urbanística como esgotos, agua, luz canalização de córregos, etc. Além disso, cada loteamento tem de ter áreas reservadas para a Prefeitura. Entretanto, como a maioria dos loteamentos não tem nada disso, a Prefeitura não os reconhece. ***Por serem clandestinos não aplica neles nenhum melhoramento básico.*** E também [illegible] da moradia [illegible] ***clandestinos cobra de seus moradores 100% de multas nos impostos.***

A coisa funciona mais ou menos assim: a ***iniciativa privada,*** nome filosófico da ***especulação imobiliária,*** sai por aí, mato afora, retalhando terrenos prá vender pro trabalhador, em busca de um lugar seu. A loteadora apresenta um projeto bonitinho na Prefeitura contendo tudo que a lei exige. A Prefeitura autoriza a venda dos lotes. Mas na hora de vender, reduz os lotes de 250 m² para 6 x 21 m² (126 m²) e não faz nenhuma das obras urbanas e sociais. Aí, é claro, a Prefeitura vai querer aplicar sua lei. Até lá dezenas de imobiliárias enriquecem na exploração e enganação dos trabalhadores. A Prefeitura finge desconhecer os loteamentos, não fiscaliza as loteadoras mas cobra os impostos dos moradores, portanto sabe que o loteamento existe e está fora da lei.

Loteamento clandestino não é um problema exclusivo de São Paulo. Belo Horizonte em Minas Gerais e Porto Alegre no Rio Grande do Sul sofrem problemas idênticos. E todos na região industrial ou em função da indústria. Os moradores da periferia são, na maioria, trabalhadores de produção. Precisam morar em algum lugar, prá trabalhar. Os patrões resolvem, eles mesmos, como a matéria-prima deve chegar à fábrica. Prá isso recebem até ajuda do governo. Mas a força de trabalho, os trabalhadores, estes que se virem. Se não puderem chegar a hora certa, sempre será possível substituí-los.

Enquanto [illegible] não for atingida [illegible] da moradia [illegible] criar uma crise na produção e nos lucros da indústria, o Estado (governo e instituições) não se mexerá. O governo tem ficado omisso porque, de uma forma ou outra, os próprios trabalhadores estão resolvendo o seu problema de moradia. Apesar de tudo, estão produzindo. E quando os moradores vão pedir ônibus, asfalto, luz ou esgoto para a Prefeitura, ela diz: isso é com a loteadora. Assim o Estado se desobriga dessas funções se colocando no papel de juiz, para dar a impressão de que é "neutro" e que seu papel é apenas aplicar a lei.

Mas é a própria lei que está errada. A lei estimula a especulação imobiliária e coloca nas mãos da ***iniciativa privada*** a função de resolver problemas que pertencem ao governo. A benevolente omissão da Prefeitura permite a ação livre das loteadoras na sua prática de pilhagem e roubo na periferia. O morador só "pode" comprar aquele lote de 6 x 21 que não vai ser registrado, mas que a Prefeitura deixou a loteadora vender para resolver o problema social. Isso sem falar nos ***lotes grilados,*** onde um dia sempre aparece o "verdadeiro" dono exigir a devolução. Agora sim a lei, a fiscalização vai valer: polícia, juízes, advogados, prefeitos, governador e presidente, enfim, todas as instiuições e aparelhos do Estado virão em defesa do "verdadeiro" proprietário. Afinal, o direito a ***propriedade privada*** é sagrado. Em muitos casos é o próprio governo o "dono" dos terrenos. E aí não tem nem conversa, despejo direto.

A falsa neutralidade do Estado está em dizer que cabe às loteado[illegible] promoverem a urbanização [illegible] ços básicos. Se não fazem is[illegible] melhor para elas e azar dos [illegible]adores. Assim, ônibus, esco[illegible] hospitais, luz, água, etc, j[illegible] encargos da generosa iniciat[illegible] privada.

Na proxima semana a reportagem prossegue. Voce vai ver: eleições e organização independente no movimento de bairro, amigos e inimigos dos moradores, métodos organizativos e perspectivas futuras do movimento do loteamento clandestino.

aprendendo a brigar

Participantes da comissão de bairro do Parque América descrevem como foi a experiência pela legalização do loteamento na sua região.

"O pessoal daqui quando comprou o lote não recebeu documento nenhum. Só tinha uma promessa de venda que nem assinatura da imobiliária tinha. O outro documento eram os recibos das prestações. Essa imobiliária é de gente de muito dinheiro, a família Matarazzo. Eles prometiam que dentro de alguns meses dariam um contrato com registro em cartório. Esse contrato nunca veio. Aí vinha a Prefeitura e multava os moradores. Então os compradores iam sozinhos na Prefeitura e na imobiliária mas não conseguiam registrar o terreno e eram ameaçados de perder tudo, perder prá família Matarazzo que já tinha vendido prá gente e recebido o dinheiro.

Essa situação já estava sendo de muita gente no bairro até que um grupo, da Pastoral de Periferia, resolveu convocar uma reunião com o povo para discutir. Fizemos grande agitação no bairro. Foi marcada uma assembléia e o dia era anunciado nas missas, por carros com alto-falantes e nas conversas de vizinhanças e até nos bares. Assim começou, mas antes uns poucos moradores já formaram uma Comissão do Bairro que mandava 2 ou 3 representantes para a Coordenação do Socorro onde muitos bairros já se reuniam para trocar experiências e receber instruções jurídicas e até aprender a fazer assembléias e mobilização. Era lá que estava a experiência de outros bairros e principalmente os trâmites jurídicos e o sistema de como começar a briga.

Foi o que nós fizemos: primeiro ir na Prefeitura para tirar certidão se o loteamento estava ou não legalizado e reconhecido; Segundo ir no cartório de Registro de imóveis para saber se o loteamento estava registrado lá e, em segundo lugar, ir na Junta Comercial para saber se a loteadora era idônea.

Com essa documentação já dava para fazer assembléia pois já dava prá saber o que fazer. Fizemos a primeira assembléia com quase 2 mil pessoas. Mobilizamos nessa luta mais de 600 famílias. O nosso loteamento era clandestino porque a imobiliária só tinha entrado com o pedido de autorização para vender os lotes, mas não tinha registrado. Então decidimos, na assembléia, entrar com processo contra loteadora pois é obrigação dela a legalização. Para pressioná-la fizemos boicote do pagamento das prestações depositando em juízo. Foi uma luta muito bonita. Orientados pelos advogados do Centro Acadêmico 11 de Agosto, montamos uma espécie de secretaria na igreja e fomos preenchendo formulários do pedido coletivo de processo e de depósito em juízo. Logo que deixamos de pagar, a imobiliária ficou desesperada. Chamou os advogados e a Comissão de Bairro para avisar que já tinha arrumado as coisas com a Prefeitura.

O mais importante foi que o povo sentiu sua força. Mas todo mundo sabia que ganhamos só uma batalha. Faltava ganhar a guerra. Faltava o registro dos lotes no cartório e a escritura definitiva pois, sem isso, nossos lotes e casas ainda pertenciam à imobiliária. Aí que veio a armadilha dos Matarazzos; queriam nos impor a assinatura de um contrato que nos obrigava a ficar com toda a responsabilidade nas benfeitorias que ela deveria fazer no loteamento. Pra legalizar ela fez um compromisso com a Prefeitura e agora queriam um jeito de arrancar mais dinheiro dos moradores pra custear as despesas e arrancar mais lucro. Mas fizemos uma outra assembléia e todo mundo decidiu não assinar esse contrato. Agora que está tudo pago, eles têm que dar a escritura, e a gente vai continuar brigando com eles e a Prefeitura, pois, alguém vai ter que fazer as benfeitorias no bairro."